



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**A NAÇÃO MORALIZADA:
A Promessa Eleitoral dos Presidenciáveis em 1989**

Maria Lúcia Rodrigues de Freitas Moritz

Porto Alegre, 1996

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

**A NAÇÃO MORALIZADA:
A Promessa Eleitoral dos Presidenciáveis em 1989**

Maria Lúcia Rodrigues de Freitas Moritz

Dissertação apresentada como
requisito parcial à obtenção do título
de Mestre.

Orientador: Prof^a. Dr^a. CÉLI REGINA
JARDIM PINTO

Porto Alegre, 1996

M862m

Moritz, Maria Lúcia Rodrigues de Freitas

A nação moralizada: a promessa eleitoral dos presidentiáveis em 1989./Maria Lúcia Rodrigues de Freitas Moritz. Porto Alegre : UFRGS, 1996.

ix; 274 p.

Dissertação (Mestrado) - - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

1. Ciência política 2. Análise de discurso 3. Eleições
4. Campanha presidencial I.Título

CDU 324

Catálogo na publicação: Nadia Aurora Peres Vanti CRB 10/982
Veronica Frantz CRB 10/886



*Não fosse isso e era menos
não fosse tanto e era quase.*

Paulo Leminski

Aos meus pais,
Maria e Guilherme José (*in memoriam*)

AGRADECIMENTOS

À Prof^ª. Céli Regina Pinto, pelo privilégio de tê-la como orientadora, por suas críticas, sugestões e estímulo permanente, sem o que este trabalho não se teria concretizado.

Ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, especialmente aos professores Hégio Trindade e Maria Izabel Noll, pela ajuda inestimável no desenvolvimento de meus conhecimentos teóricos.

À Adriana Faraco, Angela Gomes, Carla Brandalise, Cilúlia Machado, Hélio Alves, Hugo Guerrero, Mario Barberena, Nádia Vanti, Valmir dos Santos e Veronica Frantz, entre outros familiares, colegas e amigos que, de diversas maneiras, me incentivaram e contribuíram para que este projeto chegasse a termo.

Aos amigos Temístocles Cezar e Marisa Natividade, com os quais estabeleci valiosas trocas de idéias durante a elaboração desta dissertação.

À minha irmã, professora Ida Moritz Cavalcanti que,
pacientemente, fez a revisão deste texto.

Ao CNPq e à PROPESP da Universidade Federal do Rio Grande
do Sul pelo apoio financeiro.

SUMÁRIO

RESUMO	vi
ABSTRACT	viii
INTRODUÇÃO	1
Capítulo 1 OS CANDIDATOS À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA CARACTERIZAM A CRISE BRASILEIRA	40
Capítulo 2 OS PRESIDENCIÁVEIS NOMEIAM OS RESPONSÁVEIS PELA CRISE BRASILEIRA	95
Capítulo 3 A MORALIZAÇÃO PÚBLICA ENQUANTO SOLUÇÃO PARA A CRISE NO BRASIL	142
Capítulo 4 A MORALIZAÇÃO PÚBLICA NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE: O EU E O OUTRO	196
CONCLUSÃO	253
ANEXO 1	261
ANEXO 2	265
BIBLIOGRAFIA	270

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar os discursos dos candidatos à Presidência da República do Brasil nas eleições de 1989, no aspecto referente ao tema *moralização pública*. O estudo foi realizado com base nos pronunciamentos proferidos ao longo do primeiro turno da campanha eleitoral, de 15 de setembro a 12 de novembro, período correspondente à propaganda eleitoral gratuita na televisão.

O primeiro capítulo reconstitui o modo como cada um dos sete candidatos caracterizou a chamada *crise brasileira*, segundo eles presente no cenário político nacional. Através dos elementos constitutivos dos discursos foi possível uma análise comparativa das idéias apresentadas.

No capítulo seguinte identifica-se no discurso dos candidatos os sujeitos responsáveis pela crise no país. No terceiro capítulo busca-se analisar as soluções apresentadas pelos postulantes ao Palácio do Planalto para solucionar a crise. Há um ponto em comum: o destaque conferido, nos pronunciamentos analisados, à *moralidade no trato da coisa pública*.

Finalmente, no quarto capítulo demonstra-se como cada um dos candidatos constrói sua imagem de sujeito moralizador, e de que elementos se valeram nessa tarefa perante o eleitorado.

ABSTRACT

This work has as main goal to analyse the political discourse of the candidates in the 1989 Brazilian presidential elections. In order to discuss the centrality of the public morality in the political field in the country.

The first chapter will put forward the main characteristics of the candidate's discourse as far as the "Brazilian crisis" is concerned. In the following chapter it will be identified those who the candidates point out as the responsible by the "Brazilian crisis". The third chapter will discuss the candidates's solutions to the crisis.

Finally in the fourth chapter it will be analysed how the candidates try to build a personal image as an agent of decency and how they stress this characteristic as a fundamental quality to a president in order to solve the country's crisis.

INTRODUÇÃO

Este trabalho propõe-se a analisar o discurso dos candidatos à presidente da República em torno da moralização pública, durante a campanha eleitoral no primeiro turno do pleito presidencial (1) que se estendeu de 15 de setembro a 12 de novembro de 1989, período correspondente à propaganda eleitoral gratuita. (2)

As eleições diretas para presidente em 1989 configurou-se como um marco fundamental no processo brasileiro de retorno à democracia. Depois de uma lenta, gradual e tutelada transição democrática, iniciada pela *distensão* no governo do general Ernesto Geisel, e passando pela eleição indireta que escolheu Tancredo Neves e José Sarney, em 1985, os brasileiros finalmente em 1989 recuperaram o direito de escolher diretamente o seu presidente da República.

O tema da moralização pública não foi uma novidade no discurso político brasileiro: na Primeira República a moralização da política foi presença central na campanha civilista de Rui Barbosa e no discurso dos tenentes; em tempos mais recentes foi central na vitória de Jânio Quadros em 1960. Este candidato tinha como seu símbolo de campanha uma vassoura, com a qual se propunha varrer do Brasil toda a *sujeira* - política e dos costumes. Quase três décadas depois desta última eleição direta para presidente da República, a moralização voltou a ser, na campanha eleitoral de 1989, um dos destaques no discurso político brasileiro.

Em março de 1985 Tancredo Neves seria empossado presidente da República. Com sua morte inesperada, quem assumiu a Presidência foi seu vice, José Sarney. Sarney, tradicional político nordestino, representava o PFL, partido minoritário na coalizão que junto com o PMDB formava a Aliança Democrática. O trágico imprevisto concedeu ao nome secundário da coligação partidária, a responsabilidade de conduzir o processo de mudança institucional agendada pelas lideranças do partido majoritário, PMDB. Em vista disso, o novo presidente ao assumir enfrentou problemas de legitimidade. A fim de minimizar a máquina do PMDB e garantir apoio político no Congresso, Sarney aderiu à política de trocas e barganhas. Generalizando assim, a prática clientelista na esfera do Poder Executivo.

O governo da Nova República apresentava como sendo uma das suas preocupações o desenvolvimento econômico e social, com vistas à retomada do crescimento do país. No entanto, com índice inflacionário chegando a mais de 200% ao ano no final de 1985, o combate à inflação passou a ser privilegiado. Foi com o intuito de acabar com a inflação que o presidente Sarney decretou no dia 28 de fevereiro de 1986 o Plano de Estabilização Econômico, popularmente chamado de Plano Cruzado. (3)

O programa de estabilização elaborado pela equipe de economistas da PUC/RJ, liderada pelo então ministro da Fazenda, Dílson Funaro, tinha entre seus principais componentes o seguinte: a) criação de uma nova moeda - o cruzado; b) introdução da escala móvel de salários, a ser detonada quando a inflação atingisse os 20% mensais; c) criação do seguro desemprego; d) reajuste dos aluguéis, prestações do SFH e do saldo devedor dos seus mutuários; e) congelamento total dos preços, tarifas e serviços. (4) Tais medidas foram anunciadas pelo presidente da República, José Sarney, em cadeia nacional de rádio e televisão em horário nobre - às 20h30min. Duas semanas depois da decretação do Plano Cruzado, o problema da inflação era dado como resolvido pelo governo e a aprovação da população ao plano fora maciça.

Através de um pronunciamento à nação em cadeia de rádio e televisão foi feita a convocação popular e os brasileiros alçados à categoria de cidadãos. A fala do presidente Sarney conseguiu mobilizar a população em torno do plano

do governo, levando-a às ruas na defesa de seus direitos, construindo assim um novo sujeito político: o *fiscal do Sarney*.

Na primeira semana de vigência do Plano de Estabilização Econômico, um episódio mostrado pelas grandes redes nacionais de televisão expressou a resposta entusiástica da população ao apelo feito pelo presidente Sarney. Um cidadão comum, (5) através da delegação direta do presidente da República, fechou um supermercado em Curitiba/PR e deu ordem de prisão ao gerente. Motivo: o supermercado havia majorado os preços, desrespeitando o congelamento decretado pelo governo. A partir daí os *fiscais do Sarney* ganharam as ruas respaldados na Lei Delegada nº 1 e na lista de preços da Sunab. As frustrações passadas, como por exemplo a campanha das diretas e a morte de Tancredo, foram rearticuladas e transformadas pelo presidente Sarney em uma nova mobilização.

Os efeitos políticos do Plano Cruzado foram logo sentidos: a popularidade do presidente Sarney atingiu níveis impensáveis e todas as vozes de oposição, em especial PT, PDT e as centrais sindicais, ficaram sem eco. (6) No aspecto econômico alguns dados são elucidativos quanto aos efeitos do Plano de Estabilização: em 1986 o salário mínimo mensal era equivalente a US\$ 40, enquanto que em 1985 seu valor era de US\$ 32, (7) a taxa média de desemprego no país em março de 1985 era de 6.48% e um ano depois caíra para 4.39%, (8) o crescimento da produção industrial no ano de 1985 foi de

8.50% e em 1986 chegou a 10.92%, (9) os índices da inflação em março e em abril de 1986 foram, respectivamente, 0.11% e 0.78%, enquanto que em janeiro do referido ano a inflação estava em 17.5% e a taxa anual de 1985 atingira os níveis de 225.5%. (10)

Conforme revelam os números acima destacados, o ano de 1986 foi mais favorável economicamente, o que permitiu um maior consumo por parte da população, especialmente pelo aumento da massa salarial. Como foi destacado a produção no setor industrial também cresceu, (11) mas mesmo assim, as consequências negativas não tardaram a aparecer, entre elas o desabastecimento e a formação de um mercado negro, onde a cobrança de ágio era freqüente e a *maquiagem* dos produtos (pequenas alterações na apresentação que transformavam os velhos produtos sob controle em novos), manifestando comportamentos especulativos.

Em que pese a fala do presidente José Sarney ao anunciar o Plano Cruzado, enunciando a inflação como um problema do passado e a participação dos *fiscais do Sarney* no controle dos preços, o programa governamental só obteve algum sucesso na queda dos índices da inflação no início. A inflação não foi de todo debelada e suas taxas voltaram a subir, (12) chegando ao final de 1986 com o percentual acumulado de 62%, mesmo assim bem abaixo do índice de 225.5% acumulado em 1985. Entre os fatores econômicos que contribuíram para a pressão inflacionária estava a medida adotada pelo governo federal de

não conversão dos preços pela média nos seguintes casos: leite, combustíveis, carne e tarifas públicas.

Era cada vez mais necessário que medidas corretivas ao Plano Cruzado fossem implementadas, o que acabou acontecendo em junho de 1986 com a introdução do *Cruzadinho*. Entretanto, essas medidas foram insuficientes em decorrência das pressões políticas, pois estava-se em pleno ano eleitoral.

À 15 de novembro de 1986 o PMDB, partido de maior peso político no governo da Nova República, conseguiu uma vitória esmagadora elegendo não só a maioria das bancadas nas Assembléias Legislativas e no Congresso Nacional, como 22 dos 23 governadores. Esse resultado eleitoral estava diretamente relacionado à popularidade do Plano Cruzado, que conseguiu ser um imenso sucesso político sustentado pelas medidas econômicas que inicialmente atingiram seu objetivo, isto é, baixaram drasticamente as taxas da inflação. Entre julho e outubro a inflação estabilizou em um patamar de 2% mensais.

Uma semana após as eleições, no dia 22 de novembro, o governo decretou um novo Plano Econômico - Cruzado II - cujo objetivo era fazer alguns ajustes não realizados, por razões eleitorais, durante o ano de 1986. Entre as medidas do novo pacote estavam: a) elevação em 100% do IPI dos artigos tidos como menos essenciais, entre eles cigarros, automóveis e bebidas; b) aumentos drásticos nos preços da gasolina, álcool e tarifas públicas (energia

elétrica e telefones). Em outras palavras, a decisão foi de suspender o congelamento dos preços de forma abrupta e total. A consequência foi o impacto inflacionário do Plano Cruzado II.

Depois dos *Planos Cruzados I e II*, mais dois planos econômicos foram decretados: o *Plano Bresser* (1987) e o *Plano Verão* (1988). Todos esses Planos citados tinham como objetivo principal, a curto prazo, acabar com a inflação e, a médio prazo, a retomada do crescimento econômico. Entretanto, nessa luta a inflação saiu vencedora.

No decorrer desse período a problemática sócio-econômica do país foi reduzida à inflação. Esta foi construída discursivamente pelos principais agentes políticos como um ponto central, isto é, a inflação como a síntese simbólica dos problemas do país. A partir de 1986 até o final do governo Sarney, em 1989, a luta contra a inflação foi uma constante, mas as taxas inflacionárias ascendiam mês a mês, caracterizando-se um processo hiperinflacionário. (13) Os dados a seguir mostram a evolução dos índices da inflação no decorrer do ano de 1989:

QUADRO 1

INFLAÇÃO 1989 (%)

Mês	Índice (%)	Mês	Índice (%)
Janeiro	70.28	Julho	28.76
Fevereiro	3.60(*)	Agosto	29.36
Março	6.09	Setembro	35.95
Abril	7.31	Outubro	37.62
Maio	9.94	Novembro	41.42
Junho	24.83	Dezembro	53.55

(*)decretação do Plano Verão

Fonte: *SUMA ECONÔMICA - Novembro/1989*

Em agosto de 1989, quando todos os candidatos à presidente da República estavam definidos e suas campanhas na rua, a taxa da inflação indicava quase 30% ao mês, ou seja, 1% de inflação ao dia. A sua configuração nesses níveis seria mais um fator de agravamento da crise econômica vivenciada pelo país. Os demais indicadores no plano sócio-econômico, ao final do governo Sarney, não eram dos mais alentadores: arrocho salarial sem precedentes, as dívidas interna e externa, o déficit público, inflação galopante (atingindo níveis cada vez mais intoleráveis), desemprego crescente, aumento da criminalidade gerando insegurança, perda da confiança nas instituições públicas, entre outros, eram fatores preocupantes.

Dentro dessa conjuntura, o problema da crise brasileira constitui-se em um ponto nodal no discurso político brasileiro recente. A centralidade dessa questão é fundamental para que se entenda as condições emergenciais do

discurso da moralização pública. Foi nesse conturbado contexto de crise econômica que desenrolou-se a campanha eleitoral para a Presidência da República em 1989.

Apesar dos múltiplos matizes ideológicos em embate e da trajetória política de cada candidato ao cargo de presidente da República havia um ponto de convergência nos seus discursos: a crise no país. No discurso político brasileiro recente a crise, significada como inflação e corrupção, constituiu-se na síntese simbólica das questões políticas nacionais.

No discurso popular não era feita a diferenciação entre crise e inflação, ocorrendo uma imediata associação entre ambas. Deixando-se de lado toda a discussão acadêmica sobre Economia, o importante de se reter é que a maioria da população brasileira, mesmo sem dominar o *economês*, percebia a crise como o grande mal do país. Pois a crise logo era associada à inflação, ao aumento do custo de vida, à perda do poder aquisitivo e ao desemprego.

Mesmo havendo uma imediata associação entre crise-inflação percebia-se que em 1989 vivia-se no país diversas crises simultaneamente, descartando assim a idéia de um bloco monolítico chamado *crise brasileira*. A importância que a moralização pública adquiriu na campanha presidencial de 1989 - primeiro turno, deve ser buscada nas condições emergenciais deste discurso. Por exemplo, identificavam-se problemas críticos no plano econômico, no plano

social e no aspecto político-institucional. No plano social tinha-se um alto índice de pobreza absoluta contrastando com uma acentuada concentração de renda. Os dados indicavam que os 10% mais ricos detinham cerca de 50% da renda do país, enquanto que os 50% mais pobres abarcavam apenas 10%. (14) Uma das consequências dessa sociedade de modelo excludente e concentrador era a constituição de uma massa marginalizada de semicidadãos.

No aspecto político-institucional a crise atingira as instituições políticas, por exemplo, o Congresso Nacional, os partidos políticos e os Poderes Judiciário e Executivo, ocorrendo uma desconfiança generalizada das instituições públicas. O quadro abaixo, com o resultado da pesquisa de opinião sobre este tema expressa bem o que foi afirmado.

QUADRO 2

CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES POLÍTICAS (%)

Categorias	Tribunais de Justiça		Presidência e Ministérios		Congresso Nacional	
	set/89	dez/89	set/89	dez/89	set./89	dez./89
Confia	36.6	57.1	26.8	41.4	23.1	38.6
Não Confia	42.9	24.0	59.2	41.5	57.4	38.4
Um Pouco	13.2	10.7	10.3	10.8	14.4	15.3
NS/NR	4.3	8.3	3.6	6.2	5.1	7.6

Fonte: *Pesquisa Cultura Política/Data Folha - CEDEC*

Apesar de haver um crescimento da confiança dos eleitores entre setembro e dezembro/89, especialmente no Poder Judiciário, o importante a ser

destacado é a forma bastante crítica com que o eleitorado via as instituições políticas brasileiras. O campeão da "não confiança" era o Poder Executivo (41.5%), seguido pelo Congresso Nacional (38.4%), podendo-se concluir a partir desses dados, que os eleitores não se sentiam protegidos pelos seus representantes e nem suas necessidades eram levadas em consideração.

O Executivo, através dos seus órgãos nas áreas da saúde, habitação, educação e segurança pública não conseguia corresponder às expectativas e às necessidades da grande maioria do povo. O déficit habitacional era enorme; o sistema de saúde e previdência social estavam em colapso e na área da educação os dados que se apresentavam não eram alentadores: 27% da população brasileira é analfabeta, 17% tem o primeiro grau completo e apenas 4% possui diploma universitário. (15) No setor estratégico da segurança pública, o Estado - através da Justiça e da Polícia - era incapaz de manter a ordem pública. O quadro que se apresentava era o aumento da criminalidade e a disseminação do ambiente de insegurança. Ainda no Poder Executivo, o governo Sarney via-se acusado de ineficiência administrativa, empreguismo e clientelismo. Foram descobertos em diversos órgãos públicos federais milhares de *funcionários fantasmas*, (16) ou seja, funcionários que constavam na folha de pagamento, mas não apareciam no local de trabalho; vários assessores foram acusados de envolvimento em casos de corrupção, como por exemplo, o então ministro da Justiça, Oscar Dias Corrêa, que assinou um *trenzinho da alegria* beneficiando entre outros diversos familiares seus.

A imagem negativa do Congresso Nacional, em especial dos deputados e dos partidos políticos, foi construída de tal forma durante a Nova República, que em 1989 vigorava no senso comum o descrédito pelos políticos, o desprezo pela coisa pública e uma visão depreciativa dos partidos. Em 1987, pesquisa de opinião do Instituto Gallup sobre a *"credibilidade das instituições e das profissões"* mostrou que os parlamentares eram vistos por 76% dos entrevistados como aqueles que *"se pode confiar/acreditar muito pouco ou em quase nada do que dizem"*. (17) Dois anos depois, em 1989, em outro levantamento o desempenho dos políticos brasileiros foi identificado pelos eleitores com um sentido privatista, isto é, *"enriquecem à custa do dinheiro do povo"* e *"acertam a vida de seus parentes e amigos"*. (18) A visão sobre os políticos era que ao invés de defenderem os interesses públicos usavam a atividade política para defenderem seus próprios interesses. O resultado disso tudo foi a indignação moral dos eleitores brasileiros, que se traduziu na rejeição aos políticos profissionais e aos que encarnavam a politicagem, a corrupção e a malversação dos fundos públicos.

A crise brasileira que se manifestava em vários níveis, não teve o seu início no ano de 1989, mas sem dúvida, sofreu um agravamento nos últimos anos do governo Sarney. No próximo quadro, os dados do PIB (Produto Interno Bruto) refletem a situação econômica do Brasil à época em que o presidente Sarney tomou posse, em 1985, e a sua variação até o final do governo da Nova República, em 1990.

QUADRO 3

TAXAS REAIS DE VARIAÇÃO DO PIB(%)

Ano	Valores (%)
1981	(-) 4.4
1982	0.7
1983	(-)3.4
1984	5.0
1985(*)	8.2
1986	7.5
1987	3.6
1988	0.0
1989	3.6

(*)início governo Sarney

Fonte: *RELATÓRIO 1989 - BANCO CENTRAL DO BRASIL, Brasília 1990, Volume n.26.*

O governo da Nova República ao assumir, em março de 1985, encontrou a economia em situação relativamente mais favorável se comparada com os três anos anteriores (1981-1983). Entre 1981 e 1983 as taxas anuais do PIB foram negativas ou em torno de zero . No entanto, em 1984, após um período de retração, a economia retomou a trajetória do crescimento: o PIB aumentou para 5.0% no ano de 1984, iniciando um processo de recuperação do mercado interno.

A situação relativamente mais favorável não indicava que a crise econômica havia sido afastada ou mesmo que a continuidade do crescimento econômico estava garantida. Ao contrário, o governo da Nova República herdou problemas conjunturais e estruturais muito graves. Tanto é assim que, em 1987 e

em 1988 as taxas de crescimento voltaram a sofrer uma queda significativa, chegando a 1989 com a mesma taxa de 1987 (3.60%), evidenciando a estagnação da economia.

Foi neste complexo contexto, que apresentava uma crise multifacetada (19) e um país conturbado, que vinte e dois candidatos dos mais variados partidos políticos e matizes ideológicos lançaram-se na disputa presidencial de 1989. (20) Para efeito de estudo nesta dissertação serão aqui analisados sete candidatos. A escolha desses candidatos obedeceu à votação obtida por eles no primeiro turno do pleito presidencial, (21) ou seja, são os sete primeiros colocados entre os vinte e dois candidatos que concorreram ao cargo de presidente da República. Estes sete postulantes podem ser distribuídos, quanto ao aspecto ideológico da seguinte maneira: **DIREITA** (22): Afif Domingos (PL) (23), Collor de Mello (PRN) e Paulo Maluf (PDS) (24); **CENTRO**: Mário Covas (PSDB) e Ulysses Guimarães (PMDB); **ESQUERDA**: Leonel Brizola (PDT) e Luís Inácio Lula da Silva (PT).

Cada um dos sete candidatos à Presidência da República teve uma trajetória política bastante particular: Paulo Maluf foi prefeito de São Paulo e governador do Estado nomeado pelo governo militar. Em 1982 Paulo Maluf, pelo PDS, obteve a maior votação já registrada para deputado federal, com esse respaldo, *costurou* seu futuro político visando à eleição para presidente da República. Em janeiro de 1985 conseguiu o apoio da maioria dos delegados do

PDS e saiu vitorioso na convenção do partido, (25) entretanto, foi derrotado no Colégio Eleitoral pelo candidato da Aliança Democrática (PFL+PMDB), Tancredo Neves.

Após a derrota para Tancredo, Maluf passou a ter como alternativa a eleição para o governo estadual, em 1986, para a qual lançou-se candidato. Dessa vez o candidato do PDS foi derrotado pelo peemedebista Orestes Quércia. Nas eleições municipais de 1988 concorreu pelo PDS à Prefeitura de São Paulo, perdendo para a petista, Luiza Erundina. Mesmo depois dessas três derrotas eleitorais consecutivas, Paulo Maluf, em 1989, foi o candidato do PDS à Presidência da República e teve direito à 10 minutos diários no horário eleitoral gratuito.

O candidato Afif Domingos, do Partido Liberal, elegeu-se deputado federal por São Paulo em 1986 e projetou-se na Constituinte lutando pelas emendas e projetos que beneficiavam a livre-iniciativa especialmente os micros e pequenos empresários. (26) Antes da Assembléia Nacional Constituinte, Afif havia sido Secretário Estadual da Agricultura e Abastecimento (1980-1982) no governo Paulo Maluf. À época da campanha presidencial de 1989 o PL, pequeno partido com base eleitoral em São Paulo e Rio de Janeiro, possuía uma bancada no Congresso Nacional que totalizava 10 representantes, e em consequência da sua coligação com o Partido Democrata Cristão (PDC) teve direito a 10 minutos no horário do TSE.

O Partido da Reconstrução Nacional (PRN) (27) originou-se do Partido da Juventude (PJ/1982). Durante o ano de 1988, Fernando Collor de Mello apareceu no programa eleitoral do PJ como *convidado especial*, mas o TSE retirou o programa do ar toda a vez que Collor apareceu. Em 1989 o PRN foi criado seguindo os requisitos não muito exigentes da Lei Orgânica dos Partidos Políticos (LOPP). (28) O PRN conseguiu trazer para suas fileiras vinte e três deputados federais e ao coligar-se com outros três partidos garantiu, conforme a legislação eleitoral vigente, 10 minutos diários no espaço destinado à propaganda gratuita.

Ainda no primeiro semestre de 1989, Collor apareceu em três programas eleitorais, cada um com duração de 1 hora, dos seguintes partidos: PRN (31/3), PTR (23/4) e PSC (18/5), levando vantagem sobre os demais candidatos que só apareceram uma vez nos espaços eleitorais dos seus respectivos partidos. Entretanto, não foi apenas nos programas eleitorais gratuitos que Collor apareceu mais vezes que seus adversários de campanha. Também nos telejornais, entre agosto e novembro de 1989, ele esteve mais tempo no ar. Os dados a seguir revelam que entre 17/8 e 14/11 no *Jornal Nacional* da Rede Globo (29) (30), do tempo total dedicado aos candidatos, Collor foi notícia em 18.5%, Ulysses Guimarães em 13.5%, Leonel Brizola em 12.4% e Lula em 10.8%. Isso representou para Collor 10 minutos a mais que Brizola e 12 minutos de vantagem sobre o candidato do PT, Lula, como notícia nos telejornais.

Fernando Collor de Mello descende de família tradicional na política. Seu pai foi senador e seu avô, Lindolfo Collor, foi o primeiro ministro do Trabalho. Aos vinte e quatro anos foi nomeado prefeito de Maceió/AL, sendo seu partido, nessa época, a ARENA. Posteriormente elegeu-se deputado federal pelo PDS e, em 1986, chegou ao Governo do Estado de Alagoas - agora sob a legenda do PMDB, partido com o qual rompeu após dois anos de governo. Ainda quando governador de Alagoas, notabilizou-se pela campanha que promoveu de caça aos *marajás*, sendo *marajá* aquele funcionário público com altos salários, apoiado em privilégios legais. Este fato lançou Collor no cenário político nacional, permitindo-lhe sair nas primeiras páginas dos jornais e revistas e virar notícia na televisão. Antes mesmo da campanha presidencial ter sido deflagrada, Collor adquirira notoriedade nacional.

Ulysses Guimarães, tal como Paulo Maluf, há muito participava da vida política brasileira. (31) Na década de 60 foi ministro da Indústria e Comércio do Primeiro-Ministro Tancredo Neves, durante a curta vigência do Parlamentarismo. No pós-64 Ulysses foi um dos fundadores do MDB, agremiação representante da resistência e contestação à ditadura militar, sua atuação política nesse período valeu-lhe o título de *Senhor Coragem*. Ulysses e o MDB desempenharam papéis determinantes na transição à democracia. Em 1984, já sob a legenda do PMDB, sucessor do antigo MDB, foi deflagrada a campanha pelas *Diretas Já* e Ulysses pela sua participação e liderança no movimento foi chamado de *Senhor Diretas*. Em 1986 ele acumulava os cargos de Presidente da Assembléia Nacional

Constituinte e Presidente Nacional do PMDB. À época da campanha presidencial de 1989, Ulysses estava em seu décimo mandato de deputado federal, e assumira por diversas vezes a Presidência do país.

O PMDB chegou às eleições de 1989 atingido pela associação com o governo Sarney, ao qual dava sustentação política em conjunto com o PFL. A imagem do PMDB estava muito vinculada à Nova República: o partido havia indicado vários ministros, detinha a maior bancada no Congresso Nacional e elegera a imensa maioria dos governos estaduais no rastro do Plano Cruzado. Enfim, o PMDB era governo. Deve-se acrescentar ao desgaste do PMDB a sua excessiva heterogeneidade. Nos últimos anos o PMDB sofrera um verdadeiro *inchaço*: a migração de políticos dos mais variados matizes ideológicos fez com que os democratas históricos convivessem com os autoritários de ontem. Afora isso, o partido teve dificuldades internas para costurar uma chapa de consenso. Na convenção do partido disputavam Ulysses Guimarães, Waldir Pires e Iris Rezende, sendo este último o candidato apoiado por José Sarney. A convenção acabou indicando a candidatura de Ulysses Guimarães (para presidente) e Waldir Pires (para vice-presidente), trazendo à público as fissuras do PMDB. Foi sob tais circunstâncias que o PMDB, que já fora o maior partido da oposição, caminhou para o pleito presidencial. (32)

O candidato Mário Covas tinha em sua bagagem política a passagem pela Secretaria Estadual dos Transportes no governo Montoro (1983), pela

Prefeitura de São Paulo (1983-1986) e a eleição como senador por São Paulo (1986), sempre sob a legenda do PMDB. Tanto para o cargo de prefeito como de senador, Covas obteve expressiva votação. Em 1989, durante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, foi criado o PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) a partir de uma cisão do PMDB. Esta ocorreu após a votação do sistema de governo onde a emenda do parlamentarismo foi derrotada em plenário, prevalecendo o presidencialismo. O núcleo inicial do PSDB compunha-se de quarenta e sete parlamentares, constituídos da seguinte maneira: trinta e nove provenientes do PMDB, cinco do PFL, um do PDT, um do PTB e outro do PSB. Programaticamente o PSDB é parlamentarista e social-democrata.

De acordo com a teoria dos partidos de DUVERGER, o PSDB pode ser caracterizado como um *partido de quadros*, porque surgiu exclusivamente na esfera parlamentar embora não estimulado pelo poder central. (33) O PSDB foi o segundo partido com mais espaço no horário eleitoral gratuito: detinha 13 minutos diários, sendo superado apenas pelo PMDB. (34)

Leonel Brizola, a exemplo de Maluf e Ulysses, está na vida pública brasileira há mais de 30 anos. Sempre ligado ao trabalhismo, Brizola foi deputado estadual (1946-1950), secretário de Obras Públicas, deputado federal (1954-1956), prefeito de Porto Alegre (1956-1958), governador do Rio Grande do Sul (1958-1962), deputado federal (1962-1964) (35) e governador do Rio de

Janeiro (1982-1986). Quando os militares tomaram o poder, em 1964, Brizola foi obrigado a exilar-se permanecendo nesta condição por quase 15 anos e só retornando ao país depois de anistiado (1979).

Depois da reforma partidária de 1979, que aboliu o bipartidarismo, Leonel Brizola e Ivete Vargas disputaram a sigla do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), porém o TSE deu ganho de causa a Ivete Vargas. Com a derrota ele fundou, em 1980, o Partido Democrático Trabalhista (PDT) que funciona centrado na sua figura. As características do PDT, personalismo e regionalismo, entre outras razões, proporcionaram a Brizola expressiva votação no Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, estados nos quais ele já fora governador. Por outro lado, a característica regionalista dificultou a penetração do PDT em importantes estados, como por exemplo São Paulo e Minas Gerais, que são os dois maiores colégios eleitorais do país, e onde Brizola obteve inexpressiva votação na eleição presidencial de 1989. (36)

Luís Inácio Lula da Silva, na eleição de 1986, elegeu-se deputado federal constituinte pelo PT, obtendo a maior votação do Brasil. A estréia de Lula na disputa eleitoral ocorreu em 1982 como candidato ao governo de São Paulo e até esta data ele fora o principal líder operário do país e tivera grande participação na formação do PT. Como líder sindical na região do ABCD paulista, Lula foi presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo/SP, cargo do qual foi destituído em 1980 pelo governo militar do general João Figueiredo.

Em fevereiro de 1980 foi criado o Partido dos Trabalhadores a partir do chamado *novo sindicalismo*, movimento que reunia trabalhadores da área metropolitana de São Paulo. (37) O PT tinha como proposta inicial romper com os padrões de organização partidária, e pretendia manter uma estreita ligação com sua base e com o setor operário. No plano da organização o PT enquadrava-se, segundo conceituação de DUVERGER, como um *partido de massa* - origem externa, com forte articulação estrutural, centralização nacional, rigorosos requisitos de filiação, certo doutrinamento e portador de uma relação específica entre as lideranças do partido e seus parlamentares. (38) A partir de 1986 o PT cresce nacionalmente conseguindo bons desempenhos eleitorais chegando à vitória em algumas capitais e em importantes municípios. (39) (40)

Para os propósitos da análise que será realizada nos próximos capítulos é fundamental ter-se em mente que independente da postura ideológica desses sete candidatos a moralização pública foi uma questão que permeou de modo marcante seus discursos de campanha durante o primeiro turno do pleito presidencial. (41) Uma característica importante é que cada um dos candidatos à Presidência da República aborda esta temática de maneira bastante particular, cada um tentando, no entanto construir uma imagem associada a esse tema. Outro destaque reside no fato da moralização pública ter sido apresentada como contraponto para os problemas que o país enfrentava no ano de 1989.

As hipóteses a serem discutidas nos próximos capítulos, sobre a questão da moralização pública nos discursos dos candidatos à presidente da República durante a campanha eleitoral de 1989 - primeiro turno, são as seguintes:

1. os candidatos à Presidência da República durante a campanha eleitoral de 1989 significaram a crise brasileira em seus discursos como sendo equivalente a inflação e a corrupção. (42)

2. a crise no Brasil em 1989 era uma questão de cunho moral na medida em que tinha na corrupção a sua principal causa. A solução apresentada pelos presidentiáveis foi a moralização pública.

3. em 1989 a prática política estava associada à corrupção, daí a necessidade da construção do sujeito moralizador, capaz de empreender a moralidade no trato da coisa pública.

Para levar a efeito esta dissertação foi reunido o material de campanha produzido pelos partidos políticos, veiculado pela televisão no horário noturno da programação eleitoral gratuita do TSE, que se estendeu de 15 de setembro a 12 de novembro de 1989 - período correspondente ao primeiro turno do pleito presidencial. Em função da característica do pleito de 1989, a figura dos candidatos monopolizou a campanha, o conjunto de manifestos sobre a moralização pública que será aqui analisado foi extraído dos pronunciamentos

dos sete presidenciáveis - Afif Domingos, Collor de Mello, Leonel Brizola, (43) Luís Inácio Lula da Silva, Mário Covas, Paulo Maluf e Ulysses Guimarães (44) - e pelos *textos em off*. (45) Além dessas fontes, foram tomadas as falas do candidato a vice-presidente pelo PMDB, Waldir Pires. A exceção feita para o peemedebista foi decorrente da importância que ele assumiu nos programas eleitorais do PMDB: Waldir Pires foi o único candidato à vice-presidente que dividiu quase equitativamente o espaço eleitoral com o seu companheiro de chapa, Ulysses Guimarães, sendo suas manifestações discursivas extremamente importantes para o conjunto da análise que está sendo proposta. Os demais candidatos à vice-presidente raramente apareceram nos programas eleitorais de seus partidos e, quando o fizeram, seus pronunciamentos não contribuíram para a proposta deste trabalho.

Todo este material - pronunciamentos e *texto em off* - foi resultado da gravação, em fitas de vídeo-cassete, dos 58 dias de propaganda eleitoral gratuita correspondentes ao primeiro turno. Foram analisados 107 fragmentos discursivos em 42 horas de fitas, de um total de 68 horas de gravação. (46) (47) Este rol de manifestações constitui-se no corpo discursivo que preenche os requisitos necessários para uma análise. O corpo discursivo criado pelo pesquisador obedece a critérios de uniformização, não se constituindo em uma construção aleatória. Houve preocupação constante neste trabalho de estabelecer um *corpus* que possibilitasse analisar a forma como a moralização

pública foi construída nos discursos dos candidatos a presidente da República na campanha eleitoral de 1989 - primeiro turno.

Inicialmente faziam parte do corpo discursivo deste trabalho os debates televisivos entre os presidencialistas; porém devido à dificuldade de sistematização das falas optou-se por deixar de lado este material. A limitação residiu em dois aspectos: os candidatos, em torno de 9 ou 10, geralmente falavam quase que simultaneamente, e o outro motivo, foi a ausência de dois presidencialistas de vital importância para esta análise: Collor de Mello (que não participou de nenhum dos debates do primeiro turno) e Ulysses Guimarães (que compareceu a apenas um debate - TV Bandeirantes, dia 15/8). Os programas eleitorais do segundo turno da campanha presidencial, disputado por Collor e Lula, também não foram considerados. Sua exclusão deveu-se ao fato do tema moralização pública ter ficado completamente diluído nas falas dos dois presidencialistas, dividindo espaço com outras questões. (48) (49)

Optou-se por trabalhar com o material apresentado pela televisão, basicamente porque, conforme alguns dados à época da campanha eleitoral de 1989, a televisão atingiu cerca de 70% do eleitorado. (50) (51) Demonstrando assim, que a programação eleitoral gratuita foi um grande sucesso de público: a audiência obtida pelos programas eleitorais na primeira semana em que foram veiculados ficou em 30%. (52) (53) O outro fator que contribuiu para que se optasse pelo material veiculado pela televisão em detrimento do rádio, foi a

possibilidade de visualizar os candidatos e o ambiente no qual eles estavam inseridos. A televisão é um veículo privilegiado por transmitir simultaneamente várias linguagens (som e imagem).

Ao se optar pela análise de discurso pretendeu-se trilhar um caminho que possibilitasse ampliar ao máximo possível o entendimento da construção social de significados. O potencial explicativo da análise de discurso justifica a sua adoção no presente estudo.

Algumas considerações teóricas referentes à análise de discurso devem ser feitas. Vários autores contribuíram significativamente para que esta forma de análise avançasse; têm-se desde os subsídios oferecidos pela psicanálise passando pela linguística até se chegar às ciências sociais. (54) O objetivo maior da análise de discurso não é buscar respostas definitivas a problemas, e sim apontar um caminho de análise que proporcione melhores condições de pensar a relação prática discursiva e prática social.

Para se trabalhar com análise de discurso alguns conceitos são fundamentais, entre eles: discurso, discurso político e sujeito. Primeiramente será abordada a noção de discurso. Este refere-se não exclusivamente ao texto, mas à produção social de sentido, isto é, a forma como as práticas sociais se constituem como significantes num dado momento histórico. Na definição de LACLAU & MOUFFE discurso é:

(...) a discursive structure is not a merely cognitive or contemplative entity; it is an articulatory practice which constitutes and organizes social relations (...) we will call any practice establishing a relation among elements such that their identity is modified as a result of the articulatory practice. The structured identity resulting from the articulatory practice, we will call discourse. (55)

Essa prática articulatória, também chamada discurso, supõe que as práticas se constituem através do sentido apropriado pelos sujeitos destas mesmas práticas. Os conteúdos específicos de um discurso não tem sentido em si, mas adquirem sentido na relação que o enunciador estabelece entre seus conteúdos.

No presente estudo parte-se da premissa de que há uma multiplicidade de discursos sociais, e o discurso político, que é especificamente o discurso que se está trabalhando, é apenas mais um dentro desta teia complexa chamada social. (56) A indagação que surge é o que diferencia o discurso político dos demais discursos e onde está a sua singularidade. Uma das respostas é que o discurso político se singulariza e se diferencia dos demais discursos em função do seu objetivo, qual seja, a busca do controle do aparato estatal. Conforme CÉLI PINTO, discurso político deve ser entendido como:

aquele que reivindica o poder público(o Estado) através da construção de uma visão de mundo que se apresenta como a visão dos interesses gerais da sociedade. (57)

O discurso político possui uma intrínseca relação com o sujeito, pois seu êxito depende da sua capacidade de constituir sujeitos com a mesma visão de mundo. (58) O discurso político é o discurso do sujeito por excelência, em todos os sentidos, já que depende dele para a sua sobrevivência.

Introduz-se aqui mais um conceito importante quando se trabalha com análise de discurso, a noção de sujeito. A definição desta categoria é bastante clara no texto de LACLAU & MOUFFE, devendo ser entendida: "*no sentido de posições de sujeito dentro de uma estrutura discursiva*". (59) Ou seja, o sujeito não é origem das relações sociais, mas uma posição discursiva. Em outras palavras, a posição de sujeito é discursivamente construída. O momento inicial de um discurso é também o momento inicial do sujeito. Todo o discurso constitui e é constituído por sujeito. Todo o discurso também se dirige ao outro, daí o discurso estabelecer uma relação de sujeição entre o sujeito enunciador e o outro - aquele a quem procura sujeitar. O discurso só existe através da sujeição.

O discurso construído por qualquer enunciador não é uma via de mão única, ocorrendo um jogo de interação entre o sujeito-sujeitador, no caso do discurso político o candidato, e o sujeito-sujeitado, o eleitor, dentro da própria relação discursiva. Ou dito de outra maneira, o discurso não é mera construção do sujeito-sujeitador, mas leva em consideração a relação que se estabelece entre o candidato à presidente da República e o eleitor. De acordo com CÉLI PINTO:

os discursos lutam entre si pelo poder de interpelar sujeitos, articulando elementos pertencentes ao imaginário coletivo, à história dos povos, às formas que cada sociedade organiza, à sua produção e tantas outras posicionalidades presentes na luta da humanidade para reproduzir-se enquanto tal. (60)

A questão do tornar-se sujeito, neste caso sujeito político, é complexa e envolve um certo cuidado evitando qualquer mecanicismo. O momento em que o indivíduo identifica-se no discurso do enunciador, o primeiro torna-se sujeito deste discurso pelo qual sentiu-se interpelado. Pode-se dar o seguinte exemplo: quando um determinado candidato vai à televisão e fala das péssimas condições de vida dos trabalhadores, da sua baixa remuneração e da necessidade de mudar esta situação o indivíduo que o assiste e que é um trabalhador que vive/sobrevive nestas condições, poderá identificar-se neste discurso. Quando esta identificação ocorre, o indivíduo/eleitor torna-se sujeito do discurso daquele determinado candidato. Porém, esta identificação não se dá automática ou mecanicamente, mas há uma acirrada disputa entre os vários discursos existentes para que a interpelação se concretize.

Uma das razões dessa disputa acirrada é porque, como já foi dito, há uma multiplicidade de discursos no social. Esta multiplicidade discursiva deve ser entendida como a negação da existência de um discurso único que sozinho tenha a capacidade de dar sentido a todas relações sociais. Com esta afirmação não está se descartando a existência de um discurso dominante e sim, discorda-se da idéia de que possa haver apenas uma lógica significando o social. Sabe-se

que um indivíduo pode ser sujeito dos mais variados discursos, por exemplo, de um discurso classista, de um discurso religioso, de um discurso feminista, de um discurso partidário e de vários outros discursos sem que isto se constitua em contradição.

Na disputa eleitoral cada candidato objetiva através do seu discurso impor uma visão de mundo que tanto pode ser de um grupo ou do partido ao qual pertence. Ao travar essa luta política o objetivo é esvaziar o discurso do outro, isto é, desconstruir o seu significado reconstruindo outro. Por isso na disputa eleitoral polemizar é preciso, na medida em que a polêmica abre espaço para o jogo da desconstrução e reconstrução de significados. De forma mais simples, pode-se exemplificar através das falas dos candidatos Collor de Mello (PRN) e Luís Inácio Lula da Silva (FBP). Collor, no programa eleitoral do dia 3 de novembro de 1989 procurou reforçar a sua imagem de oposição ao governo Sarney, fazendo o seguinte pronunciamento:

*(...) durante todo o meu governo fui perseguido pelo presidente da República, ilegítimo, incapaz e corrupto. Porque ele queria que eu entregasse a dignidade e a independência do meu povo em troca de migalhas do governo federal (...).
(3/11/89)*

No entanto, no dia 7 de novembro, Lula mostrou aos eleitores que Collor e Sarney já haviam subido no mesmo palanque e mais ainda, ele agradeceu ao presidente Sarney as verbas que o estado de Alagoas recebeu do

governo federal durante a gestão do então governador Collor de Mello. Com esta desconstrução e reconstrução, o candidato da Frente Brasil Popular pretendeu mostrar que Collor não era oposição à Sarney, mas sim que Collor era igual a Sarney.

Com o exemplo, torna-se fundamental a análise do sujeito enunciador no discurso dos presidencialistas. A partir disto pode-se utilizar um procedimento da análise de discurso baseado no tripé: **QUEM FALA - O QUE - PARA QUEM**, no exemplo dado anteriormente tem-se:

QUEM FALA = sujeito enunciador = Collor de Mello

O QUE = enunciado = *fui perseguido pelo governo Sarney*

PARA QUEM = a quem se fala = eleitor

Este procedimento permite organizar o material de tal maneira que percebe-se a construção de relações de equivalência e de diferença, bem como as relações antagônicas. (61) Esta fase do processo de construção e desconstrução possibilita a comparação das diversas posições de cada sujeito, as formas que se repetem e que se opõem ao longo do discurso do próprio candidato e no discurso dos demais presidencialistas. (62)

A construção de sujeitos e, conseqüentemente, do próprio discurso político está diretamente relacionada com o caráter de luta que a construção

deste tipo de discurso envolve. Esta luta é a luta pelo significado, é o jogo da construção do antagonismo. (63) O discurso busca através do antagonismo construir uma visão de mundo que se oponha à visão de mundo do candidato adversário. Enfim, o discurso constrói desconstruindo.

Assim, o discurso da moralização pública foi a forma através da qual alguns candidatos à presidente da República significaram o momento político brasileiro em 1989, conferiram-lhe sentido, localizaram-se em relação a ele e assumiram uma identidade em seu interior. Esta identidade foi construída em torno da imagem de sujeito moralizador.

A análise do corpo discursivo que foi resultado de um recorte temático - moralização pública - e de um recorte temporal - campanha presidencial de 1989 - primeiro turno - foi pautada por uma divisão feita a partir de uma leitura preliminar. A leitura do material levou a dividir os fragmentos discursivos em três grupos, a saber: a) os pronunciamentos que caracterizaram a crise brasileira em moral e econômica; b) os enunciados que apresentaram os responsáveis pela crise e as suas soluções; e c) as falas que abordaram a identidade - o EU e o OUTRO. A análise desses fragmentos tinha por objetivo reconstituir as cadeias de significados que permearam a campanha eleitoral de 1989 - primeiro turno.

O capítulo 1 reconstitui, o modo como cada um dos sete candidatos significou a crise brasileira, segundo eles presente no cenário político nacional.

Através dos elementos constitutivos dos seus discursos foi possível uma análise comparativa entre as idéias apresentadas pelos presidencialistas.

O capítulo 2 resgata nos discursos da campanha eleitoral de 1989 quem eram os sujeitos responsáveis pela crise no país. No capítulo seguinte busca-se analisar as soluções apresentadas pelos candidatos à Presidência da República - 1989 para resolver o problema da crise, essa passava pela moralidade no trato da coisa pública.

Finalmente, o capítulo 4 estrutura-se em torno da moralização pública na construção da identidade dos sete presidencialistas. Este capítulo procurou verificar como cada um dos candidatos a presidente da República construiu a sua imagem, que elementos foram utilizados para apresentarem-se aos eleitores como sujeito moralizador. Enfim, buscou-se resgatar nas falas dos candidatos em questão como eles se autodefiniam. Constatou-se que a imagem de alguns presidencialistas estava muito ligada à identidade do OUTRO - este entendido como adversário de campanha. Esta ligação foi porque a maioria dos sete candidatos à presidente da República construiu a sua identidade de moralizador desconstruindo os demais candidatos, o OUTRO.

NOTAS

(1) As eleições presidenciais de 1989 trouxeram uma inovação: os dois turnos. A primeira votação foi no dia 15/11 com 22 candidatos disputando as eleições e, o segundo turno, ocorreu no dia 17/12 com apenas os dois candidatos mais votados no turno anterior.

(2) A legislação eleitoral brasileira (Lei nº 7773, de 8/6/89) garante a todos os candidatos horário gratuito de propaganda em cadeia nacional de rádio e televisão. No primeiro turno o tempo de cada candidato variou de acordo com o número de deputados e senadores que cada partido possuía no Congresso Nacional. No segundo turno o tempo foi dividido igualmente entre os dois candidatos.

(3) Decreto-Lei nº 2283

(4) PAIVA, P. Plano de Estabilização e a Economia Brasileira: aspectos gerais. In: PIMENTA, Haydn C. et al. **Plano Cruzado: ataque e defesa**. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1987, p.16.

(5) Este cidadão chama-se OMAR MARCZYNSKI e foi por dois anos, durante o governo Collor, o superintendente nacional da SUNAB.

(6) De acordo com a revista ISTO É/SENHOR, nº 1085 de 4/7/90, que publicou a pesquisa DataFolha, a **popularidade**(*) do presidente Sarney era a seguinte:

SARNEY (1985-1990)		
Início	Auge(**)	Fim
23%	74%	(-)-79%

(*) Popularidade = Aprovação(ótimo + bom) - Desaprovação(reg. + ruim + muito ruim)

(**) Após o Plano Cruzado, em 1986.

(7) Fonte: Apoio S/A.

(8) Fonte: Banco Central do Brasil, Boletim Mensal, v.23, n.1 e 2, jan.-fev./1987.

(9) Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, 1986, FIBGE/RJ.

(10) MOURA, Alkimar. In: LAMOUNIER, Bolivar (org.) **De Geisel a Collor: o balanço da transição**. São Paulo: IDESP/Sumaré, 1990, p.51

(11) DE DECCA. Crescimento, emprego e renda. **São Paulo em perspectiva**. São Paulo, v.1, n.2, pp.93-95, 1987.

(12) A evolução da inflação ao longo de 1986 foi a seguinte:

PLANO CRUZADO - Fevereiro/1986

Mês	Índice	Mês	Índice
março	0.11	agosto	1.68
abril	0.78	setembro	1.72
maio	1.40	outubro	1.90
junho	1.27	novembro	3.29
julho	1.19	dezembro	7.27

Fonte: ZERO HORA - 16/2/91

(13) O economista ANDRÉ LARA RESENDE, em artigo publicado no jornal FOLHA DE SÃO PAULO, em 9/12/90 (A-3), definiu hiperinflação como:

processo de violenta alta de preços que ocorre nas fases finais das inflações crônicas.(...)o que caracteriza a hiperinflação é o esgotamento de todos os mecanismos de financiamento público.(...) A moeda nacional é completamente rejeitada.

(14) CAMARGO, A. As Dimensões da Crise. In: CAMARGO, Aspásia & DINIZ, Eli (Orgs.). **Continuidade e Mudança no Brasil da Nova República**. São Paulo: IUPERJ/Vértice, 1989, p.26.

(15) Idem, ibidem. p.17 .

(16) Dados preliminares do Censo governamental em 1994 apontavam a existência de 16 mil funcionários fantasmas. Apesar de não haver números oficiais em 1989, estima-se que neste ano os dados não eram muito diferentes dos atuais.

(17) Os dados da pesquisa GALLUP foram citados pelo autor FIGUEIREDO, Ney Lima. **Como Ganhar uma Eleição**. São Paulo: Cultura, 1990, p.102.

(18) MOISÉS, José A. Eleições, participação e cultura política: mudanças e continuidades. In: **Lua Nova**, São Paulo, nº 22, pp.164-166, dez.1990.

(19) Idéia desenvolvida pela cientista política ASPÁSIA CAMARGO. In: CAMARGO, Aspásia & DINIZ, Eli (Orgs.). **Continuidade e Mudança no Brasil da Nova República**. São Paulo, IUPERJ/Vértice, 1989, pp.20-56.

(20) Foram os seguintes os candidatos que concorreram no primeiro turno do pleito de 1989: (11) Paulo Maluf, (12) Leonel Brizola, (13) Luís Inácio Lula da Silva, (14) Affonso Camargo, (15) Ulysses Guimarães, (16) Antônio Pedreira, (20) Collor de Mello, (22) Afif Domingos, (23) Roberto Freire, (25) Aureliano Chaves, (27) Lívia Maria, (31) Zamir, (33) Celso Brant, (42) Marronzinho, (43) Fernando Gabeira, (45) Mario Covas, (51) Ronaldo Caiado, (54) Paulo Gontijo, (55) Eudes Mattar, (56) Enéas, (57) Manoel Horta e (26) A. Corrêa do PMB (Partido Municipalista Brasileiro) que cedeu seu lugar para o apresentador de televisão Sílvio Santos, mas este teve sua candidatura impugnada pelo TSE. Os votos em Armando Corrêa foram considerados nulos pelo Tribunal Superior Eleitoral.

(21) Resultado Oficial do TSE: Collor de Mello (28.52%), Lula da Silva (16.08%), Leonel Brizola (15.45%), Mario Covas (10.78%), Paulo Maluf (8.28%), Ulysses Guimarães (4.43%), Afif Domingos (4.3%).

(22) Dentro do quadro político brasileiro a segmentação estabelecida por CÉLI PINTO segue a mais tradicional disposição das tendências políticas, definindo-as da seguinte maneira: **DIREITA** - formada por políticos ligados antigo regime militar com uma visão privatista da economia e com uma proposta de recessão aprovada pelo FMI para resolver as questões da dívida externa e da inflação; **CENTRO** - composta de políticos que estiveram ligados ao governo Sarney, alguns dos quais defendendo uma proposta de coloração social democrata; **ESQUERDA** - políticos ligados ao PT, ao trabalhismo brizolista e aos tradicionais partidos comunistas.

(23) Vários desses candidatos faziam parte de coligações, está sendo mencionado apenas o partido de origem de cada um dos presidencialistas.

(24) Em 1993 o PDS funde-se com o PDC dando origem à sigla partidária PPR (Partido Progressista Renovador). Novamente em 1995, os partidos PPR, PP e PRP fundem-se e formam um novo partido: PPB (Partido Progressista Brasileiro).

(25) Maluf disputou a convenção do partido, em 1984, com o então ministro Mario Andreazza.

(26) Durante a Assembléia Nacional Constituinte o DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar) acompanhou a atuação dos congressistas conferindo-lhes nota de zero a dez, Afif tirou nota zero.

(27) O PRN fez coligação com os partidos PTR, PSC e PST, todos partidos estreantes no pleito de 1989 e desconhecidos da grande maioria do eleitorado brasileiro.

(28) A fluidez da legislação brasileira sobre partidos políticos permite que sejam criados as chamadas *siglas de aluguel* que servem para dar guarida legal à

candidatos avulsos. A Emenda Constitucional nº 25, de 15/5/1985, estabelece como requisito para a fundação de um partido político a agregação de apenas 101 indivíduos que elegem uma Comissão Nacional Provisória para o encaminhamento da proposta perante o Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

(29) Dados revelados pelo professor VENICIO A. LIMA (UnB) em palestra na 42ª Reunião Anual da SBPC, em Porto Alegre, julho/1990.

(30) A Rede Globo, em 1989, possuía 73 filiadas em todo o país e nas principais capitais do país o seu índice-médio de audiência diária no horário nobre é de 84%, segundo dados do IBOPE.

(31) Em 12/10/1992 faleceu Ulysses Guimarães, num acidente de helicóptero no litoral do Estado do Rio de Janeiro, que também vitimou dona Mora Guimarães e o casal Severo Gomes.

(32) O PMDB em vista da sua representação parlamentar detinha 22 minutos diários no horário gratuito do TSE.

(33) DUVERGER, M. **Os partidos políticos**. Rio de Janeiro, Guanabara, 1987, p.166.

(34) Dentre os vinte e dois postulantes ao Palácio do Planalto, Aureliano Chaves, do PFL, foi detentor de 16 minutos no horário do TSE.

(35) Nessa eleição Brizola foi o recordista de votos, obtendo 269 mil votos.

(36) O PDT tinha 10 min. no programa eleitoral gratuito.

(37) Nos últimos anos o Partido dos Trabalhadores foi objeto de análise de diversos autores, entre eles: GADOTTI, Moacir & PEREIRA, Otaviano - **Pra que PT** - origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Cortez, 1989; KECK, Margareth E. - **A Lógica da Diferença** - o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1991; MENEGUELLO, Rachel - **PT: a formação de um partido** (1979-1982). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989; POMAR, Wladimir - **Quase Lá** - Lula, o susto das elites. São Paulo: Brasil Urgente, 1990; WEFFORT, Francisco (org.) - **PT: um projeto para o Brasil** (Economia). São Paulo: Brasiliense, 1989.

(38) Op.cit. p.171.

(39) Em 1988 o PT conquistou as Prefeituras de Porto Alegre (RS), São Paulo (SP), Santos (SP), Vitória (ES), entre outras.

(40) O PT fez coligação com os seguintes partidos: PSB e PC do B, constituindo a Frente Brasil Popular com 10 min. no horário gratuito do TSE.

(41) O Quadro abaixo reproduz o tempo-médio do tema **MORALIZAÇÃO PÚBLICA**, na televisão, durante o primeiro turno da programação eleitoral gratuita de cada candidato.

QUADRO 4

	Setembro (15-30)	Outubro (1-31)	Novembro (1-12)	Média Final
Afif	30.0%	15.0%	20.0%	21.5% (4)
Brizola	32.0%	6.5%	12.5%	17.0% (6)
Collor	50.0%	29.5%	37.5%	39.0% (1)
Covas	32.5%	23.0%	22.0%	26.0% (2)
Lula	31.5%	28.0%	14.5%	24.5% (3)
Maluf	38.0%	22.5%	13.5%	24.5% (3)
Ulysses	26.5%	16.5%	10.5%	18.0% (5)

Obs.: Vide ANEXO 2 com as taxas percentuais diárias de cada presidenciável, no período de setembro à novembro de 1989.

(42) LACLAU & MOUFFE definem a *equivalência* como:

This equivalence creates a second meaning which though parasitic on the first, subverts it: the differences cancel one other out insofar they are used to express something identical underlying them all. The problem is to determine the content of that identical something present present in the various terms of the equivalence. If through the chain of equivalence, all the differential objective determinations of its terms have been lost, their identity can only be given either by a positive determination underlying them all, or by their common reference to something external." (1985, p.127)

(43) Também foi analisada uma fala da deputada pedetista Cidinha Campos.

(44) A atriz Elizabeth Savalla participou sistematicamente dos programas eleitorais do PMDB e também foi incorporada à análise.

(45) Os *jingles* dos candidatos Collor, Covas e Ulysses Guimarães, também faziam referência à temática da moralização pública, mas não foram incorporados à análise. Vide ANEXO 1.

(46) O horário noturno da programação eleitoral gratuita se estendia das 20h30min. às 21h40min.

(47) As gravações do horário eleitoral do TSE (primeiro e segundo turnos) fazem parte do projeto de pesquisa "*Brasil - Eleições Presidenciais/1989*", coordenado pela professora CÉLI PINTO.

(48) No segundo turno do pleito presidencial Collor e Lula dedicaram, em média, 14% do seu tempo à questão da moralização pública.

(49) Um dos objetivos deste estudo é fazer uma análise comparativa entre os discursos dos sete candidatos já referidos. Essa premissa exclui o segundo turno, do qual participaram só os dois candidatos vitoriosos do primeiro turno do pleito presidencial de 1989.

(50) O rádio, o outro veículo de comunicação que transmitia os programas eleitorais, atingiu apenas 10% dos eleitores. Revista ISTO É/SENHOR, nº 1046, de 21/9/89.

(51) Em 1989 estavam habilitados a votar pouco mais de 82 milhões de eleitores de uma população estimada em 147 milhões, isto representava que em cada 10 brasileiros 6 estavam aptos a votar.

(52) Revista ISTO É/SENHOR, Op.cit.

(53) Este índice pode ser atribuído, em parte, ao interesse que as eleições presidenciais despertaram nos brasileiros após 29 anos sem eleger diretamente o presidente da República; e também, ainda poderia ser explicado pelo horário em que a programação eleitoral gratuita foi ao ar, isto é, entre 20h30min. e 21h40min., entre o *Jornal Nacional* e a *novela das 8* que são os campeões de audiência na televisão brasileira. Este *horário nobre* propiciava que os programas fossem assistidos enquanto os telespectadores esperavam a próxima programação.

(54) Vários autores contribuíram substancialmente para a reflexão sobre Análise de Discurso, entretanto não possuem uma visão uniforme sobre ela. Os principais nomes sobre a AD são: ERNESTO LACLAU, JULIA KRISTEVA, MICHEL FOUCAULT e MICHEL PÊCHEUX.

(55) LACLAU, E., MOUFFE, C. **Hegemony and Socialist Strategy: towards a radical democratic politics.** London: Versus, 1985, p.96.

(56) Segundo FOUCAULT o *social* é a *mélange* entre o público e o privado.

(57) PINTO, C. R. **Com a Palavra o Senhor Presidente José Sarney.** São Paulo: HUCITEC, 1989, p.51.

(58) Idem, *ibidem* p.52

(59) LACLAU, E & MOUFFE, C. Op.cit., p.115.

(60) PINTO, C. Op.cit. p.22.

(61) De acordo com LACLAU uma **relação de antagonismo** é aquela onde a realidade de um dos seus pólos é simplesmente a negação do outro. Por exemplo: existe Collor; não-existe Sarney. (o antagonismo para existir é preciso acabar com o outro. É o momento da ruptura.) As **relações de equivalência** estabelecem a possibilidade de substituir certos objetos enquanto a posição que os mesmos ocupam dentro de um certo contexto estrutural. Em termos de linguagem estes objetos estão em uma relação paradigmática. As **relações de diferenças** procuram absorver e neutralizar parcialmente os elementos ideológicos de um discurso de resistência de forma a neutralizar seu antagonismo potencial (os sujeitos assumem no discurso posições diferenciadas, mas não antagônicas). In: PANIZZA, Francisco E. **Uruguay: batllismo y despues**. Montevideo: Banda Oriental, 1990, p.16.

(62) PINTO, C.R. Op.cit. p.64

(63) Idem, ibidem p.52.

OS CANDIDATOS À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA CARACTERIZAM A CRISE BRASILEIRA

Este primeiro capítulo trata de analisar como os candidatos à Presidência da República, durante o primeiro turno da campanha eleitoral de 1989, identificam a crise brasileira. Para os presidenciáveis, a crise brasileira, basicamente, se desdobrava em corrupção e inflação.

Ao enunciá-las os candidatos colocaram em circulação significações múltiplas. A corrupção é abordada pelos presidenciáveis sob vários aspectos, desde o apadrinhamento político até o desperdício de verbas públicas, passando também pelo *crime do colarinho branco*, a sonegação e vários outros exemplos. Corrupção e inflação foram as duas principais significações utilizadas pelos sete candidatos ao cargo de presidente da República para caracterizar a crise brasileira.

Ao longo da análise dos pronunciamentos dos candidatos constata-se que a corrupção não era apenas um significante da crise moral, mas também passou a ser identificada pelos presidenciáveis como sendo a causa da inflação. Esta relação - corrupção causa inflação - é importante porque traz em seu conteúdo as condições para a emergência do discurso da moralização pública e oferece um *gancho* para a articulação da identidade dos candidatos enquanto sujeito moralizador.

O presente capítulo subdivide-se em sete partes, cada uma correspondente a um candidato. A ordem de entrada dos presidenciáveis obedece ao tempo-médio que cada um dedica à temática da moralização pública durante a propaganda eleitoral gratuita, ao longo do primeiro turno da campanha presidencial de 1989. (1)

1.1. COLLOR DE MELLO

O candidato Collor preocupa-se em suas falas em descrever a situação do país como uma *grave crise moral*. Ao longo da campanha presidencial os seus pronunciamentos caracterizam-se por serem simples, impactantes e

preocupado em localizar para o eleitor onde e como ocorria a corrupção. Para levar a efeito sua estratégia ele, exaustivamente, durante sete programas eleitorais mostra concretamente o que é um *marajá*, os casos de *impunidade*, como se dava o *desvio de verbas* e o *desperdício do dinheiro público*. (2) Enfim, o candidato se preocupa em apresentar todos os exemplos possíveis de falta de moralidade no trato da coisa pública.

No dia 18 de setembro, o programa eleitoral do PRN veicula uma reportagem que fora feita denunciando o descaso do governo federal quanto ao armazenamento de arroz. As imagens filmadas mostravam várias toneladas de arroz apodrecendo a céu aberto, expostas ao sol e a chuva. Logo depois destas imagens entra no ar a fala do candidato:

*"Em abril deste ano, portanto há cinco meses, eu aqui estive neste local, Formoso do Araguaia, para verificar pessoalmente o desperdício que o governo federal estava fazendo com recursos próprios, jogando fora milhões e milhões de quilos de alimentos, enquanto milhares e milhares de pessoas neste Brasil passam fome. Aqui, nós estamos vendo 4.700 toneladas estocadas ao ar livre. Um arroz inteiramente apodrecido. Este é o Brasil da irresponsabilidade, da incúria, do desperdício, do assalto aos cofres públicos, da insensibilidade. Este não é o Brasil que nós queremos."
(18/9/89)*

O principal ponto abordado por Collor é o *desperdício do dinheiro público*. Para comprovar o desperdício não apenas são mostradas as imagens do arroz, mas ele faz questão de apresentar-se ao lado das toneladas de arroz

apodrecido. A atitude do candidato apresenta duas intenções: primeiramente, mostrar concretamente ao eleitor uma situação de desperdício de dinheiro público. Ou seja, dá condição de visibilidade à crise brasileira. E, em segundo lugar, coloca para os seus interlocutores que ele - Collor - foi pessoalmente e, pela segunda vez, ao local. O candidato do PRN também salientou que já estivera nessa localidade há cinco meses e que a situação continuava a mesma. Ou seja, de lá para cá nenhuma providência foi tomada pelo governo federal com vistas a solucionar o problema, o que revelava o descaso do governo ao tratar com a coisa pública, sua ineficiência e estagnação. Mais grave ainda: isso ocorre num país como o Brasil, onde havia milhões de pessoas passando fome e, paradoxalmente, toneladas de alimentos sendo desperdiçados.

Nesse pronunciamento, Collor critica o governo federal e qualifica o Brasil que está sob sua responsabilidade (o que servia, indiretamente, para adjetivar o próprio governo) de *irresponsável, inerte, estagnado e insensível*. Esta sua estratégia permite apresentar o seu adversário de maneira bastante negativa, abrindo espaço para que o candidato se colocasse como aquele que não concordava com esse Brasil e fosse aquele capaz de salvar o país, levando para a cadeia os *criminosos* que cometiam uma dupla infração: desperdiçavam verbas públicas e jogavam fora milhões de alimentos.

Desde o primeiro instante em que começa a veicular seus programas eleitorais, Collor deixa muito claro quem é seu adversário - o governo Sarney. E

sempre traz em suas falas duas idéias subjacentes: o governo tem obrigações que não cumpre, portanto incompetente. E a outra noção que perpassa é que o governo é passível de corrupção.

Alguns dias depois desse programa do PRN, em 26 de setembro, o candidato Lula retoma no seu espaço eleitoral o *caso do arroz apodrecido* e busca fazer uma desconstrução do discurso de Collor. A equipe do programa da Frente Brasil Popular foi até o local e filmou as mesmas toneladas de arroz apodrecendo. Entretanto, lembrou ao eleitor que o coordenador da campanha Collor era o Secretário Geral do Ministério da Agricultura quando este fato ocorreu, sendo portanto, co-responsável pelo descaso na armazenagem do arroz e que resultou em mais um caso de desperdício do dinheiro público.

Neste jogo da desconstrução e reconstrução do discurso, Lula também reconhece, a exemplo do candidato do PRN, que o governo Sarney é o responsável pelo referido acontecimento, mas lembrou que as pessoas ligadas à candidatura Collor já foram aliadas do presidente da República. Logo, Collor e Sarney não estavam em campos opostos tal como quis mostrar o candidato do PRN mas, na realidade, ele e Sarney pertenciam ao mesmo espaço político. Não só a sua origem política remontava a José Sarney, já que ambos pertenceram ao mesmo partido, o PDS, como eram ligados ao mesmo grupo político.

No dia seguinte ao que foi analisado, 19 de setembro, o programa eleitoral de Collor continua na linha reportagem-denúncia. Desta vez o assunto abordado é o caso do *frete agrícola*. Este consistia na contratação de empresas privadas para fazer o transporte dos grãos porém, segundo a reportagem-denúncia, esse transporte custava o triplo, onerando os cofres públicos. Assim se expressou Collor:

"(...)Este, definitivamente, não é o país que nós queremos. Este não é o Brasil dos nossos sonhos mas nós vamos reconstruir este Brasil, nós vamos fazê-lo melhor. E eu convoco você que estava me ouvindo neste momento para participar conosco deste trabalho de reconstrução nacional para acabar com essa sem-vergonhice, para acabar com essa corrupção, para acabar com essa impunidade. Colocando os responsáveis por esses absurdos, por esses crimes na cadeia. E, fazendo para este Brasil uma sociedade mais justa, mais fraterna, mais solidária(...)." (19/9/89)

Nesse pronunciamento três aspectos são abordados. O primeiro é a situação do país: o candidato descreve o mundo social em termos fortemente negativos, utilizando as qualificações *sem-vergonhice, corrupção e impunidade*. O segundo aspecto está diretamente relacionado ao primeiro: Collor rechaça este Brasil e propõe, pela primeira vez, a *reconstrução nacional*. Esta contrapõe-se à situação de *crise moral* em que, segundo o candidato do PRN, o país se encontrava em 1989. Para o trabalho de reconstrução Collor convoca todo o eleitorado, indistintamente, bastando para isto que quisesse acabar com a *sem-vergonhice, com a corrupção, com a impunidade e colocar na cadeia os criminosos e os responsáveis por esses absurdos*. Em última instância, a

reconstrução nacional era o resultado da soma das atitudes individuais de homens de bem. Esta vai implicar em *uma sociedade mais justa, mais fraterna, mais solidária*.

Aqui aparece o terceiro aspecto da fala do candidato - *o Brasil que nós queremos*. O *Brasil de nossos sonhos*, segundo Collor, estava em oposição ao *Brasil de hoje* (1989) causado pela irresponsabilidade e pela falta de seriedade do governo federal. Aqui o candidato deixa explícito aquela que foi a sua principal marca ao longo da campanha eleitoral: *a divisão do espaço de luta em dois pólos antagônicos em que cada um se apresenta como a negação do outro, construindo-se como proposta de ruptura*. (3) A estratégia de construir o antagonismo e identificar o inimigo também serve apresentar sua imagem de antipolítico e de oposição ao governo federal, primeiramente e, posteriormente, ao presidente José Sarney.

Dez dias depois dessa fala, no programa do dia 29 de setembro, o candidato do PRN retoma a linha da denúncia. Desta vez são os remédios que estão com o prazo de validade vencido:

"(...)A verdade é que nestes últimos anos, os anos do regime militar e agora, nesta Nova República, a gente mais simples que trabalha e que espera uma vida tem sido muito mal tratada. (...)O governo que deveria dar o exemplo perdeu a vergonha e, junto com ela perdeu também a autoridade. E o desperdício hoje é a regra geral. Outro dia mesmo, eu registrei aqui, eu mostrei aqui toneladas de arroz que apodreciam. No começo deste mês o governo queimou, minha gente, US\$ 10 milhões de remédios com prazo de validade vencido.

Remédios que ele tinha comprado com o dinheiro do imposto que você paga, com o seu dinheiro. Tudo perdido, enquanto o povo estava doente, enquanto o povo passa fome.(...)"
(29/9/89)(1ª parte)

Neste enunciado, mais uma vez, Collor aborda as questões do desperdício das verbas públicas e da impunidade. Inicialmente, o candidato do PRN afirma que *a gente mais simples* sofreu nos últimos anos e o responsável por tal sentimento é o governo federal, porque desperdiçava o dinheiro do povo. Para reforçar a sua idéia, ele destaca o caso dos remédios vencidos e cita novamente as toneladas de arroz apodrecido, exemplos concretos do desperdício do dinheiro público.

Não bastasse o fato de o governo federal desperdiçar as verbas públicas, havia o agravante da péssima situação em que vivia a grande maioria dos brasileiros ou, nas palavras do candidato, *o povo passa fome e o povo está doente*. O candidato nomeia com clareza os sujeitos que estão sendo interpelados pela sua fala: *trabalhador, povo e contribuintes*. Deve-se observar que esses sujeitos estão na posição de vítimas são sofrendores da crise, ou nas palavras do candidato: *foram maltratados nestes últimos anos*. Eles sofrem a ação de um *governo sem-vergonha*, e como sujeitos passivos esperam a reação de alguém. Cria-se assim as condições para o surgimento da figura do salvador, aquele messias que vai solucionar todos os problemas. Na continuação do enunciado tem-se:

"(...)Temos muitos problemas: falta dinheiro no bolso do trabalhador, falta saúde, falta educação, falta casa, falta comida. E o pior de tudo, minha gente, temos que enfrentar além de todos esses problemas a crise moral. A falta de vergonha dessa gente que aí está. É por causa da maneira de pensar e agir dessas pessoas indignas que alguns chegam a pensar que estava certo querer levar vantagem em tudo. Isto acontece porque todo mundo vê levarem vantagem os que tem poder de roubar, sabendo que ficarão impunes, sabendo que nada vai lhes acontecer." (29/9/89)(2ª parte)

Na segunda parte de seu pronunciamento, Collor expressa claramente quais são os problemas brasileiros, dando ênfase à crise moral. Esta tem na impunidade um dos seus aspectos. Ao abordar essa questão a idéia central do candidato é que se os criminosos forem punidos, a corrupção e o desperdício do dinheiro público não mais aconteceriam, e o problema da *crise moral* estaria resolvido. A causa desta crise é só uma: a impunidade. (4)

Retomando-se as três falas de Collor já analisadas (18, 19 e 29 de setembro) percebe-se alguns pontos em comum. O primeiro aspecto é que nesses pronunciamentos ele caracteriza a crise brasileira enfatizando seu aspecto moral e cita casos de desperdício de dinheiro público. O candidato do PRN não apenas cita os casos como vai mais além: o mau uso das verbas públicas é concretamente apresentado ao eleitor através de exemplos. Ou seja, Collor não se limita a fazer denúncias, mas elas são concretizadas para o eleitorado.

Desse modo Collor revela um tipo de comportamento político que evidencia o descaso com que a coisa pública estava sendo tratada no Brasil da Nova República. É nesse momento que se identifica o segundo ponto em comum entre as falas do candidato: o corte dividindo de um lado, o *Brasil atual*, descrito de maneira fortemente negativa; e de outro lado, o *Brasil de nossos sonhos*, aquele país que o candidato pretendia promover. O candidato busca claramente estabelecer uma dicotomia não só em termos temporais, entre um presente negativo e um futuro promissor, resultantes de duas práticas políticas: numa a coisa pública sendo tratada com descaso; na outra, a promessa de dar um basta à apropriação indevida daquilo que é público.

Ao construir em seu discurso a crise brasileira, dando ênfase ao seu aspecto moral, Collor se utiliza de exemplos reais de maneira bastante particular: os fatos são apresentados pelo candidato isoladamente para o eleitorado, o que permite explorá-lo num tom emocional. No dia 7 de outubro as *mordomias do presidente da República e de seus assessores* são denunciadas desse modo: (5)

"(...) O presidente da República ele mora ali. Lá gastam rios e rios de dinheiro com mordomias e isto eu quero mostrar à vocês onde é.(...) Ali, é que são gastos por dia, por mês, por ano, milhões e milhões de cruzados em mordomias. Teu patrão, por exemplo., ele te dá casa para morar? O teu patrão,ele te dá carro para te levar da tua casa para o teu emprego? Não, ele não dá. O patrão do presidente da República e de todos aqueles que trabalham no governo é o povo. E o povo já estava cansado minha gente, de dar essas mordomias para que essas nossas autoridades fiquem morando às custas do dinheiro de cada um de nós. Isto tem que acabar! É isto que nós vamos fazer. Por isto, conto com

vocês, com a força do voto de cada um de vocês para, de uma vez por todas, dizer não às mordomias." (7/10/89)

Essa fala de Collor é feita tendo como cenário a sua residência em Brasília. O candidato coloca-se no jardim de sua casa e mostra que *lá*, do outro lado do Lago Paranoá, onde fica o Palácio da Alvorada, a residência oficial do presidente da República, José Sarney, se gastam *rios e rios de dinheiro com mordomias*. No referido fragmento, além do presidente da República também os seus assessores estão incluídos na crítica. Entretanto, é o presidente Sarney o inimigo que deve ser combatido, porque é ele quem gasta *milhões de cruzados em mordomias*. Mais uma vez aparece a relação de antagonismo: de um lado está José Sarney representando todos os problemas do país - *mordomias, impunidade, etc.* - e, do outro lado, está Collor o candidato que se apresenta como a antítese de tudo que estava *aí no Brasil de 1989*. Onde o antagonismo fundamental é entre Collor e Sarney e a construção da divisão do espaço político se dá de tal forma que a existência de um é simplesmente a negação do outro .

A situação de desperdício de *milhões e milhões de cruzados* descrita por Collor, embora sem comprovação, causaria desconforto em qualquer sociedade. Em um país com graves problemas sociais, como por exemplo, a desnutrição afetando milhões de brasileiros, alto índice de mortalidade infantil, analfabetismo atingindo 27% da população, o salário mínimo valendo em torno de US\$ 40, 30% da população brasileira vivendo em condições de miséria absoluta, taxas elevadas de desemprego, falta de saneamento básico em 40%

dos domicílios entre outros problemas, a fala de Collor foi de grande impacto.

(6) O eleitor que estivesse nesta situação e ouvisse a sua denúncia e a sua promessa de *dizer não às mordomias* tenderia a ser interpelado pelo seu discurso.

Para destacar ainda mais as precárias condições de vida da maioria dos brasileiros, Collor compara a relação patrão-trabalhador com o presidente da República e seus assessores diretos, tocando em dois pontos cruciais para o trabalhador brasileiro: moradia e transporte; salienta que o trabalhador não tem casa de graça e nem transporte financiado pelo patrão, ao contrário, o trabalhador brasileiro gasta mais de 50% do seu salário com apenas esses dois itens. Em contrapartida, o presidente da República e seus assessores *gastavam milhões de cruzados em mordomias às custas do dinheiro de cada um de nós*. Ao fazer essas denúncias Collor luta para tornar-se o ponto de identificação e aglutinação das insatisfações populares que encontram terreno fértil na realidade de crise, inflação e miséria.

Alguns dias depois, aproveitando que uma grande parcela da população brasileira vivia em péssimas condições, Collor aborda novamente o ponto nevrálgico da questão habitacional. Os dados apontavam que no Brasil, em 1989, o déficit habitacional era de 10 milhões de casas. (7) O governo federal, nas últimas décadas, não conseguiu amenizar o problema, que na realidade vinha se agravando ano a ano em decorrência da crise que o país atravessava e da falta de investimento do governo federal no setor habitacional. Não só a

população carente como também a classe média, cada vez mais empobrecida, eram atingidas pelo problema. Collor utiliza o seguinte exemplo na fala transmitida no dia 29 de outubro:

*"(...) O pior, minha gente, é que no Brasil tem muita gente que mora simplesmente na rua. Só em São Paulo, o estado mais rico do país, 80 mil moram nas ruas. No Brasil inteiro são milhões de pessoas que não tem onde morar. É um absurdo, mais ainda, é uma vergonha. Isto aconteceu porque o sistema de financiamento da casa própria sempre beneficiou as pessoas mais ricas. O antigo BNH deu uma porção de empréstimos para pessoas que não eram as mais necessitadas comprarem apartamentos até, minha gente, nas zonas mais caras das grandes cidades." (29/10/89) *

A fala de Collor, além de destacar o problema habitacional, também indica porque essa situação ocorria. Do ponto de vista do candidato ela era decorrência da má utilização dos recursos do antigo BNH, ou seja, o sistema financeiro que deveria financiar a casa própria para as classes mais necessitadas não o fez; pior, desviou os recursos para *beneficiar os ricos*. Além de criticar a ação do governo, Collor, mais uma vez, mostra que é o candidato que está ao lado do povo e contra os ricos.

Mais uma vez o candidato do PRN define os sujeitos para os quais se dirige: os eleitores pobres. Estes são identificados quando Collor cita os *descamisados, a gente mais simples, os despossuídos, os pés descalços*, todos em última instância enquadram-se na categoria *povo*. E é com o sujeito povo que ele estabelece uma relação direta, sem nenhum tipo de mediação; pelo contrário, ele está completamente afastados dos políticos tradicionais, dos partidos e dos

empresários. (8) Esses sujeitos genéricos traduzem a vocação de neutralidade ideológica e de generalidade buscada pelo discurso de Collor, pois eles transcendem qualquer identificação com agentes sociais concretos e, portanto capaz de adquirir continuamente novas identidades.

Nos dias 10 e 28 de outubro, Collor dedica grande parte do seu programa eleitoral para falar nos marajás, assunto que notabilizou-o nacionalmente quando ainda era governador de Alagoas. A fala do dia 10 de outubro é bastante significativa:

*"Minha gente, hoje no Brasil todo mundo sabe o que é um marajá. Depois da minha luta em Alagoas até fora do Brasil em outros países já sabem o que quer dizer marajá. E eu fico muito feliz quando me chamam de **caçador de marajás**. Vamos falar de marajá hoje, porque você vai estar junto comigo na guerra contra os marajás que ainda hoje existem no país. É importante a gente lembrar que marajá não é somente aquele que ganhou muito do governo sem trabalhar e que eu expulsei lá de Alagoas. Existem muitos outros tipos de marajá. Eu aposto que você sabe o nome de uma porção de pessoas que são importantes hoje no nosso país, e que são marajás.(...)"(10/10/89)(1ª parte)*

Quando governador de Alagoas, Collor empreendeu a cruzada de caça aos *marajás*. Nessa época *marajá* era o termo usado em referência àquele que ganhava muito sem trabalhar e que enriquecia através do emprego público. Na primeira parte do pronunciamento acima destacado, Collor introduz a idéia de que existem outros tipos de *marajá* além daqueles que foram expulsos de Alagoas por ele.

No rastro da campanha de *caça aos marajás*, programas especiais foram produzidos pelas emissoras de televisão, especialmente a Rede Globo que, entre 1987-1988, colocou no ar 2 programas *Fantástico* e 3 *Globo Repórter* enfocando o funcionalismo público. (9) O resultado desses programas, que mostravam *marajás e funcionários fantasmas* em diversos estados da federação, acabou por passar para o senso comum, através dos principais órgãos da imprensa nacional, que todos os funcionários públicos, indistintamente, eram ineficientes.

Essa imagem negativa foi sendo reforçada pelas cenas transmitidas pelas principais redes de televisão, mostrando quase que diariamente enormes filas para o atendimento nos órgãos públicos, hospitais superlotados e sem condições de atender à demanda, farmácias da Previdência Social sem remédios para distribuir, e vários outros exemplos da falência dos serviços públicos. A idéia perpassada é que também os funcionários públicos tinham uma parcela de culpa por essa situação e daí, serem rotulados de *vilões da história*. O cidadão comum tinha no funcionário o sujeito concreto mais próximo e, imediatamente a ele era transferida uma parte da responsabilidade pela ineficiência dos serviços prestados pelo setor público.

No período em que Collor empreendeu a *caça aos marajás*, por sua generalização, denegriu a imagem dos funcionários públicos pois todos foram

tomados como *marajás*, incompetentes e ineficientes. Em 1989 Collor assumiu uma nova postura em relação a eles. Na fala do dia 28 de outubro, já destacada, o candidato do PRN faz uma diferenciação entre os funcionários públicos. Existiam aqueles que eram *apadrinhados dos poderosos que ganhavam muito sem trabalhar* e os outros, que *cumprem a sua obrigação e ganhavam baixos salários*.

Ao longo da campanha eleitoral a definição de *marajá* dilata-se e incorpora outros personagens, também execrados, e passa a ser equivalente a *sonegador, especulador (financeiro e da terra), intermediário e poderoso*. Na continuação do pronunciamento tem-se a definição precisa daqueles que passaram a ser chamados de *marajá*:

"(...)Mas além de pessoas existem também, instituições que se comportam igualzinho a um marajá. (...)Sonegador de imposto é marajá, ele esconde o que ganhou e não paga impostos ao governo. Você não pode esconder quanto ganhou, por quê? Porque o seu desconto já vem no contra-cheque, mas os poderosos podem. Mas o marajá encontra mil maneiras de esconder. O sonegador é minoria e no meu governo a fiscalização dos impostos dos poderosos vai ser implacável. Vamos ter um controle total sobre o pagamento de impostos no país. Vamos ter provas para colocar na cadeia quem roubar o dinheiro do povo. Especulador, minha gente, também é marajá. Existe especulador financeiro que fica cada dia mais rico sem trabalhar, só jogando com o dinheiro de lá para cá. Existem aqueles que especulam com a terra e que são, também, marajás, porque nada produzem e não deixam ninguém produzir. Não constroem casas e não deixam ninguém construir. Existe ainda esse absurdo que é o intermediário. O marajá intermediário que especula com a venda de alimentos, que esconde até comida para esperar aumento de preços e lucrar com a fome do povo. Que

vergonha! Eu combati um tipo de marajá e ganhei a guerra.
(10/10/89) (2ª parte)

Com a ampliação do conceito de *marajá*, Collor explica ao eleitorado por que os sonegadores, os especuladores, os intermediários e os poderosos são chamados de *marajá*. Porque, segundo o candidato, os *marajás* escondem quanto e como ganham o seu dinheiro: alguns não pagam impostos (sonegadores), outros, jogam com o dinheiro sem produzir nada (especuladores), e outros ainda, escondem alimentos esperando o aumento dos preços. Para dar esta explicação Collor busca elementos na realidade concretizando quem são os *marajás* e, assim, marca a diferença entre o cidadão comum, que tinha o *seu desconto no contra-cheque*, a quem a sua fala se dirige, e os *marajás*.

Nesse dia mais uma vez, Collor utilizou a estratégia discursiva de apresentar a sociedade em termos antagônicos. Os *marajás* e os *trabalhadores* constituem-se em termos polares de um *discurso de ruptura* no qual a existência de um é simplesmente a negação do outro.

Na medida que a figura do *marajá* ganha abrangência o candidato busca consolidar ainda mais a sua imagem antimarajá, que se traduzia no seguinte sistema de equivalência: Collor é *corajoso, combativo, honesto, austero e vitorioso*. Por já ter combatido um tipo de *marajá* e tê-lo vencido, o candidato mostra ao eleitor que pretende repetir o seu feito. Quando foi governador de Alagoas, um dos estados mais pobres do país, Collor recorreu à Justiça para não

pagar os salários dos ditos *marajás* e ganhou a liminar que suspendia tal pagamento. Estes recorreram ao STF e obtiveram ganho de causa; assim o governo de Alagoas teve que continuar pagando os seus altos salários porque os servidores tinham respaldo legal.

A mesma estratégia discursiva utilizada na fala do dia 10 de outubro reapareceu no programa eleitoral do dia 28 do mesmo mês. No pronunciamento, a seguir reproduzido o candidato do PRN faz uma contraposição entre o que é *marajá* e o que é funcionário público. O enunciado é bastante esclarecedor:

"Hoje, minha gente, vamos falar sobre o funcionalismo público.(...) Será que é justo você ganhar tão pouco? Será que é justo um apadrinhado dos poderosos ganhar até 50 salários para ficar sentado no seu trono de marajá, sem fazer nada e você que dá duro 8h/dia ganhar um salário que não dá sequer para pagar a mensalidade escolar dos seus filhos? Foi para acabar com essa pouca vergonha, minha gente, que eu lutei tanto em Alagoas.(...) Você sabe, meu amigo, que o serviço público não é para marajás. É para gente como você que está me ouvindo com a consciência tranquila de quem cumpre com a sua obrigação. É esta injustiça, uns ganhando tanto e outros tão pouco, que nós vamos corrigir quando eu chegar à Presidência da República. Você pode estar certo, meu amigo servidor, que eu não vou demitir ninguém que trabalha. Agora, marajá, corrupto e boa-vida, esses vão para a rua. Mas esses não são funcionários públicos, esses são turistas. Com o dinheiro que se desperdiça hoje com os marajás, nós vamos, isso sim, pagar melhores salários ao funcionário público que realmente trabalha." (28/10/89)

Nessa fala, Collor apela, mais uma vez, para a cruzada de caça aos *marajás* que ele empreendeu em Alagoas, na tentativa de interpelar os funcionários públicos. Esses, segundo definição do próprio candidato são

aqueles que trabalham duro, entre eles estão os professores, os médicos, os militares e os servidores federais. Para o candidato a diferença entre os funcionários públicos e os *marajás* é que estes últimos são *turistas, apadrinhados dos poderosos, ganham muito e não trabalham*, o que os iguala aos corruptos e boa-vidas. Além dessas diferenças, Collor busca elementos no cotidiano da população para acirrar ainda mais a oposição entre *marajá* e funcionário público. Por exemplo, *marajá ganha 50 salários mínimos sem fazer nada* e o funcionário público *dá duro 8 horas/dia* com um salário miserável. A promessa final de Collor é acabar com essa injustiça, eliminando mais um inimigo e, assim, vai sobrar dinheiro para pagar melhores salários ao funcionalismo público e a justiça será feita. Em última instância, a conduta moralizadora do candidato servirá não só para resolver a crise, bem como, para pôr fim aos privilégios e resgatar a justiça social.

Analisando a visão de Collor sobre o contexto político brasileiro, verifica-se, primeiramente, que o candidato identifica a crise brasileira com um forte cunho moral. Esta tem seu conteúdo concretizado para o eleitor através de exemplos de *desperdício do dinheiro público, de corrupção, de impunidade, de especulação e sonegação, de malversação das verbas públicas, de mordomia e de apadrinhamento político*. Ao fazer as suas reportagens-denúncia, Collor traz à discussão o modo como o bem-público estava sendo tratado no Brasil em 1989. A campanha presidencial se desenrolou num momento caracterizado como dramático, e tais elementos foram também utilizados por Collor como a causa da

inflação, abrindo espaço para que o combate a ela se desse através da moralização pública.

Ao tratar do tema da corrupção, o candidato expõe aos eleitores o espetáculo da apropriação do público pelo privado, colocando em evidência o desinteresse pela coletividade. A corrupção, o desperdício e o desvio de verbas se transformam em um sistema de equivalências frente a ação do candidato que se constitui em seu inimigo. Em todas as suas falas durante a campanha presidencial de 1989 - primeiro turno, o candidato do PRN tendeu a dicotomizar o espaço social, cuja construção, a partir de extensas cadeias de equivalência estabeleceu dois pólos antagônicos, sendo a existência de um a negação do outro.

De um lado estavam os inimigos de Collor: *governo federal, Nova República, pessoas indignas, José Sarney, marajás, corruptos*, retratando a falta de probidade no trato da coisa pública e representando o pólo atrasado e arcaico. De outro lado, em contraposição a esse mundo social descrito de maneira bastante negativa, está Collor, que constitui-se no candidato *mãos limpas e sem passado político. O salvador* que vai empreender a reconstrução nacional e assim, promover o *Brasil Novo*, onde não há espaço para qualquer tipo de malversação do dinheiro público.

1.2. MÁRIO COVAS

Para caracterizar a crise brasileira, Covas apresenta dois significados: a corrupção e a inflação. (10) No primeiro dia de propaganda eleitoral gratuita, 15 de setembro, a temática da crise é abordada destacando a *corrupção*, a *ganância* e a *inflação* caracterizam o dramático momento político-econômico brasileiro. Entretanto, o pronunciamento mais elucidativo de Covas acontece no dia 20 de setembro, quando ele aborda um fato que ocorrera recentemente entre o ministro Oscar Corrêa e Collor:

"(...)Há alguns dias assistimos todos, eu e você, todos os brasileiros, sob as luzes dos holofotes da televisão, do rádio, dos jornalistas, abrirem-se as portas do Ministério da Justiça e ali comparecer um ex-governador de Estado e candidato à Presidência da República e colocar nas mãos do ministro um dossiê enorme dizendo: -"aqui estava a prova que este governo é ladrão". E, no mesmo instante, como se fosse um gesto de cortesia, recebeu do ministro da Justiça um outro calhamaço de papel dizendo: -"aqui estava a prova de como o sr. foi um governador desonesto". E tudo isso aconteceu nesta Nação sem nenhuma consequência. (...)Daí o descrédito, daí a falta de crença que é possível acabar com a corrupção". (20/9/89)

Covas inicia a sua fala apresentando ao eleitorado um fato acontecido há poucos dias e que o havia deixado surpreso: a troca de *dossiês* entre o então ministro da Justiça, Oscar Corrêa, e o candidato à Presidência Collor, contendo acusações mútuas sobre possíveis envolvimento do governo Sarney e de Collor, quando governador de Alagoas, em casos de corrupção.

Tal episódio, para Covas, não poderia passar despercebido porque envolvia duas pessoas bastante conhecidas no cenário político nacional: o ministro da Justiça e um dos candidatos à presidente da República. Além disso, a troca de dossiês servia para explicar, o porquê do descrédito no combate à corrupção. Foi com base neste exemplo que Covas estabelece como causa da corrupção a impunidade. Quanto ao impacto da troca dos dossiês, e das acusações contidas nos documentos, várias delas já eram de conhecimento público e nenhuma medida para esclarecê-las foi tomada. (12)

Foi uma das marcas da campanha de Mario Covas evitar polemizar com seus adversários e o fragmento acima destacado é um exemplo dessa afirmação. Mesmo se utilizando de um episódio polêmico, a fala de Covas serve mais para expressar a sua indignação moral e menos para atacar os outros. Além de indicar a relação de causalidade entre impunidade e corrupção o candidato aponta para uma direção: a possibilidade de acabar com práticas corruptas.

1.3. PAULO MALUF

A crise brasileira é uma preocupação constante nos pronunciamentos de Paulo Maluf, que caracteriza-a enfatizando seu aspecto moral. (14) Em suas falas ela é caracterizada como sinônimo de corrupção e de nepotismo. No primeiro dia de horário eleitoral gratuito, 15 de setembro, Maluf aborda a questão da corrupção:

"(...) E a corrupção? Poderíamos ficar os 60 dias contando somente casos de corrupção que aconteceram neste governo. E você já ouviu falar de alguém que tenha ido para a cadeia? É este o país que nós queremos? Absolutamente não. Quero um país justo, moderno, rico, para frente. Quero um Brasil de pé e não de joelhos como estamos hoje diante de outros países. Vou mostrar à vocês que quando os políticos que aí estão dormem e não atrapalham, o Brasil progride e cresce." (15/9/89)

O primeiro destaque nesse pronunciamento de Maluf é apresentar a corrupção como a principal marca do governo federal. O outro aspecto, e intrinsecamente ligado ao primeiro, é a impunidade. O candidato do PDS, tal como Covas e Collor, afirma que a corrupção é provocada pela impunidade. Na medida que os culpados fossem para a cadeia o problema da corrupção estaria solucionado. Maluf destaca em seu pronunciamento que o governo da Nova República não só envolveu-se em casos de corrupção como ninguém foi para a cadeia. Além de atribuir à impunidade a causa da corrupção, ele também culpa os *políticos atuais* pela situação em que o Brasil se encontrava.

Deve ser destacada a visão de Maluf sobre a atividade política. Esta era vista pelo candidato de maneira bastante pejorativa, sendo os políticos aqueles que *dormem* ou *atrapalham* o país e os brasileiros. Essa sua opinião vai ao encontro do descrédito vigente em 1989, que identificava a atividade pública com um sentido privatista, ou seja, como aquela feita em proveito próprio e não da coletividade. (15).

O destaque dado à corrupção tem uma dupla intenção. Primeiro, serve para caracterizar o *Brasil de joelhos* e, por outro, permite ao candidato apresentar-se como oposição a esse Brasil e aos *políticos que atrapalham*. A solução para um *Brasil de pé, justo, moderno, rico e para frente*, Paulo Maluf. . Aqui ele utiliza uma estratégia semelhante a de Collor, descrevendo a situação brasileira, em 1989, em termos negativos e abrindo espaço para apresentar o país que ele pretende promover. No entanto, o candidato não explica como isso vai acontecer na prática. O futuro promissor prometido por ele - *justo, moderno e rico* - é semelhante ao de Collor que prometia uma *sociedade mais justa, mais fraterna e mais solidária*. A semelhança entre os dois candidatos não se dá apenas na forma de qualificar a sociedade: ambos se distanciavam do sistema partidário e personalizavam nas suas ações políticas o resultado de uma sociedade melhor.

No dia 16 de setembro o programa eleitoral do PDS veiculou a *novela dos aposentados*. (16) Esta novela apresentava situação crítica do aposentado brasileiro, que recebia uma aposentadoria com valores muito baixos depois de cerca de 30-35 anos de contribuição à Previdência Social. Maluf critica a *máfia que mama na Previdência Social*. A solução dada pelo candidato é bastante simples: *cadeia*

Como se constata em ambos os programas, dias 15 e 16 de setembro, a tônica é a mesma: a impunidade é que provoca a corrupção. A solução apresentada por Maluf é, em suas próprias palavras, "...enviar os processos à Justiça e por na cadeia uns 30 ou 40" (28/9/89). Deve-se destacar que para ele a corrupção além de ser uma questão política, é também um assunto criminal, o que explica a impunidade ser apontada como sua causa. Nessa relação um tanto despolitizada de causa e efeito, a solução apresentada só poderia ser uma: a *cadeia*.

Como se indicou, nos dois primeiros dias de propaganda eleitoral gratuita, 15 e 16 de setembro, Maluf se preocupou em abordar a corrupção. No programa transmitido no dia 17 do referido mês, o candidato ivolta a abordar a crise e introduz um novo tema. Dessa vez a inflação ganha centralidade na sua fala e a sua causa é definida com precisão: as atitudes individuais, como por exemplo, a *safadeza* e, principalmente, a *incompetência do governo da Nova República*. Logo, para ele, um governante com outras características - que não

incompetência nem safadeza - resolverá o problema da inflação. Assim expressa-se o candidato :

*"(...)todo mundo agora quer se aproveitar de uma palavra, uma palavra chamada crise.Crise-inflação para levar uma vantagem. Isto virou bode expiatório porque o sujeito faz um orçamento para você comprar qualquer coisa e, quando o preço estava alto, ele lhe diz: "**-minha sra. aumentou muitas vezes foi a inflação**". Não foi a inflação só, não. Foi, principalmente, muita safadeza. Olha, o preço de uma escola hoje em dia, principalmente, comparado com o que a maioria das pessoas ganhou mtá insustentável. Por quê? Porque a escola pública você sabe, ela acabou. (...) Eu quero dizer para vocês que chega de governo fraco, chega de governo covarde. Eu venho para resolver, para dar uma vida melhor, para botar seu filho na escola, para colocar o povo na rua e o bandido e o ladrão na cadeia." (17/9/89)*

Maluf é um dos poucos postulantes ao Palácio do Planalto que enuncia a palavra crise durante a campanha eleitoral de 1989. Esta, para ele, também está associada à inflação. Crise e inflação são consideradas sinônimos pelo candidato. Ele inicia seu pronunciamento destacando o papel que esse binômio assume no cotidiano de qualquer brasileiro, isto é, *bode expiatório*, pois todas as elevações de preços tinham como culpada a inflação. Entretanto, o candidato do PDS salienta que não é só a inflação a culpada, também a *safadeza* daqueles que queriam se aproveitar da situação de crise em que o país vivia. A idéia subjacente é que alguns se beneficiam com a existência da inflação.

Nos dois pronunciamentos analisados, referentes a 15 e 17 de setembro, Maluf utiliza a estratégia de descrever negativamente a situação do país e, posteriormente, apresentar a sua promessa de um futuro promissor. Esta além

de conter uma forte carga de otimismo, sustentada na confiança da ação política do candidato, engendra a expectativa de que a partir da posse do novo presidente da República, em março de 1990, os problemas do país, senão resolvidos, pelo menos seriam minimizados.

Nas manifestações discursivas do candidato em torno da crise brasileira, o embate se deu entre a Nova República e Maluf, o *Brasil de joelhos* e o *Brasil de pé*, o *país atrasado* e o *país moderno e rico*. O significado-síntese do *outro lado* é a Nova República, que da maneira como foi construída por ele, transforma-se no símbolo da imoralidade administrativa e constitui-se no adversário de todos os brasileiros. A sua escolha como o sujeito adversário não se dá aleatoriamente, mas está intrinsecamente vinculada à nova imagem política que Maluf assume na campanha eleitoral de 1989. (17) Se durante o período da ditadura militar o seu nome esteve sempre vinculado aos governos militares agora, na Nova República, Maluf passa a desempenhar o papel de oposição. E é à Nova República que ele atribui toda a responsabilidade sobre os desmandos, privilégios, corrupção e favoritismos praticados neste período. Ocorre que, agindo desta forma, Maluf exime o regime militar e, indiretamente a si próprio de qualquer participação na situação vigente no Brasil à época da campanha eleitoral de 1989.

1.4. LUÍS INÁCIO LULA DA SILVA

Para o candidato da Frente Brasil Popular, a crise brasileira era menos um problema de ordem econômica e mais uma questão de ordem moral, que tinha na corrupção sua principal significação. (18)

Dois dias após o início da propaganda eleitoral gratuita, 17 de setembro, Lula abordou a crise, destacando a diferenciação entre os corruptos:

"Essa reportagem que vocês acabaram de assistir é uma gota de corrupção no mar de lama que se transformou o Brasil. O mar de lama do caso COROA- BRASTEL, no caso CAPEMI, no caso DELFIN, na concorrência fraudulenta da ferrovia norte-sul e de tantas outras concorrências fraudulentas das grandes empreiteiras desse país. (...) Nós temos o corrupto grande e o corrupto pequeno. O grande são esses casos que eu citei. O pequeno nós sabemos que estava na remarcação de preços, estava no guarda que ao invés de educar quer multar, estava na mensalidade da escola, estava no dono da padaria, no dono do bar, no açougueiro, estava no nosso salário. Estava impregnado numa cultura que 20 anos de autoritarismo colocou na nossa cabeça, a teoria de que é preciso levar vantagem em tudo."
(17/9/89)

No início do enunciado, Lula caracterizou a crise existente no país citando vários casos de corrupção. Os exemplos de *corrupto grande* citados pelo candidato - *Coroa-Brastel, Capemi, Delfin e ferrovia norte-sul* - ganharam notoriedade na imprensa nacional à época em que foram descobertos, porém os responsáveis nunca foram punidos. Duas idéias chamam a atenção na fala de

Lula: a) a corrupção é coisa antiga no país; e b) a corrupção está disseminada na sociedade brasileira. Esta última encontra reforço quando o candidato destaca a existência não só da grande corrupção, mas também, a corrupção como uma prática cotidiana e que, em maior ou menor grau, afeta a todos os brasileiros. Intrinsecamente ligada a essa idéia está a outra: o tempo histórico da crise. Este remonta à instauração dos governos autoritários. E aqui aparece a principal construção nessa fala de Lula: autoritarismo = corrupção. Diferentemente de Collor e Maluf que delimitam a crise ao período da Nova República, o candidato petista limita-a retrocedendo ao início do regime militar.

Quase um mês depois desta fala, a Frente Brasil Popular voltou a dar espaço à crise. Esta ocorre no programa eleitoral que vai ao ar no dia 15 de outubro, no qual o *texto em off* cita o caso MAFERSA como mais um exemplo de que *alguém ia levar vantagem*: (19)

"Privatização da MAFERSA. Não basta suspender a negociata, é preciso punir os corruptos que estavam tentando lesar o patrimônio do povo. Sarney suspendeu a privatização da MAFERSA mas isto não é suficiente. Lula entrou com petição junto ao Procurador Geral da República exigindo a apuração das responsabilidades." (15/10/89)

É importante resgatar os fatos que precederam esta manifestação petista: no dia 2 de outubro, o candidato denuncia no seu programa eleitoral que o governo federal estava tentando privatizar a estatal MAFERSA, alegando que esta empresa era deficitária. No entanto, a Frente Brasil Popular apresenta dados sobre a empresa e demonstra que a MAFERSA era uma das estatais mais

eficientes do país, desconstruindo o argumento do governo federal de *empresa deficitária*. E mais, tornou público que a MAFERSA seria privatizada *a preço de banana*.

Depois dessa denúncia no programa da Frente Brasil Popular, e das diversas manifestações e pressões de vários setores sociais, entre eles sindicatos, trabalhadores e políticos, o governo Sarney, no dia 11 de outubro, tomou a decisão de suspender a privatização da MAFERSA.

Voltando ao texto acima destacado, faz-se pertinente uma referência à questão do Estado: enquanto Collor criticava a desorganização do Estado e os desmandos daí provenientes, Lula, mesmo não assumindo a posição de defensor do estatismo, faz duras críticas aos processos de privatização propostos pelo governo federal. Mesmo não defendendo o crescimento da intervenção estatal o candidato petista se mostra favorável à manutenção do seu porte atual, o que poderia ser entendido como apoio à ineficiência dos serviços prestados pelo Estado. Ao ter seu nome identificado com uma posição estatizante, era bastante difícil para Lula e para a Frente Brasil Popular qualquer alternativa efetiva para as demandas relativas à necessidade de reforma do Estado.

No contexto em que se desenrolava a campanha eleitoral de 1989, de constantes críticas à ineficiência da máquina estatal, apresentar propostas para

reforma do Estado era uma exigência que estava colocada. Isso acabou por favorecer o candidato Collor, pois seu oposicionismo o levou a propor um programa de desestatização, apresentado aos eleitores como capaz de atacar todos aqueles que se beneficiavam da vida pública, acabando com os privilégios pessoais e de grupos particulares.

O outro ponto a ser destacado é que Lula tenta extrair ganhos eleitorais, pela suspensão da privatização da MAFERSA. A partir desse episódio o candidato busca reforçar a posição de que estava a favor dos trabalhadores e contra aqueles que lesavam o patrimônio público. O candidato da Frente Brasil Popular estabelece dois campos: corruptos x trabalhadores, governo Sarney x povo. A exemplo de Collor, também nas manifestações discursivas de Lula aparece a característica de dividir o espaço político em dois campos antagônicos onde o antagonismo fundamental era trabalhadores *versus* classe dominante. No pronunciamento do dia 15 de outubro é construída a seguinte dicotomia: *povo x Sarney, povo x corrupto*; onde a existência de um, *nós/trabalhadores*, era simplesmente a negação do outro, isto é, *Sarney/corruptos*.

Seguindo a linha da reportagem-denúncia, iniciada pelo caso MAFERSA, novamente no programa eleitoral do dia 26 (e reprisado no dia 29 do mesmo mês), Lula apresenta mais uma irregularidade do governo federal. Desta vez é o caso do leite em pó contaminado: (20)

"Vocês, possivelmente, vão ficar perplexos, assustados com o que eu vou dizer para vocês agora. Isso que eu tenho na mão não é cimento, não é cal. Sabem o que é? É leite em pó. Leite que foi importado, possivelmente, da Holanda. E que em função de um processo que a Procuradoria Geral da República fez, para saber se o leite tinha problema de contaminação radioativa em função do caso Chernobyl, na URSS, esse leite estava aqui há três anos. (...) O dado concreto é que este leite já foi pago. E o dado concreto é que estava até agora esperando a decisão da Justiça brasileira, que não é morosa apenas nas causas trabalhistas. (...) Enquanto a sra. vai nos supermercados, enquanto você, companheiro, vai na padaria buscar leite e não tem, e quando tem aumenta todo dia, esse leite estava aqui há três anos, esta imensidão de sacos de leite. (...) Isso já não serve mais para nada. Possivelmente se for constatada que não tem radioatividade não vai servir para as crianças nossas tomarem. Porque já estava estragado, já passou do tempo. Sabe para que ele vai servir agora? Para fazer ração para gado. (...) Veja que desgraça! Enquanto o gado de alguns poucos fazendeiros podem comer ração de leite holandês, temos no Brasil, ainda, mil crianças morrendo de fome por dia antes de completar um ano de idade. Somente vocês junto com a Frente Brasil Popular é capaz de moralizar este país. (...)" (26 e 29/10/89)

A indignação é o tom que caracteriza a fala de Lula. Ele está indignado com a omissão e leviandade do governo federal, com a morosidade do Poder Judiciário e, principalmente, com o desperdício. Este torna-se mais grave não só porque afeta diretamente as crianças, mas por causa das condições do país: um país que é um dos campeões mundiais em mortalidade infantil, paradoxalmente desperdiça leite em pó.

Através de uma operação discursiva dicotomizada Lula reforça esse paradoxo: as crianças morrem de fome, mas por outro lado, o leite vencido serve

para alimentar o gado. O argumento construído pelo candidato é que o governo federal é imoral porque está mais preocupado com os animais do que com os seres humanos. Para por fim a essa situação de injustiça e de imoralidade só há um caminho: a Frente Brasil Popular, cujo governo é o único capaz de empreender a moralidade no trato da coisa pública.

É oportuno identificar quem são os inimigos e os aliados presentes no discurso de Lula. A partir dos fragmentos discursivos destacados, constata-se que a figura do *inimigo* é uma constante nas falas desse candidato. Ora é identificado no *corrupto (grande ou pequeno)* e ora no *governo Sarney*. O antagonismo com o governo Sarney se transforma no princípio articulatório do discurso do candidato da Frente Brasil Popular. Também os *aliados* são claramente nomeados por Lula, através de sua ampla convocatória popular os *assalariados*, o *povo* e os *trabalhadores* vão aparecendo. Esses eram os símbolos da nova ordem política que a coligação partidária quer empreender.

Da leitura dos parágrafos anteriores resultam algumas constatações. A primeira é que a crise brasileira tem um forte cunho moral. Para caracterizá-la Lula destaca alguns casos de corrupção e de desperdício de verbas públicas. A título de comparação, é importante uma aproximação entre Lula e Collor. Como se constatou ao longo deste capítulo, esses dois candidatos tiveram a preocupação de mostrar ao eleitorado a crise moral, mais especificamente, a corrupção e o desperdício de verbas, de maneira bastante concreta, utilizando

para isso exemplos reais. A prática articulatória de concretizar a crise possibilitou a Lula dividir o espaço político em dois campos antagônicos, onde o antagonismo fundamental se dava entre o *governo Sarney x povo* e entre *corruptos x trabalhadores* ou ainda, entre *honestos x desonestos*.

Em todas essas falas, a construção dicotomizada operou de tal maneira que permitiu constituir esses sujeitos onde a realidade de um era simplesmente a negação do outro. Em outras palavras, para existir o sujeito *povo* não poderia existir o sujeito *corrupto*; o sujeito *honesto* era a negação do *desonesto*, não havendo qualquer possibilidade de conciliação entre o primeiro e o segundo.

O segundo ponto a ser retomado nos pronunciamentos de Lula é o conteúdo simbólico que as práticas do candidato e da coligação partidária assumem nos casos de falta de probidade. A sua estratégia foi apresentar de maneira concreta onde e como ocorria o desperdício de dinheiro público; depois, mostrar que a Frente Brasil Popular denunciou as negociatas e exigiu apuração das responsabilidades.

1.5. AFIF DOMINGOS

À exemplo de outros candidatos a caracterização da crise como sendo de cunho moral, também estava presente no discurso eleitoral do candidato do PL, Afif Domingos. Esta adquiriu sentido através do apadrinhamento político e esteve presente no seu programa de estréia no horário eleitoral gratuito, dia 15 de setembro. (21) Entretanto, o mais expressivo de seus pronunciamentos sobre a referida temática acontece dia 18 de setembro:

"Corrupção é coisa muito antiga no Brasil. Em 1930 foi feita uma revolução para acabar com a corrupção, ela não acabou. Depois, em 1964 fizeram outra revolução para acabar com a corrupção, ela aumentou. Gente, é porque cada vez que fazem revoluções o povo desaparece das decisões, um pequeno grupo aumenta o poder do governo com leis, com regulamentos, autorizações.(...) depois, com todas as facilidades criadas este pequeno grupelho vai vender facilidades. Esta é a corrupção que estava instalada na estrutura do governo. E um governante, um presidente da República tem que ter um projeto de governo muito claro que desde o primeiro dia ele saiba onde mexer e tem que mexer com rapidez." (18/9/89)

No enunciado de Afif a corrupção tem um duplo aspecto: a) ela é muito antiga, isto é, vem se perpetuando década após década; e b) a corrupção gera instabilidade política: ela já provocou duas revoluções,(a de 1930 e a de 1964). Nesse pronunciamento Afif define, pela primeira e única vez, o que entende por corrupção: *pequeno grupo no poder que vende facilidades*. O candidato não deixa claro que facilidades são estas, nem para quem elas são vendidas. Mas

deixa claro que existem demandas clientelísticas que reivindicam mais facilidades de acesso aos recursos públicos.

Quanto aos demais candidatos estabeleceram uma rede de equivalências frente a corrupção. Ou seja, ao longo da campanha presidencial ela torna-se polissêmica e assume vários significados, por exemplo, torna-se sinônimo desde o nepotismo até o desperdício de verbas públicas. Chama a atenção que para a maioria dos presidenciáveis a corrupção é tratada como se tivesse vida própria, desvinculada das condições concretas do país. Inexiste nos seus fragmentos discursivos qualquer relação entre o modelo sócio-político-econômico vigente no país e a corrupção.

A idéia defendida por ele é que a corrupção esta vinculada à estrutura de governo, que é corrupta porque *vende facilidades*. Subjacente à definição do candidato do PL existe a noção de que a corrupção não era uma via de mão única, nem estava restrita à esfera governamental. Na realidade o que ele demonstra indiretamente é que se alguém *vende facilidades* é porque alguém compra essas facilidades. Mas ficava muito difícil para Afif admitir essa relação de compra e venda de facilidades pela sua posição de candidato liberal. É por isso que ele a omite, citando apenas uma extremidade: aquela onde *um pequeno grupelho no poder vende facilidades*.

A cada programa eleitoral Afif se dirige a um sujeito específico, o que passa a ser uma das características de sua campanha em 1989. Aborda desde o caminhoneiro até os deficientes auditivos, chegando ao homem do campo. Seguindo essa estratégia, no dia 28 de setembro, o candidato dirige-se ao funcionalismo público. Na busca de identificação com o funcionário público, sua fala é esclarecedora:

"Hoje eu vou levar a minha mensagem à você funcionário público, civil e militar. Eu não aceito a injustiça que estão cometendo hoje de criticar todo o funcionalismo como se funcionalismo fosse uma coisa só. Não gente, eu tô falando com você que anda de ônibus, que anda de trem no subúrbio, que tem um salário muito achatado, cuja a profissão não foi valorizada.(...) não preservando aquelas funções que são básicas, que eu não chamo nem de função, eu chamo de missão. É a missão da professora, do médico sanitário, do serventuário da Justiça, do militar. Vocês são missionários e, hoje, quem estraga a imagem da máquina pública são os parasitas. São aqueles que foram indicados não por concurso mas, pelo QI. Não o quociente de inteligência, é o quem indica, o maldito pistolão político, isto tem que mudar(...)." (28/9/89)

Em vista da falência dos serviços públicos, uma parcela da população, especialmente os que dependem do setor público para satisfazer suas necessidades básicas em saúde e educação, materializam sua insatisfação num indivíduo concretamente localizável - o funcionário público. Relativamente a eles *"prevalece na opinião pública, a convicção de que tais funcionários são parasitários, atendem pessimamente o público e freqüentemente tem salário muito superiores ao que conseguiriam no setor privado"*. (22)

Afif aproveita essa conjuntura, onde a imagem denegrada do funcionalismo estava generalizada, e estabelece uma diferenciação entre os funcionários públicos e os chamados de *QI* - quem indica - buscando interpelar a aquela categoria profissional, em especial, os médicos, os militares, os professores e os serventuários.

Fazendo-se uma aproximação entre os candidatos Collor e Afif, nota-se que esses dois candidatos são os únicos que fazem um programa dedicado ao funcionário público. Tanto um como o outro estabelece dois tipos de funcionários: os *missionários* e os falsos. Estes são os *QI* (quem indica) e os *parasitas* que se equivalem aos *marajás* de Collor; para ambos esse tipo de funcionário é quem denigre a imagem da categoria, pois ganham altos salários sem trabalhar e ingressam no serviço público por apadrinhamento político.

Pelos fragmentos discursivos que foram destacados percebe-se a ênfase moral que Afif dá à crise brasileira. Dois aspectos foram importantes para caracterizá-la: a corrupção e o apadrinhamento político. Estes são os símbolos da falta de moralidade no trato da coisa pública e apontam para um ponto nevrálgico - o quanto o público estava privatizado no Brasil de 1989.

1.6. ULYSSES GUIMARÃES

A crise brasileira é exaustivamente abordada pelos porta-vozes do PMDB, cujos os espaços eleitorais do partido são ocupados equitativamente tanto por Ulysses como por Waldir Pires. (23) Para os peemedebistas a crise se desdobrava em corrupção e inflação.

O PMDB mostrava-se tão preocupado com a crise que na sua fala de estréia no horário eleitoral do TSE, em 15 de setembro, Ulysses já abordava a questão da inflação. (24) Mas é Waldir Pires, três dias depois, que destaca o *clima* existente entre os brasileiros à época da campanha presidencial:

"De uns tempos para cá o Brasil vem sendo varrido por uma onda de pessimismo e desesperança. Milhares de jovens estão até deixando o país na expectativa de realizar em outras terras os sonhos que acham que não podem realizar aqui. Chega-se a duvidar da viabilidade deste país enquanto Nação. Isto é o resultado dos desgovernos e da corrupção generalizada, da degradação das condições de vida, da inflação que corrói a esperança. O PMDB compreende este sentimento, mas denuncia e luta contra aquilo que o produz..." (18/9/89)

O tom emocional marca a manifestação de Waldir Pires na caracterização da situação do país. Esta tem na corrupção e na inflação seus principais componentes e que também são apontados como os responsáveis, segundo Waldir, pela onda de pessimismo que assolava o Brasil em 1989. Nota-se que nesse pronunciamento o peemedebista não se dirige a um sujeito

específico, mas fala para toda uma nação desesperançada. A estratégia utilizada para torná-la sua aliada é, principalmente, através da solidariedade, o PMDB alia-se na dor. A emocionalidade e o *clima de descrença* são uma constante nos pronunciamentos dos porta-vozes do PMDB e, novamente, no dia 21 de setembro o espaço eleitoral do partido é dedicado a ele..

Nesse dia a enunciadora é a atriz Elizabeth Savalla. O seu pronunciamento, a seguir reproduzido, justifica-se não só pela sua importância, mas também, pelo espaço que ela ocupou na programação eleitoral do partido. A atriz aparece no horário eleitoral gratuito do PMDB quase que diariamente e a sua presença nos programas peemedebistas não foi enquanto atriz desempenhando um papel e sim, era mais uma interlocutora do partido. A sua atuação entretanto, em que pese ser bastante particular, tem um caráter dúbio: ao mesmo tempo em que é uma espécie de versão feminina da *voz em off*, ela busca passar a idéia de que é uma cidadã engajada na proposta do PMDB. O pronunciamento de Savalla reforça a discussão já abordada no dia 18 de setembro em torno do momento em que a campanha presidencial se desenrolava. Assim ela se expressa :

"Ai, que vontade de ir embora, de sumir. Ai, que vontade de encontrar uma terra boa, sem aproveitadores, sem miséria, sem poderosos. Ai, que vontade de acabar com os espertalhões e de viver com justiça. Eu quero a minha dignidade de volta (...) Eu quero os criminosos na cadeia, tenham eles colarinhos brancos, azuis, roxos ou qualquer cor. Chega de ver gente ganhou dinheiro sem trabalhar e de ver gente trabalhando sem dinheiro. Chega! Eu quero a dignidade

do Brasil de volta, eu quero sentir orgulho de novo . Eu quero Ulysses Guimarães!" (21/9/89)

No fragmento acima destacado, Savalla segue a mesma linha adotada por Waldir Pires, isto é, cita a decepção e a desesperança como sentimentos básicos dos brasileiros em 1989. A fala da atriz além de expressar a sua insatisfação com a situação vigente no país, traduzida *na miséria, na injustiça, nos aproveitadores, nos espertalhões e nos criminosos*, também reivindica uma solução. O desejo da peemedebista, resgatar a dignidade e o orgulho, é apresentado como uma vontade maior, ou seja, dos brasileiros em geral e não apenas um desejo pessoal da atriz.

Um ponto interessante nessa fala de Elizabeth Savalla é a relação que a atriz estabelece entre *miséria e aproveitadores*. É muito claro em seu enunciado o corte: de um lado, estavam *a miséria, a injustiça social e o trabalhador sem dinheiro*, e de outro lado, estavam *os aproveitadores, os poderosos, os espertalhões, os criminosos de qualquer cor e os que ganhavam dinheiro sem trabalhar*. Ao adotar essa estratégia a atriz determina que estes últimos é que produziam a situação de miséria e de injustiça social do trabalhador brasileiro. O fim dessa situação estava diretamente relacionada ao fim da impunidade e dos ganhos ilícitos. Somente assim, para Savalla, é que *a dignidade e o orgulho* seriam resgatados. O sujeito responsável por este empreendimento seria Ulysses Guimarães.

Mais uma vez no dia 28 de setembro, o programa eleitoral do PMDB é ocupado por Waldir Pires para tratar da crise e do *clima de descrença* que pairava sobre os brasileiros em 1989:

"O Brasil vive um desses momentos, a convergência sem precedentes de crise de natureza econômica, social, política e moral. Paralisando as iniciativas, cassando a vontade política nacional, gerando descrença na alma dos jovens e no espírito da população." (28/9/89)

A nova manifestação de Waldir Pires enfatiza a relação que estabeleceu anteriormente e que foi reforçada por Elizabeth Savalla entre a crise e os sentimentos da população. O discurso do PMDB tem uma característica diferenciadora: a crise é articulada para explicar o comportamento dos brasileiros. É muito forte em todos os pronunciamentos a idéia de esperança de um país melhor. Os demais candidatos falam *para a população* mas não *dá população*, isto só acontece em relação as categorias específicas como o caso dos funcionários públicos.

A questão que se impõe é a de por que o PMDB escolhe esta estratégia muito mais emocional do que dos outros partidos. Parece que a razão deve-se a própria posição do partido no governo que o impedia de tomar a estratégia da denúncia, que foi amplamente explorada por Collor e por Lula.

No mês de outubro os pronunciamentos dos candidatos do PMDB à Presidência e Vice-Presidência da República são pródigos no que se refere à inflação. (25) No programa eleitoral do dia 8 do referido mês, o tema inflação

ocupa a maior parte do espaço peemedebista sendo seus enunciadores: Ulysses Guimarães, Waldir Pires e *em off*. A fala a seguir reproduzida é do candidato à vice-presidente:

"Já dura demais o tempo dessa inflação maldita, que vai se agravando perigosamente e entra na casa de nossos irmãos todos os dias para levar-lhes a angústia, as privações e até a fome. O dinheiro não vale mais nada, a moeda desapareceu, os preços viraram uma loucura, a mãe de família não sabe o que pode trazer da feira ou do mercado de um dia para o outro. Instalou-se um clima de inquietação, as vezes de abatimento ou de surda revolta na alma dos pequenos e dos fracos e dos que ficam sem compreender como é que afinal se abateu sobre todos essa punição da vida, tão injusta e cruel..." (8/10/89)

À exemplo dos pronunciamentos anteriormente destacados Waldir Pires nesse dia continuou apresentando os efeitos maléficos produzidos pela inflação e os seus reflexos no cotidiano dos brasileiros, especialmente sobre as *mães de família*. A inflação, segundo o peemedebista, trouxe a *angústia*, a *fome*, as *privações* e produz um *clima de inquietação e de abatimento*. Se no dia 20 de setembro Waldir destaca a inflação atingindo especialmente os assalariados, em outubro, ela afeta outros sujeitos - *nossos irmãos, a mãe de família, os pequenos e os fracos*. A partir do que foi destacado é possível concluir qual o entendimento do peemedebista sobre a inflação, ela adquire sentido através de duas adjetivações: *maldita e punição injusta e cruel*.

Retomando-se o enunciado de Waldir nesse dia percebe-se a sua idéia-síntese: inflação=ladrão. A esta pode-se acrescentar, em uma relação

paradigmática vários outros atributos dados à inflação pelos peemedebistas no decorrer da campanha presidencial, por exemplo: *maldita, perversa, madrasta, assassina*. (26) Como percebe-se, ora a inflação era destacada em seu aspecto perverso - *calvário, criminosa* - e ora é salientada no seu aspecto condensador e simbólico - *ladrão que rouba impunemente*. Em ambos os casos, ao apresentar a inflação como *maléfica*, o enunciador candidato desvincula-a das condições concretas do país. Não existe nas falas de Ulysses Guimarães e de Waldir Pires uma relação entre a problemática sócio-econômica do país e a inflação. As causas da inflação não são definidas explicitamente, o que ocorre é que um *monstro inimigo* deve ser combatido já que existe uma situação de *guerra*. Para os enunciadores do PMDB ganha-se a guerra quando a inflação for vencida, daí então a situação do país voltará à normalidade.

1.7. LEONEL BRIZOLA

Brizola dedica apenas dois dias no período de propaganda eleitoral gratuita à questão da crise brasileira, esta adquire sentido através da inflação e da falta de moralidade no trato da coisa pública.(27) A primeira fala a ser

destacada é a do dia 19 de setembro, cujo ponto principal é o *aspecto moral e ético* do processo de privatização implantado pelo governo Sarney:

"Povo brasileiro! Vem ocorrendo uma situação realmente muito grave. O governo Sarney estava anunciando a venda de um conjunto de empresas públicas dentro deste programa que denominam de privatização. Ora, a rigor não é necessário entrar no mérito desse assunto; (...) Eu quero focalizar apenas o aspecto moral e ético dessa decisão do governo Sarney. Como é que um governo, ao apagar das luzes, na undécima hora, quando estava terminando seu período, e um governo fraco, um governo que estava saindo mal, um governo que a rigor não tem autoridade para mais nada, como é que propõe aí, às vésperas das eleições, quando dentro de pouco tempo já teremos um presidente eleito pelo povo brasileiro, como é que pode tomar este tipo de decisão? Tudo isto é muito suspeito. (...)"(19/9/89)

Em nenhuma de suas falas Brizola classifica a situação brasileira como de *crise moral*, mas destaca o caráter moral da crise ao abordar a decisão do presidente Sarney. Esta ênfase adquire um duplo sentido: caracteriza a crise e, simultaneamente, desqualifica esse governo, mostrando o quanto ele não tem moral e nem é ético. Brizola justifica a sua opinião chamando-o de *governo fraco, sem autoridade, que falta legitimidade* e que ao se aproximar do seu final, o governo Sarney tomou uma atitude *suspeita* - a privatização de algumas estatais.

Lançando mão da estratégia de desconstruir o governo Sarney, Brizola, simultaneamente, assume uma postura de questionamento bem como, apresenta como seria o seu governo - ético, antiprivatista, forte, legítimo e popular. Fazendo-se um paralelo entre Brizola e os demais candidatos percebe-se que

quase todos, à exceção de Covas, preocupam-se em desconstruir o governo Sarney, identificando-o com a crise vigente no país em 1989.

Em outro pronunciamento, no dia 5 de outubro, Brizola volta a abordar a situação do país, desta vez o destaque é a crise e a inflação:

*"(...)passaram-se vinte e cinco anos, vinte anos de ditadura e cinco desse apêndice que não passou de uma continuidade da ditadura no Brasil. Qual é a situação no Brasil? (...) Nosso país estava em perigo, pode crer. Será que nós, ardendo na crise, submergindo como estamos com a inflação nesses níveis, com os salários perdendo a metade do seu valor em apenas um mês, nós podemos entregar este país a um Afif, a um Collor, a um Paulo Maluf? Francamente, eu creio em ti".
(5/10/89)*

Brizola deixa claro em sua fala a situação de *perigo* em que o país se encontrava, usando a mesma estratégia utilizada por outros quatro presidenciais. Esta consiste em apresentar como dramático o momento em que a campanha eleitoral se desenrolava: Collor cita o *Brasil da irresponsabilidade, da incúria, do assalto aos cofres públicos* (18/9); Maluf refere-se ao *Brasil de joelhos* (15/9); Lula lembra o *mar de lama que se transformou o Brasil* (17/9) e Ulysses/Waldir citam a *onda de pessimismo e desesperança* e o *clima de inquietação* (8/10).

A crise e a inflação não aparecem com causa definida no pronunciamento de Brizola, mas as suas consequências são nomeadas, entre elas, o achatamento salarial. Para o candidato do PDT a crise brasileira, ou

melhor, a inflação é bastante palpável. Ela atinge cotidianamente as pessoas à medida que afeta seus salários e, conseqüentemente, suas condições de vida. Buscando-se uma aproximação entre o pedetista e Waldir Pires constata-se um ponto em comum. Assim como os peemedebistas, Brizola apresenta a crise brasileira com forte apelo emocional. Para ambos a situação é dramática. Enquanto este candidato fala em *ardendo na crise, submergindo como estamos*, os peemedebistas se referem à *onda de pessimismo e desesperança e o clima de inquietação*.

Quanto às demais falas de Brizola em torno da questão ora trabalhada é difícil de se fazer um resgate, porque são citadas sob a forma de frases soltas. Não houve da sua parte uma preocupação em enunciá-la de maneira mais coesa e sistemática, principalmente porque o grande tema de suas falas foi a educação, a qual o candidato pedetista dedicou cerca de 80% de seu tempo ao longo da programação eleitoral gratuita do TSE, durante o primeiro turno do pleito presidencial.

No decorrer desse capítulo foi abordado como os sete presidenciais caracterizaram, em seus discursos de campanha, a crise brasileira. Da leitura dos parágrafos precedentes constata-se que houve unanimidade, por parte dos candidatos em unificar os problemas do país em dois conteúdos altamente simbólicos: inflação e corrupção. Esta última também foi apontada como a causa da inflação. Em outras palavras, a crise brasileira era menos uma questão de ordem econômica e social e mais de cunho moral.

Ao resgatar os pronunciamentos dos candidatos observa-se que a corrupção tem um sentido polissêmico. Ou seja, *mordomia, nepotismo, impunidade, marajás, desvio de verbas e desperdício do dinheiro público*, são todos significantes da corrupção e aparecem ora em um ora em outro candidato, com maior ou menor freqüência. Essa extensa cadeia de equivalências ainda é associada ao governo Sarney, identificando-o com a falta de moralidade no trato da coisa pública.

Ao definir o tempo histórico da crise, é possível identificar dois grupos: um grupo conservador, que tinham em Collor e Maluf seus expoentes, limitava a crise ao período da Nova República. A explicação para isso é que esses dois candidatos não tinham condições de construir seus adversários fora desse época devido as suas profundas vinculações com a ditadura militar. Na outra segmentação, encontravam-se os candidatos alinhados ideologicamente com o centro e com a esquerda. Estes retrocederam a fronteira da crise brasileira à

implantação do regime militar. Covas, Ulysses, Lula e Brizola não excluíram a Nova República, apenas a citam destacando o agravamento da crise nesse período.

Mesmo estando em posições diametralmente opostas no espectro ideológico, Collor e Lula apresentaram pontos em comum. O primeiro aspecto foi que ambos tiveram seus discursos fortemente marcados pelo antagonismo e pela identificação de um inimigo. Em Collor este era identificado em termos pessoais - José Sarney, diferentemente, Lula apontou um inimigo classista: a classe dominante. Assim como a crise tinha um conteúdo simbólico, o seu fim tinha a mesma natureza . Ou seja, a destruição do inimigo levaria à solução dos problemas do país.

Outra característica comum a Collor e Lula foi a preocupação em tornar a crise visível para o eleitor. Esta estratégia foi levada a efeito através de uma série de reportagens-denúncia, as quais localizavam onde e como ocorria a falta de moralidade no trato da coisa pública. Tanto um como o outro se referiram a um mesmo episódio exemplificando o desperdício do dinheiro público, o *caso do arroz apodrecido*. Entretanto, Collor utilizou esse escândalo para descrever o momento da campanha eleitoral em termos negativos e associar a situação de crise ao presidente Sarney. Lula, por sua vez, lança mão desse exemplo para desconstruir o discurso de Collor, dissociando-o da imagem de moralizador e assim, estabelecer a diferença entre eles.

Um dado interessante é que sempre foi Collor o candidato que primeiro apresentou as reportagens-denúncia e o caso do arroz apodrecido exemplifica bem esta afirmação. Collor levou-a ao ar no programa eleitoral do dia 18 de setembro e, somente oito dias depois (26/9) é que Lula abordou o mesmo tema com o objetivo de desconstruir o seu adversário. Ou seja, o impacto sempre foi causado por Collor que assim se antecipava aos demais candidatos ao fazer suas denúncias.

Além de causar o primeiro impacto Collor teve outro ponto favorável sobre os demais candidatos. Este foi o tempo que o candidato do PRN dedicou nas suas falas ao abordar a falta de probidade no trato da coisa pública. Fazendo-se mais uma comparação entre Lula e Collor constata-se que este candidato tratou do referido assunto nos dias 18-19 e 29 de setembro e em 7-10-28 e 29 de outubro, enquanto Lula dedicou os dias 17,26 de setembro e 15,26 e 29 de outubro para tratar da referida temática. O que se observou é que Collor não só falou na falta de moralidade com mais frequência que seus adversários de campanha bem como, ocupou esse espaço mais sistematicamente.

Uma ressalva deve ser feita quanto a diminuição da centralidade do tema da corrupção nos meses de outubro e de novembro nas falas de todos os presidencializáveis, à exceção de Collor. O desaparecimento do referido assunto nos programas eleitorais do primeiro turno do pleito presidencial deve-se ao fato dos candidatos terem reservado para o meses de outubro e de novembro o

debate em torno dos responsáveis pela crise e as soluções para a crise brasileira. Dois assuntos a serem tratados nos próximos capítulos.

NOTAS

(1) O tempo-médio que cada um dos candidatos dedicou à temática da moralização pública durante o primeiro turno da propaganda eleitoral gratuita foi o seguinte: COLLOR (39,0%), COVAS (26,0%), LULA (24,5%), MALUF (24,5%), AFIF (21,5%), ULYSSES (18,0%) e BRIZOLA (17,0%). Esta também será a ordem de entrada dos presidenciáveis em todos os capítulos. Cf. QUADRO 4 - Introdução, p.38

(2) Esses dias foram: 18/09, 19/09, 29/09, 7/10, 10/10, 22/10 e 29/10.

(3) *Discurso de ruptura* deve ser entendido segundo a conceituação de LACLAU, já definido na Introdução deste trabalho, p.45.

(4) Segundo o CÓDIGO PENAL BRASILEIRO, no Título XI, Capítulo I, o desperdício do dinheiro público pode ser enquadrado como crime conforme o art. 315 (*emprego irregular de verbas ou rendas públicas*) cuja a pena é de **multa ou detenção de 1 a 3 meses**. E a *corrupção passiva*, tratada no art. 317, tem como pena multa ou reclusão de 1 a 8 anos. In: **Código Penal**. São Paulo: Rideel, 1991, pp.67-69.

(5) A partir do mês de outubro houve uma mudança na estratégia discursiva de Collor: o governo federal deixou de ser o centro das acusações do candidato, concentrando-se as críticas na pessoa do presidente da República.

(6) CAMARGO, A. As Dimensões da Crise. In: CAMARGO, Aspásia e DINIZ, Eli (orgs.) **Continuidade e Mudança no Brasil da Nova República**. São Paulo: Vértice/IUPERJ, 1989, pp.20-56.

(7) Não existiam dados oficiais sobre o déficit habitacional, em 1989, estimava-se algo em torno de 10 milhões de habitações cf.. jornal Zero Hora, de 20/5/89..

(8) Cf. artigo de CÉLI REGINA PINTO, intitulado **Neopopulismo na política brasileira: o rápido esgotamento de um modelo**.

(9) Na Rede Globo, entre 1987 e 1988, o funcionalismo público foi matéria em dois programas **Fantástico** - apresentado aos domingos à noite - e, em três **Globo Repórter** - programa noturno que vai ao ar semanalmente.

(10) Os dias em que Mário Covas abordou a crise brasileira foram: 15/9, 20/9, 27/9, 28/9, 10/10, 11/10 e 14/10. Concentrando-se no mês de setembro a caracterização da crise.

(11) O enunciado de Covas, na sua íntegra, foi este:

"(...)hoje, a corrupção, a ganância desenfreada, a inflação galopante, a dívida externa, estão dificultando tudo isto. Eu e você conhecemos tudo isto. (...)" (15/9/89)

(12) Um fato curioso é que em março de 1989 a revista ISTO É/SENHOR, nº 1018 de 22/03/89, noticiou que havia sido aprovado um *trenzinho da alégria* no Judiciário, e na lista dos beneficiados constavam os nomes de vários parentes do ministro da Justiça, Oscar Dias Corrêa. Estranhamente, este dado não foi retomado por nenhum dos presidenciáveis durante a campanha eleitoral-primeiro turno, nem mesmo por Collor, um dos protagonistas, com o ministro, do episódio da *troca de dossiês*.

(13) *Discurso tolerante* é um conceito desenvolvido por MAINGUENEAU que deve ser entendido como *aquele discurso menos preocupado em atacar os outros*. Cf. **Novas tendências em análise de discurso**. Campinas: Pontes, 1989, p.122.

(14) Os dias que o candidato Maluf abordou a crise brasileira foram: 15/9, 16/9, 17/9, 18/9 e 8/10.

(15) Cf. dados da pesquisa CEDEC/DataFolha. In: **Lua Nova**, op.cit. p.164-165.

(16) O candidato Maluf em alguns de seus programas eleitorais apresentava uma *novela*. Esta consistia em uma pequena história que tinha como ponto central um determinado tema, que poderia ser a saúde, os aposentados, a educação, etc. A *novela* era dramatizada por algumas pessoas (atores desconhecidos) que tinham por objetivo se apresentarem como cidadãos comuns.

(17) A imagem dos candidatos é assunto específico para o Capítulo 4 - *A moralização pública na construção da identidade: o eu e o outro*..

(18) A crise foi abordada nos seguintes dias: 17/9,15/10, 26/10 e 29/10 .

(19) A MAFERSA é uma estatal que fabrica equipamentos ferroviários.

(20) Lula e a equipe da Frente Brasil Popular se deslocaram até um armazém da CIBRAZÉM, na Mooca/SP, e filmaram toneladas de leite em pó estocado há mais de três anos. Esse leite, que já tinha sido pago à Holanda, foi embargado pela Justiça brasileira por haver suspeita de contaminação por radioatividade de Chernobyl (URSS). Porém, depois do embargo nenhuma providência foi tomada, nem pela Justiça, nem pelo governo federal e, desde então, o leite em pó ficou abandonado no armazém da CIBRAZÉM.

(21) O candidato do PL, Afif, abordou a crise moral nos seguintes dias: 15/9, 18/9, 28/9 e 24/10.

(22) JAGUARIBE, H. O sistema público brasileiro. In: JAGUARIBE, H. (org.) **Sociedade, Estado e partidos na atualidade brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p.209.

(23) Esses dias foram: 15/9, 16/9, 18/9, 20/9, 21/9, 28/9, 8/10 e 31/10;

(24) A fala de Ulysses no dia 15 de setembro foi esta:

"Há um ladrão dentro da sua casa roubando impunemente dinheiro da sua bolsa, de sua carteira, dinheiro do seu salário, bem como dos recursos para a construção da casa própria. Esse ladrão se chama inflação, coveira da economia e madrasta miséria." (15/9/89)

(25) A inflação foi abordada nos seguintes dias de outubro: 8, 10, 12, 16, 18 e 31.

(26) O quadro a seguir reproduzido apresenta todas as qualificações dadas à inflação pelos enunciadores do PMDB.:

QUADRO 5 INFLAÇÃO É:

15/09/89	= ladrão (rouba impunemente = coveira da economia = madrasta da miséria
18/09/89	= corrói a esperança
20/10/89	= infecção*
08/10/89	= tesoura perversa = assassina (dos salários, da saúde, da comida, do bem-estar) = maldita* (agrava a angústia, a fome e as privações) = punição da vida*
10/10/89	= tormenta maior do povo* = calvário da população pobre e da classe média = furacão
12/10/89	= monstro assassino = criminosa = madrinha para os ricos (em contra posição à madrasta para os pobres) = ciranda maligna

*as significações assinaladas apareceram nas falas do candidato à vice-presidente, Waldir Pires.

(27) Os dias que Brizola dedicou à crise brasileira foram: 15/9 e 5/10.

OS PRESIDENCIÁVEIS NOMEIAM OS RESPONSÁVEIS PELA CRISE BRASILEIRA

Este capítulo trata da forma como os sete candidatos à Presidência da República nas eleições de 1989 constróem discursivamente os responsáveis pela crise brasileira, durante o período de propaganda eleitoral gratuita do primeiro turno. A dramática situação em que o país se encontrava e a ascensão dos índices inflacionários, eram indícios do fracasso da política econômica do governo Sarney e é sobre ele que recaem as principais críticas dos postulantes ao Palácio do Planalto. Apesar de serem unânimes em apontar o governo federal como o principal responsável pela crise, cada candidato imprime a sua marca nas suas manifestações discursivas.

97

2.1. COLLOR DE MELLO

No primeiro capítulo desta dissertação, mostrou-se que Collor apresentou a crise brasileira enfatizando seu aspecto moral e estabeleceu a causalidade entre inflação e corrupção. Agora, ao nomear seus responsáveis o candidato mantém a mesma estratégia de marcar seu discurso pelo antagonismo e pela identificação de um inimigo. A fala de 27 de setembro, a seguir reproduzida, é mais um exemplo dessa afirmação: Collor cita a corrupção e a inflação como *dois grandes inimigos*. E é sobre essa última que recai a atenção do candidato:

“Minha gente, hoje nós temos dois grandes inimigos : a corrupção e a inflação. Vamos falar hoje sobre um deles, a inflação, que está aí arrebatando com os nossos salários, que está aí criando dificuldades para as donas de casa manterem a sua feira, o seu orçamento doméstico. Vamos falar sobre este grande inimigo que é a inflação. Inflação esta que é provocada, sobretudo, pelo governo que aí está. Esse governo irresponsável que aí está.(...) US\$5 bilhões por mês foi o que o governo pagou de juros da dívida interna no último mês de agosto. Isto daria para nós construirmos quinhentas mil casas populares por mês, quinhentas mil casas por mês vezes doze meses é igual a seis milhões de casas. O que abateria demais a grande falta de casas no Brasil, que são de doze milhões de moradia. O governo não pode mais continuar tirando o sangue desta Nação, tirando o sangue do trabalhador para se financiar desta maneira. O que nós estamos assistindo, minha gente, é uma concentração de renda enorme. Por quê? Porque só quem está ganhando dinheiro são os marajás do sistema financeiro, somente eles, somente quem tem dinheiro é que está ganhando muito dinheiro. Concentra-se a renda, ou seja, quem tem dinheiro está ficando cada dia mais rico e quem não tem dinheiro está cada dia mais pobre. Isto e vou acabar, contando com você

para construir um Brasil Novo, um Brasil sem inflação, sem marajás e sem corrupção." (27/9/89)

No início do pronunciamento, Collor define o responsável pela inflação: o governo federal. O elemento central para estabelecer a culpa do governo foi sua *irresponsabilidade*, mostrando para o eleitor o quanto os brasileiros perdem com o pagamento dos juros da dívida interna. Um dinheiro que, segundo o candidato, deveria ser aplicado na construção de moradias, diminuindo assim o déficit habitacional, é utilizado para pagar a *dívida do governo*. Se o governo é o culpado por essa situação, Collor também estabelece dois outros sujeitos afetados pela *irresponsabilidade* do governo: aqueles que perdem e os que ganham. Do lado dos perdedores, que são assim classificados porque estão ficando *cada dia mais pobres*, estão os *assalariados*, as *donas de casa* e os *trabalhadores*. Do outro lado estão aqueles que se beneficiam ganhando muito dinheiro, os *marajás do sistema financeiro* - *somente eles, somente quem tem dinheiro é que está ganhando muito dinheiro*.

Como se percebe, Collor não constrói a culpabilidade da crise através da dicotomia perdedores x ganhadores, mas estabelece um tripé com posições diferenciadas: perdedores, ganhadores e responsáveis. Isso permite concluir que os que se beneficiam com a inflação não são diretamente culpados por ela. Tal responsabilidade é atribuída ao governo federal.

No mês de outubro, a fala de Collor é permeada pela questão da inflação, à qual dedica grande espaço. (1) O pronunciamento mais significativo do candidato é transmitido no programa do dia 22 de outubro e reprisado no dia 24,

"Minha gente, a Nação brasileira vive um momento muito grave. Os primeiros cálculos da inflação de outubro, divulgados neste fim-de-semana, indicam uma taxa de 37%. Ainda maior do que a inflação do mês passado, mas não precisamos mais de cálculos ou de índices para sentir que a inflação aumenta cada vez mais. Sabemos que a inflação que aumenta cada dia está impedindo que o povo brasileiro tenha uma vida decente.(...) Não podemos tolerar essa fraqueza do governo. (...)" (22/10/89)

Depois de constatar o grave momento por que passava a Nação, Collor volta a responsabilizar o governo federal pela inflação e pelo descontrole da mesma, chamando-o de *governo fraco, ineficiente e incompetente*. Essa fala do candidato segue a mesma linha do pronunciamento do dia 27 de setembro, já destacado: são as características negativas do governo que produzem a inflação. De onde se depreende que com um governo de características positivas, tais como competência, eficiência, responsabilidade e autoridade, não haveria o problema da inflação.

Collor neste pronunciamento, tal como no dia 27 de setembro, refere-se às consequências malélicas da inflação que afeta diretamente o povo brasileiro - *impede uma vida decente*. Se no dia 27 o candidato estabelece três

posições discursivas - responsáveis, perdedores e ganhadores com a inflação - agora, no dia 22 de outubro aparecem apenas dois sujeitos: os responsáveis (governo federal) e os perdedores (povo brasileiro).

Posteriormente, no programa eleitoral do dia 3 de novembro, Collor volta a nomear explicitamente os responsáveis pela inflação:

"Se alguma culpa dessa inflação existir, essa culpa é do atual presidente da República: incompetente e corrupto. É ele que, ao invés de estar se preocupando em acabar com a inflação, ao invés de se preocupar em colocar na cadeia os corruptos, ao invés de estar se preocupando em construir casas para o trabalhador e pagar melhores salários, ele fica se preocupando em criar dificuldades (...)." (3/11/89)

Percebe-se uma mudança na fala de Collor quanto à responsabilidade pela inflação. Nos pronunciamentos dos dias 27 de setembro e 22 de outubro, já destacados, era atribuída ao governo federal, exclusivamente, toda a responsabilidade; agora, no mês de novembro, o culpado pela inflação é um só: o presidente da República. Com isso, além da inflação e da corrupção o país passa a ter mais um inimigo: José Sarney, em quem recai a partir desse momento, toda a culpa pela situação de crise vivida no país em 1989.

A indagação que surge é por que Collor responsabiliza Sarney pela inflação existente. A resposta é encontrada na própria fala do candidato: porque o presidente Sarney é *incompetente e corrupto*. Como se constata, a raiz da inflação, para Collor, não é um problema estrutural ou resultante da política

econômica adotada nos últimos governos, mas está vinculada aos defeitos pessoais de José Sarney.

Sarney se constituía em adversário frágil para Collor, pois em 1989 o seu governo estava com a imagem muito desgastada, com um índice de popularidade chegando a (-)79% e vivenciando uma crise de legitimidade. (2) (3) Ao reduzir a causa da inflação aos atributos negativos de Sarney, Collor evita criticar os governos passados, com os quais teve profundas vinculações políticas.

Outro aspecto da estratégia discursiva adotada por Collor, além de atacar um alvo frágil - José Sarney - é debater o problema num tom emocional. Nos programas eleitorais dos dias 27 de setembro e 22 de outubro, destaca os malefícios provocados pela inflação no cotidiano dos brasileiros: *arrebenta com os salários, impede uma vida decente e dificulta a vida das donas de casa.*

Ainda deve ser destacada na fala do candidato a referência às atitudes que Sarney deveria tomar. Ao apontar o que o presidente da República deixa de fazer, aproveita para, indiretamente, falar de si e do que pretende fazer: acabar com a inflação, prender os corruptos, construir casas para os trabalhadores e pagar melhores salários.

No dia 8 de novembro, em breve pronunciamento, Collor também indica quem são os responsáveis pela crise brasileira:

"Nosso povo é bom, é honrado, é trabalhador, é honesto, é digno. Se a crise está aí é por culpa das autoridades de Brasília que não souberam em momento nenhum esclarecer os seus compromissos com o povo e deram as costas para a população mais sofrida." (8/11/89)

No enunciado reproduzido, Collor aponta claramente as *autoridades de Brasília* como as culpadas pela crise brasileira, e a explicação para isso é que *deram as costas para a população mais sofrida*. Novamente aparece a estratégia discursiva do apelo emocional para tratar a questão da crise brasileira. Ao adjetivar o povo de *bom, honrado, trabalhador, honesto e digno*, o candidato do PRN indiretamente está indicando qualidades que faltam as autoridades de Brasília.

Pelos fragmentos discursivos destacados, constata-se que Collor constrói a responsabilidade em relação à inflação. Esta tem sua origem, segundo o candidato, nas dívidas e na fraqueza do governo e também nos defeitos do presidente Sarney, incompetente e corrupto. O que chama a atenção é que o elemento *inflação* não possui raízes históricas, mas é fruto do presente momento que se traduz na falta de qualidade do dirigente da Nação. Em relação à inflação são identificadas três posicionalidades: os responsáveis, os perdedores e os ganhadores. Os dois primeiros são uma constante nos seus pronunciamentos, mas o mesmo não acontece com os ganhadores, que aparecem eventualmente.

Estes são os *marajás do sistema financeiro* e os *ricos*. Do lado dos que perdem estão o *povo*, o *trabalhador* e os *pobres*. Além de nomear quem perde e quem ganha com a inflação, Collor apresenta quais são os efeitos sobre esses sujeitos. Os perdedores são prejudicados por receber baixos salários e porque não são construídas casas populares. Já aqueles que ganham, beneficiam-se aumentando e concentrando sua riqueza.

Além de citar as causas, o candidato tem a preocupação de mostrar aos eleitores os principais efeitos produzidos pela inflação. Segundo Collor, a inflação provoca *concentração de renda*, impede *uma vida decente*, reduz os *salários* e diminui a *construção de casas populares*. Ao enumerar as consequências, ele estabelece quais sujeitos sofrem com a inflação: o assalariado, o trabalhador e o povo.

Collor demarca três posições discursivas: responsáveis (*governo federal, presidente Sarney e autoridades de Brasília*), perdedores (*povo, donas de casa, pobre, assalariado e trabalhador*) e ganhadores (*marajás do sistema financeiro e ricos*). Enquanto os dois primeiros são mais evidentes, este último não é central nas falas do candidato. Ao longo deste capítulo, tal como no anterior, fica evidente a sua estratégia de concretizar sua fala e apresentar o presidente Sarney como o inimigo do povo brasileiro, o alvo a ser combatido. Isso permite a Collor apresentar-se como o sujeito que, com suas qualidades

personais, vai resolver o problema da inflação. Para ele esta não é uma questão de ordem política e/ou econômica, mas restrita aos defeitos do governante.

2.2. MÁRIO COVAS

No capítulo precedente foram apresentados pronunciamentos do candidato Covas relacionando a crise à corrupção e à inflação, ambos tidos como seus principais significantes. Ao abordar os seus responsáveis, novamente aparece aquela que foi a principal marca do candidato ao longo da campanha presidencial: o *discurso tolerante*. (4) Covas não faz ataques aos seus adversários nem polemiza com outros e tem na sua fala de estréia no horário eleitoral gratuito, 15 de setembro, o seu enunciado típico:

"(...)hoje a corrupção, a ganância desenfreada, a inflação galopante, a dívida externa estão dificultando tudo isto. Eu e você conhecemos tudo isto. Todos somos vítimas de pesadas heranças do passado, de governos incompetentes, prisioneiros de interesses antipopulares." (15/9/89)

Há dois aspectos a considerar na afirmação de que *todos somos vítimas de pesadas heranças do passado*, sendo essas heranças a *corrupção*, a *ganância desenfreada*, a *inflação* e a *dívida externa*. O primeiro é que, mesmo

atribuindo ao passado e aos governos antipopulares a responsabilidade pela inflação, Covas não critica de forma mais contundente a ditadura militar. Ao mesmo tempo em que aponta os culpados, o candidato tende a homogeneizar sua fala. Isso fica evidente quando diz que *todos somos vítimas*, dando a entender que não existem interesses diferentes em jogo na sociedade. É interessante os indícios no seu pronunciamento da relação entre o autoritarismo e a situação do país, sendo esta última fruto do primeiro. Covas transmite a idéia de que num governo democrático, com atitudes transparentes e com respaldo popular, tal como será seu governo, não haverá espaço nem para a corrupção nem para a inflação. Na sua visão, num contexto democrático deixariam de existir tais elementos políticos, gerados por uma situação excepcional, a ditadura.

2.3 PAULO MALUF

Nas eleições presidenciais de 1985 Maluf teve seu nome associado aos governos militares e, por ser o candidato da situação, saiu prejudicado eleitoralmente. Em 1989 o momento político é outro: Maluf estava na condição de oposição à Nova República, e é nessa perspectiva que constrói o

seu posicionamento - o candidato derrotado por ela.. A estratégia utilizada pelo candidato é importante, na medida em que atribui a situação de crise-inflação à exclusiva responsabilidade da Nova República.

Dois dias após ter iniciado o horário eleitoral gratuito, Maluf já abordava a questão da crise-inflação. No enunciado extraído do pronunciamento do dia 17 de setembro, o candidato não define a inflação com precisão, entretanto a sua origem é claramente apontada. Esta é causada por atitudes individuais, como por ex. a *safadeza*, e, principalmente, pela incompetência do governo da Nova República, visto como um *governo fraco e covarde*. Logo, para Maluf, um governante com outras características - positivas - vai conseguir resolver o problema da inflação. Também no dia 18 de setembro, Maluf aborda a responsabilidade pela crise-inflação:

"(...)os donos dos imóveis querem cada vez menos alugar os seus imóveis, é preferível deixar trancado. Porque, veja, com essa inflação como está, o preço hoje começa pondo o aluguel alto depois é ridículo, então ele prefere vender e botar o dinheiro na poupança. É menos complicado e rende mais. Por isto os aluguéis aumentam cada dia. E os aluguéis que antigamente tinham reajuste semestral foram para trimestral e agora, é mensal. Culpa do proprietário? Olha, também, mas se nós analisarmos bem a culpa maior é do governo, porque foi o governo que criou essa pouca vergonha. É justamente por não acreditar no que o governo diz que o proprietário põe logo o aluguel lá em cima porque, assim, ele fica garantido. Ele tenta se prevenir contra esse governo incompetente, que além do problema moral tem falta de coragem. Porque o Brasil é um país onde falta competência no governo(...). E o que vocês viram nestes cinco anos de Nova República? Inflação, os aluguéis subirem, greve, dívida externa(...). O povo sabe quem fez isso mas não custa nada lembrar. Vamos lembrar hoje e sempre, durante este tempo de televisão que foi o governo

da Nova República que derrotou Paulo Maluf e que fez esse governo incompetente(...)." (18/9/89)

Ao longo desse trabalho destaca-se a inflação brasileira como um ponto central da campanha e como tem-se visto ao longo desse trabalho é também um tema recorrente nos discursos de campanha dos candidatos. Entretanto, apontar esta constante presença não é o suficiente para concluir-se sobre uma possível homogenização do discurso eleitoral. O fragmento acima é um exemplo privilegiado de uma forma muito particular de colocar a questão. Sendo um candidato historicamente conservador e em decorrência disto representante dos interesses dos grupos economicamente dominantes na sociedade, Maluf ao mesmo tempo necessita buscar apoio, por sua condição de candidato, na maioria da população assalariada, empobrecida e locatária. O candidato resolve este dilema construindo uma interessante equivalência entre dois pólos tradicionalmente contrários: locador e locatário. Faz isto introduzindo um terceiro elemento: o governo federal. Ou melhor dito, a incompetência do governo e, por consequência, a sua responsabilidade pela situação do país é que permite a Maluf colocar lado a lado, na posição de vítimas, proprietários e inquilinos.

Ao final do seu pronunciamento o candidato reintera a idéia da responsabilidade do governo federal pela situação vivida pelos brasileiros *nestes cinco anos de Nova República*, lembrando que foram esses que derrotaram Maluf na última eleição para presidente da República. O contraponto é bastante

claro: se há cinco anos Maluf tivesse vencido a eleição presidencial, o povo brasileiro estaria em melhores condições. Teria sido eleito um governante competente e corajoso, características bem distintas das que apresenta a Nova República.

No dia 25 de outubro Maluf volta a abordar a crise brasileira.

Dessa vez é dada ênfase àqueles que se beneficiam com ela:

"Você se lembra que no início do Plano Cruzado você tinha muita felicidade, mas o atual governo federal foi incapaz de administrar a tua felicidade. Sabe por quê? Porque começaram a beneficiar quem especula no over, no ouro, no dólar e na bolsa. Este não paga imposto e você que produz é castigado. Você que ganha salário, você está pagando imposto de renda na fonte. (...) Eu tenho uma proposta: salário não é renda. Você que ganha até Crz9.000,00 por mês, eu vou isentar você de pagamento de imposto de renda na fonte. Vai pagar quem especula, quem trabalha e quem produz não. (...)."
(25/10/89)

Comparando-se a fala acima com as dos dias 17 e 18 de setembro, percebe-se uma nova inflexão no discurso do candidato. Naqueles dois dias Maluf culpou quase que exclusivamente o governo da Nova República pela crise do país; agora, em outubro, aparecem aqueles que se beneficiam com a crise: os especuladores *no over, no ouro, no dólar e na bolsa*. Não fica claro na fala do candidato se os responsáveis pela crise são também os que dela se beneficiam. Aparentemente são duas posições distintas no discurso. Logo, o especulador não seria diretamente responsável pela crise; apenas, beneficiário dela. Ao

mesmo tempo Maluf aproveita para indicar que também há os que perdem com a crise-inflação: os assalariados, os contribuintes e aqueles que produzem.

A partir dos pronunciamentos destacados percebe-se que, para Maluf, o inimigo a ser combatido não é a crise/inflação, e sim o governo da Nova República, que a produz. Logo, acabando a Nova República o problema da crise, estará resolvido. Assim como o sujeito responsável pela crise/inflação, também suas causas estão claramente indicadas. Para Maluf a origem do problema está nas características negativas do governo federal: *safadeza e incompetência*, o que reforça a responsabilidade da Nova República.

O candidato também aponta um outro sujeito nas suas falas; as vítimas da crise/inflação: o *assalariado*, o *contribuinte*, o *produtor*, o *proprietário de imóveis* e o *inquilino*. Estes são sujeitos a quem Maluf busca interpelar no seu discurso. Um terceiro sujeito aparece nos seus pronunciamentos: aqueles que se beneficiam com a crise/inflação. Estes estão condensados na figura do especulador que, aparentemente, não é culpado pela situação de crise, mas dela se beneficia. O candidato dá a entender que, além da crise/inflação, o especulador também desaparecerá junto com a Nova República.

2.4 LULA DA SILVA

Em que pese ocuparem posições diametralmente opostas no espectro ideológico, Lula, a exemplo de Collor, também divide o espaço de luta em dois pólos antagônicos e ao nomear os responsáveis pela crise, o candidato dá muita ênfase a esse aspecto, conforme será visto a seguir. Para o candidato da Frente Brasil Popular a situação do país era tão dramática que logo no início do período legal de propaganda eleitoral ele ocupa grande espaço do seu programa para tratar da questão da inflação, que é apontada por ele como um dos principais elementos da crise. Assim Lula se pronuncia no dia 20 de setembro:

"Todo o povo brasileiro em algum momento já assistiu ou já ouviu algum empresário, algum político, alguma autoridade, algum banqueiro falando contra a inflação. Alguns dizendo que a inflação é a desgraça maior deste país, outros tentando passar a idéia de que não tem culpado, que a inflação cai do céu. Outros tentando vender a idéia que a inflação é culpa, apenas, do Estado e, alguns mais cínicos, tentando vender a idéia que a inflação é culpa dos miseráveis salários que recebe o trabalhador brasileiro. (...)" (20/9/89) (1ª parte)

Lula inicia a sua exposição mostrando que a inflação é um assunto que está na pauta do dia. Todos falam nela: empresários, políticos, banqueiros, autoridades; e todos falam contra a inflação, na tentativa de apresentá-la como prejudicial a todos. Lula ressalta e identifica três argumentos comumente usados: *inflação cai do céu, o culpado é o Estado e os salários causam inflação. Na*

continuação da sua fala, o candidato desconstrói esses argumentos e aponta que existem duas posições antagônicas: de um lado os que ganham com a inflação; de outro, os perdedores:

"(...) Recentemente, numa entrevista dada à Revista VEJA, o ex-ministro do presidente Geisel, Calmon de Sá, reconhece publicamente que tem gente que ganha com a inflação e, perguntado pela revista quem é que ganha com a inflação ele respondeu: -"quem ganha com a inflação são as pessoas que foram privilegiadas pelo governo com juros subsidiados, os grandes grupos econômicos, os grandes latifúndios, os banqueiros e os grandes monopólios desse país". Ora, se é verdade que quem ganha com a inflação são os grandes grupos econômicos é preciso reconhecer, publicamente, que quem perde com a inflação são aqueles que vivem de salário: o trabalhador brasileiro, o pequeno comerciante, o pequeno produtor agrícola e o pequeno empresário. Esses perdem com a inflação". (20/9/89) (2ª parte)

Dois aspectos desse argumento merecem ser enfatizados: o primeiro diz respeito à presença de outro interlocutor ajudando a desmascarar o processo inflacionário. Lula não usa um dos economistas do seu partido para isso, mas vai buscar testemunho exatamente no campo ideológico oposto: Calmon de Sá, ex-ministro do presidente Geisel. Ao utilizar a estratégia de reproduzir a fala de outro, Lula pretende, basicamente, demonstrar que até mesmo um ex-ministro da época da ditadura reconhece que há os que se beneficiam com a inflação, e os nomeia: os privilegiados com juros subsidiados, os grandes grupos econômicos, os grandes latifundiários, os banqueiros e os grandes monopólios.

Ao estabelecer quais os sujeitos beneficiados com a inflação, Lula introduz o segundo aspecto a ser destacado: uso do adjetivo *grande* (*grande empresário, grande latifúndio*) para marcar a diferença entre o grande e o pequeno, o ganhador e o perdedor. Entre os que perdem com a inflação, o candidato petista nomeia o *assalariado, o pequeno comerciante, o pequeno produtor agrícola* e o *pequeno empresário*. Subjacente à questão da adjectivação grande/pequeno está a mudança na estratégia discursiva do PT ao tentar conquistar novos aliados políticos. Agora em 1989, Lula amplia o seu discurso na tentativa de expandir seu público alvo para além da classe trabalhadora e, assim, barganhar apoio em outros setores da sociedade. Entre eles os *pequenos* da livre-iniciativa - *pequeno comerciante, pequeno produtor agrícola e pequeno empresário*.

Outubro caracteriza-se como o mês em que Lula dedica mais tempo na programação eleitoral gratuita para indicar os responsáveis pela inflação. (5) Na fala do dia 1º de outubro, ele mantém a estratégia discursiva já utilizada no enunciado anteriormente destacado: indica os responsáveis pela inflação e suas vítimas. Apesar da semelhança entre os dois pronunciamentos, neste dia o candidato introduz como novidade outro responsável pela inflação:

"(...) você já percebeu que ninguém está dizendo quem é o responsável pela inflação a não ser a Frente Brasil Popular? Sabe por quê? Porque todos eles quase são responsáveis pela inflação. É o banqueiro que é responsável pela inflação, é o latifundiário que é responsável pela inflação, é o grande empresário que é responsável pela inflação, é o especulador

que é responsável pela inflação, é o agiota que é responsável pela inflação. Quem não é responsável é o trabalhador brasileiro porque este ganha um salário tão miserável, que se causasse inflação o salário dele, a inflação seria zero. (...) nós corremos o risco de ir para a hiperinflação. Ou seja, hiperinflação é a briga do rico contra o rico. Ou seja, o rico ao invés de aplicar dinheiro na produção, aplica dinheiro no dólar, aplica dinheiro no ouro, aplica dinheiro na compra de imóveis, em prejuízo da classe trabalhadora que gostaria de ver a economia gerando novos empregos, gerando distribuição de renda, e que não vê porque o dinheiro está sumindo da praça. (...)." (1º/10/89)

Além dos responsáveis já nomeados por Lula no outro fragmento (*banqueiro, latifundiário e grande empresário*), a novidade é a inclusão do especulador e do agiota também como responsáveis pela inflação. A figura do especulador ganhou certa evidência em função do país estar vivendo, em 1989, a chamada *ciranda financeira*. Ou seja, os grandes grupos econômicos, principalmente, não mais investiam na produção, deslocando os seus recursos para o mercado financeiro, ouro, dólar, *overnight*, CDBs, etc., o que acabava alimentando o círculo vicioso da inflação e lhes garantia alta lucratividade.

Além de reconhecer que o especulador e o agiota também são responsáveis pela inflação, Lula deixa claro para o eleitor que esses setores ganham com a inflação, necessária para que os *ricos* obtenham mais lucros. O sistema financeiro está estruturado de tal maneira no Brasil que a inflação/hiperinflação é fundamental para alimentar a sua engrenagem, levando alguns (banqueiros, latifundiários, agiotas, especuladores e ricos) à obtenção de ganhos excepcionais. Ao mostrar a relação de causalidade entre inflação e lucro

para os ricos, Lula desconstrói a idéia de que o salário é que produz a inflação. Portanto, o trabalhador não é responsável por ela, mas sua vítima.

Mais uma vez, no dia 22 de outubro, a Frente Brasil Popular dedica espaço no seu horário eleitoral gratuito para tratar do tema inflação. Desta vez a abordagem é através do *texto em off* :

*"A inflação ameaça saltar para 40% em outubro. O governo Sarney nada faz, Mailson se limita a pedir aos grandes empresários que não aumentem tanto os preços, mas eles se recusam(...). E o que fazem com seus lucros ao invés de investir na produção? Especulam no mercado financeiro, compram dólar no câmbio negro ou investem em ouro. E com isto, provocam mais inflação e miséria do povo".
(22/10/89)*

Este enunciado da Frente Brasil Popular tem a mesma característica da fala de Lula do dia 1º de outubro, já destacada: indica quem são os responsáveis pela inflação. Desta vez os nomeados são o *governo Sarney*, porque nada faz, e os *grandes empresários*, porque especulam no mercado financeiro ao invés de investirem na produção. O resultado da omissão do governo e da especulação dos empresários é um só: aumento da inflação e, conseqüentemente, empobrecimento do povo brasileiro.

Analisando os três fragmentos discursivos da coligação partidária, percebe-se que eles apresentam a mesma argumentação: os sujeitos responsáveis pela inflação são os mesmos que dela se beneficiam. Estes, claramente nomeados pelo candidato, são: *grandes empresários, especulador,*

governo federal, banqueiro, latifundiário, agiota, ricos e grandes monopólios. Com exceção do governo federal, culpado por omissão, os demais são responsáveis porque obtêm lucros com a inflação. Isso indica que para a Frente Brasil Popular, *responsável e ganhador* são sinônimos, isto é, o responsável pela inflação é o mesmo que ganha com ela. Lula faz questão de estabelecer dois lados: ganhadores e perdedores. Estes últimos são o *trabalhador, o assalariado* e os *pequenos*(comerciante, empresário e produtor agrícola). Para o candidato da coligação partidária existe uma relação causal entre esses dois sujeitos. Ou seja, os ganhos daqueles que se beneficiam produzem necessariamente prejuízos para os sujeitos perdedores. Os ganhos ilícitos dos primeiros geram mais inflação e aumentam a miséria dos assalariados.

2.5. AFIF DOMINGOS

Afif, à exemplo de Collor, deu especial ênfase ao aspecto moral da crise brasileira, conforme foi exposto no capítulo precedente. Ao nomear os seus responsáveis ele concentrou-se no problema da inflação. No dia 24 de outubro foi a primeira vez que o candidato indicou de quem era a culpa pela situação em que o Brasil se encontrava. Apesar de tardio Afif é taxativo na sua manifestação:

"(...) Mas é que a turma aqui tá rasgando dinheiro, o que se desperdiça de dinheiro não tá escrito. Hoje, aqui no Brasil o povo é roubado. Porque é o povo que paga para sustentar o governo e você paga muito imposto. Paga imposto em tudo que você tá comprando,(...), é muito dinheiro. Só que esse dinheiro ao invés de voltar em benefício para você ele vai para os bacanas. Primeiro para a corte, aquela estrutura que tá lá no poder, no governo, que pega o dinheiro e cuida que nem aquela turma que diz que é adepta de São Mateus: "**primeiro os meus**". Então eles pegam o dinheiro, primeiro o deles, se sobrar vai para o povo. E não tá sobrando, tá faltando.(...)." (24/10/89)

Afif trata a crise brasileira como sendo fruto do desperdício de dinheiro público. Em relação a essa situação o candidato do PL estabelece quem perde e quem ganha com a crise. Entre os perdedores está apenas o povo, que na sua fala é o contribuinte; ou seja, são todos aqueles que pagam impostos. O povo perde duas vezes: porque paga muito imposto e porque o governo desperdiça o dinheiro arrecadado, não havendo nenhum retorno sob a forma de benefícios. Se o povo está entre os perdedores, de outro lado existem aqueles que ganham com a crise: os *bacanas* e a *corte*. Isto é, todos aqueles pertencentes ao núcleo central do poder.

É interessante observar-se que uma das marcas do discurso de Afif é a idéia de apresentar a questão ideológica - esquerda x direita - como algo superado e/ou *fora de moda*. O exemplo acima destacado é típico da sua postura, o candidato cita povo *versus* bacanas ou povo *versus* corte. Para

solucionar o problema basta que a *turma deixe de rasgar dinheiro*. Assim o povo e a corte estarão lado a lado e a crise brasileira estará resolvida.

Assim como os demais presidencialistas, o candidato do PL, aborda a conjuntura econômica do país várias vezes durante o primeiro turno da campanha presidencial. A fala mais importante é a do programa eleitoral transmitida no dia primeiro de novembro, a seguir reproduzida:

"Hoje estou com horror da politicagem, vejam os jornais: inflação atinge 37.62%. Você se lembra, meu amigo, quando anunciaram o Plano Cruzado? A politicalha disse que a inflação tinha acabado, por que disseram isso? Porque eles estavam em véspera de uma eleição que eles queriam ganhar de qualquer jeito. E quem saiu beneficiado? Ulysses Guimarães(...), Fernando Collor de Mello(...), Mário Covas(...), Fernando Lyra(...), todos eles sem exceção se beneficiaram do conto do Plano Cruzado. Hoje, se dizem da oposição. Hoje, dizem que não tem nada a ver com isso(...)." (1º/11/89) (1ª parte)

Nessa primeira parte do enunciado, Afif aponta aqueles sujeitos que se beneficiam com a inflação e que também são responsáveis por ela. Os candidatos citados, considerados como a elite política, são responsabilizados pela inflação porque participaram e colaboraram com os erros do governo federal quando da implantação do Plano Cruzado. Talvez Afif acuse seus adversários de campanha mais pelos ganhos políticos obtidos por eles na eleição de 1986 (pós-Plano Cruzado) e menos por incompetência ou por *levar o povo à falência*. Tendo como base esse ganho, ele estabelece a diferença entre os que mentem para o povo e os que falam a verdade. Na continuação do fragmento o candidato

vai reforçar a desmistificação dos seus adversários, que se apresentam como sendo de oposição. A sequência da sua fala é esta:

"(...)E a inflação? E as promessas, tudo sumiu? Chega de enganar o povo, chega de mentira... Chegou a hora da verdade. A inflação sumiu ou não sumiu? Ora minha gente, a elite política continua aí firme, politicando tanto na esquerda como na direita. E o povo pagando a conta da incompetência nacional, pois já levaram o povo à falência. Esses cidadãos estão todos em campanha, atacando o governo, acusando de erros que eles participaram e para os quais colaboraram. Será que eles agora querem dar outro choque de esperteza? Vamos tratar a inflação com muita seriedade. Ser atrasado é mentir ao povo, ser moderno é falar a verdade e, acima de tudo, buscar a verdade pois só a verdade pode salvar este país.(...)Ninguém mais vai ganhar dinheiro na especulação, não. Porque nós vamos acabar com a especulação e com essa taxa de juros que está levando o país à falência.(...)Por isso, meu querido irmão, minha querida irmã, vamos à luta. Vamos juntos combater a inflação sem mentiras, com a verdade. Não vou esconder nada de vocês quando eleito presidente da República. Por isto, juntos chegaremos lá!" (1º/11/89) (2ª parte)

Nessa segunda parte do fragmento, Afif trata a inflação como fruto da *incompetência nacional* e destaca os efeitos por ela produzidos: *leva o país à falência e ganha dinheiro na especulação*. A partir daí o candidato nomeia os responsáveis pela inflação, que também dela se beneficiam: a *elite política* e os *especuladores*, considerados pelo candidato liberal como *parasitas* (19/9/89).

A inflação é usada por Afif com um propósito bastante específico: servia para desqualificar seus adversários de campanha. Na primeira parte do seu pronunciamento ele associa seus nomes à *politicagem*, responsabilizando-

os pela inflação. Em continuação, o candidato reforça a culpa da elite política e aproveita para se distinguir dos demais presidenciáveis. Para tal, utiliza o argumento da *verdade* como elemento de diferenciação. O debate ideológico entre esquerda e direita é substituído pela divisão entre verdade e mentira. Do lado desta última estão a *politicagem*, a *elite política*, a *inflação*, o *atraso*, a *especulação* e os *juros*. No campo da *verdade* encontra-se Afif, que se apresenta como *sério e moderno*, atributos que vão lhe permitir acabar com a inflação e com a especulação. Como os demais candidatos estão vinculados ao atraso e à mentira, eles serão incapazes de resolver o problema da inflação.

Para o candidato liberal as discussões devem se dar entre o que é atrasado e o que é moderno. Atrasado, segundo ele, é mentir ao povo, é a ideologia, é a politicagem; ser moderno é falar a verdade, é a seriedade, é o novo, é a mudança na estrutura do poder (31/10/89), características que o candidato também se auto-atribui. Afif estabelece que os embates devem se dar entre a modernidade e o atraso, e não mais entre esquerda e direita.

O uso das palavras *sério* e *seriedade* (*vamos tratar a inflação com muita seriedade*) é resultado de uma estratégia discursiva adotada por Afif. Simultaneamente, ele elimina seus adversários de campanha, que são considerados *não sérios*, e atribui-se os predicados *sério/seriedade*. Ou seja, ao falar da falta de seriedade do outro, o candidato está pressupondo ser diferente. Ao fazer o discurso da seriedade, Afif está mostrando ao eleitor que difere dos

seus adversários, ao mesmo tempo em que demonstra ser o mais capaz para resolver a inflação e os outros problemas do país, porque possui, entre outras qualidades, o *manto da seriedade*. Sob esse pretexto Afif reivindica para si a legitimidade e, em contra-partida, desqualifica os demais candidatos.

Em 1989 havia uma predisposição por parte dos eleitores em identificar o campo político como o campo da ineficácia. (6) Aproveitando-se dessa conjuntura, Afif estabelece uma interessante equivalência: *de fora do campo político = seriedade e os de dentro = politicagem*. Nesta última enquadram-se todos seus adversários e na primeira está Afif. Em que pese o candidato ter construído essas equivalências ele não se apresenta como um de fora da política, mas tão somente como de fora do campo da política. As posições *in* e *out* não foram muito exploradas pelo candidato liberal, diferentemente do que faz Collor.

Outro aspecto recorrente nos pronunciamentos do candidato liberal é o uso da *verdade* como estratégia discursiva. Se Afif fala a verdade é porque os demais candidatos mentem. O sentido disso, assim como o discurso da seriedade, é estabelecer a diferença, desqualificando seus adversários de campanha. Ao estabelecer a verdade do seu discurso, pretende transmitir credibilidade. Assim o compromisso que Afif estabelece com a verdade leva-o a sentir-se mais autorizado a falar do que os seus adversários de campanha, que *mentem* para o povo.

O pronunciamento do candidato é permeado por uma questão: o papel do Estado. O mau gerenciamento deste acaba provocando distorções que resultam na *inflação, no déficit público, na corrupção e no desperdício do dinheiro público* (26/9/89). É dentro dessa *estrutura de poder que os bacanas, os tecnocratas e a elite política da esquerda e da direita se aproveitam para roubar o povo* (24/10/89). Ao afirmar que o Estado brasileiro está sendo mal gerenciado, reforça a sua posição na defesa dos preceitos liberais. Propõe redimensionar o papel do Estado, retirando-o do mercado e ficando apenas com a função de lidar com a segurança pública e com a Justiça. Todas as demais áreas ficariam a cargo da livre iniciativa. Propondo que o Estado se afaste do mercado e seja administrado como uma empresa privada, apresenta a solução que acabaria com a corrupção e com a inflação. (7)

Conclui-se que, para o candidato, os que se beneficiam com a crise/inflação são também os responsáveis por essa situação. Estes sujeitos são: *os bacanas, a corte, o governo, o especulador e a elite política* (Ulysses, Collor, Covas e Fernando Lyra). Do lado perdedor estão o *povo* e o *contribuinte*. As causas apontadas por Afif são o *desperdício de dinheiro e a incompetência nacional*. A visão do candidato sobre a inflação é bastante interessante: é um *roubo* que afeta o *povo* e traz a *falência* para o país. O ponto a ressaltar, aqui, é o fato de que Afif usa a inflação para desqualificar seus adversários de campanha - Ulysses, Collor e Covas - e assim, construir o seu espaço político

como homem público sério, honesto e verdadeiro. Tais qualificativos irão permitir-lhe resolver o problema da crise-inflação.

2.6. ULYSSES GUIMARÃES

No capítulo anterior foi apontado como os peemedebistas caracterizaram a crise brasileira . Esta tinha dois aspectos: inflação e corrupção. Ao indicar os responsáveis pela crise os porta-vozes do PMDB se concentram apenas na inflação . Este tema foi exaustivamente citado ao longo da programação eleitoral gratuita, ganhando centralidade em outubro, mês conjunturalmente propício para falar na inflação pois o seu índice atingira 37.62%. Entretanto, ainda em setembro, no dia 20, Waldir Pires expressa a sua preocupação com essa temática e indica quem ganha e quem perde com a mesma:

"Estamos neste mês de setembro vivendo a dura expectativa de uma inflação acima de 30%. Quer dizer, mais de 1% ao dia.(...) Mas o que sai do seu bolso vai, necessariamente, para outros bolsos sem esforço e sem trabalho na ciranda da especulação financeira. (...)" (20/9/89)

Nesse fragmento discursivo Waldir não apresenta a preocupação de indicar de quem é a responsabilidade pela inflação, mas é explícito nomeando os que ganham e os que perdem com ela. Waldir Pires faz uma associação imediata da inflação à perda de uns - trabalhadores - e aos ganhos de outros - especuladores. O peemedebista levanta três pontos na sua fala: primeiro, a inflação traz ganhos para alguns; o segundo ponto é consequência do anterior: uns ganham porque outros perdem, necessariamente. E o terceiro aspecto é que os lucros obtidos pelos especuladores são ganhos fáceis (*sem esforço e sem trabalho*).

No programa eleitoral do dia 8 de outubro, a inflação é destaque na fala de Ulysses Guimarães:

"Esses números que vocês acabaram de ver mostram uma realidade cruel. Quem vive de salário não provoca inflação, não remarca nada. Do outro lado há especuladores e remarcadores fazendo os preços voar. O Brasil vive uma guerra. Ou acabamos com a inflação ou a inflação acaba conosco. Eu quero deixar aqui um aviso, um alerta a esse pessoal que ganha com a inflação: tire o pé do acelerador, parem! Senão vocês vão levar o Brasil para o abismo arrastando nossa gente para o sacrifício. Chega! (...)."
(8/10/89)

Como já foi citado, a inflação estava em alta e não demonstrava nenhum sinal de queda. Ao contrário, as taxas subiam mês a mês, fazendo com que as políticas implementadas pelo governo caíssem em descrédito. Quanto ao fragmento destacado, indica três aspectos importantes: o contexto econômico, os

responsáveis e aqueles que perdem com a inflação. O candidato apresenta o país vivendo uma *situação de guerra*, isto é, a inflação *versus* o Brasil. O inimigo está claramente definido no pronunciamento, e é em relação ao *sujeito inflação* que será construída a oposição. Esta se dá entre os especuladores e remarcadores (como seus responsáveis) e os assalariados (como suas vítimas). Na fala do dia 20 de setembro, Waldir nomeou apenas os especuladores beneficiários. Agora em outubro, Ulysses aponta os especuladores como responsáveis e acrescenta um novo sujeito: o remarcador. Pelo dois fragmentos destacados percebe-se que, para os peemedebistas, aqueles que produzem a inflação obtém ganhos com ela. Essas são duas posições discursivas indissociáveis.

Também no dia 8 de outubro, o *texto em off*, reforçou a idéia da fala anterior de Ulysses, apontando as responsabilidades pela inflação:

"O brasileiro começa a semana com gosto de hiperinflação. Os preços não param de subir, o governo tem reconhecido que perdeu o controle da situação. A inflação destrói o dinheiro, você acorda com uma nota de NCr\$ 10,00 quando vai dormir ela vale só NCr\$ 9,80, porque 20 centavos foram engolidos pela inflação. No fim do mês a nota de 10 vale só 6. Isto é, com o mesmo dinheiro você compra cada vez menos. A remarcação de preços é diária e ganha disparado do salário. Você perde, ganha quem tem dinheiro para aplicar no mercado financeiro. O governo paga, o Brasil perde, você perde de novo." (8/10/89)

Neste enunciado o locutor procura explicar, didaticamente, como a inflação afeta o dia a dia dos brasileiros: os preços aumentam e o salário é

corroído, reduzindo o poder aquisitivo. Também é possível identificar claramente os sujeitos responsáveis pela inflação, são eles: o remarcador e o especulador. Além destes, o PMDB reconhece que o governo tem sua parcela de responsabilidade porque *perdeu o controle da situação*. Há, de um lado, aqueles que ganham com a inflação, trazendo prejuízos para o Brasil; de outro, os perdedores: os assalariados. É importante salientar que, em ambos os pronunciamentos, o sujeito assalariado é vítima da inflação, sendo alvo da solidariedade constante dos peemedebistas. Tanto no primeiro como no segundo enunciado percebe-se que os enunciadores do PMDB destacam o duplo prejuízo causado pela inflação: no espaço privado (*destrói o dinheiro do assalariado*) e no espaço público (a nação e a sociedade brasileira estão sendo prejudicadas).

Novamente, no dia 10 de outubro, os peemedebistas abordam o problema da inflação. Nesse dia, Waldir Pires ocupa quase a metade do tempo do programa eleitoral do PMDB para tratar da referida questão:

"A inflação é hoje a tormenta maior de nosso povo, é a angústia e a raiva de todos os dias. Para viver é preciso comer e morar. Aí tem início o calvário da população pobre de hoje e, também da classe média porque a inflação tira da maioria da população e leva para os magnatas, os especuladores, os traficantes e a máfia dos corruptos. As manchetes dos jornais diariamente são notícias da taxa do overnight que o povo nem sabe o que é, do dólar e do ouro. Do cruzado o que se sabe é que vale cada vez menos. Agora, é a hiperinflação batendo às portas. Não é apenas, simplesmente, a inflação, é a completa desorganização da economia, é descontrole do governo. É uma espécie de furacão que chega arrastando, mas em primeiro lugar apaga a casa dos mais humildes, dos mais fracos para ficar apenas a casa dos poderosos." (10/10/89)

Nessa fala de Waldir, mais uma vez, são identificados os que ganham e os que perdem com a inflação. Além dos assalariados, já citados, ele a *classe média*, os *pobres*, os *humildes* e os *mais fracos*, estão entre os perdedores com a inflação. Do lado dos que ganham o peemedebista também inclui novos sujeitos: os *magnatas*, os *corruptos* e os *poderosos*. A fala de Waldir Pires mantém um ponto em comum com os pronunciamentos já destacados: a relação de causalidade existente entre os que perdem e os que ganham com a inflação. Nas palavras do peemedebista: *a inflação tira da maioria da população e leva para os magnatas, os especuladores, os traficantes e a máfia de corruptos*.

Observa-se ainda que, como no pronunciamento transmitido no dia 8 de outubro, reaparece o governo como co-responsável pela inflação, já que perdeu o controle da situação. Pouco a pouco o PMDB vai nomeando os seus aliados: assalariados, trabalhadores, pobres, classe média, humildes e fracos - todos aqueles que são prejudicados pela inflação.

Mais uma vez, no dia 12 de outubro, o PMDB ocupa o tempo de propaganda eleitoral com a problemática da inflação., definindo-a:

"(...) sabe quem paga a diferença que os especuladores levam? É o governo com o dinheiro que deveria construir o país. O nome disso tudo é inflação, que no dicionário quer dizer: perda do poder aquisitivo e alta geral dos preços. Definição incompleta para o Brasil, falta dizer que aqui inflação

significa lucro para quem tem dinheiro, para quem não tem".
(12/10/89)

Além de definir com clareza o que é inflação, o do PMDB volta a indicar os seus responsáveis: o *especulador*, o *rico* e o *governo*. O *especulador* e o *rico* ocupam duas posições na fala peemedebista: são os responsáveis e também se beneficiam com a inflação (*lucro para quem tem dinheiro*). Os *especuladores* foram apresentados, nesse pronunciamento e nos outros, como inimigos da sociedade brasileira. O dinheiro que deveria construir o país é desviado para pagar seus lucros, impedindo assim, o crescimento da nação. A inflação traz ganhos para um pequeno grupo, mas as perdas são generalizadas na medida em que toda a nação é prejudicada.

Também no dia 12, Ulysses Guimarães, ocupa por duas vezes o horário eleitoral do PMDB para definir os perdedores e os ganhadores com a inflação. Foram estas suas palavras iniciais:

"Vamos novamente falar da inflação. Gostaria, como gostaria que ela não existisse para não ter que falar sobre esse monstro assassino. A inflação é criminosa, madrasta para os pobres e madrinha pródiga para os ricos. Ela massacra o assalariado que não tem como se defender, pois quando o dinheiro do pobre chega subindo pela escada, a inflação já chegou pelo elevador." (12/10/89)

Ulysses segue o mesmo argumento utilizado nos demais pronunciamentos do PMDB: a inflação traz ganhos para alguns - *ricos* - e

prejudica outros - *pobres e assalariados*. A inflação continua sendo o significado-síntese dos problemas brasileiros e os peemedebistas, especialmente Ulysses, são pródigos em adjetivá-la: *monstro assassino, criminosa e madrasta*. Caracterizações tais demonstram o quanto a inflação é maléfica para a sociedade brasileira. Sua causa são os lucros fáceis obtidos por alguns, em especial na ciranda financeira.

O segundo pronunciamento de Ulysses, no dia 12 de outubro foi este:

"Enquanto o povo perde, os remarcadores os especuladores lucram cada vez mais com a inflação, aumentando os preços e aplicando o dinheiro a juros extraordinários. Os aproveitadores estão remarcando os preços em níveis absurdos de 40-50% ao mês, reajustando diariamente, repito, diariamente, os preços. São espoliadores dos brasileiros. O governo também é sócio da inflação e responsável porque pela correção monetária dos seus impostos, multas e serviços se beneficia com a inflação." (12/10/89)

Mais uma vez o candidato peemedebista aponta com clareza quem ganha com a inflação: *especuladores, remarcadores e governo*. O perdedor é o *povo brasileiro*. Nesse fragmento observa-se que o PMDB continua estabelecendo dois pólos opostos, onde o lucro de um implica, necessariamente, na perda do outro. Até o presente momento os enunciadores do PMDB apenas responsabilizavam parcialmente o governo federal pela inflação. Agora, Ulysses, além de responsabilizá-lo, acusa-o de ser sócio e de beneficiar-se com ela.

No texto *em off* a preocupação foi apresentar o especulador como aquele que lucrava com a inflação, desviando os recursos do país; portanto um inimigo da sociedade brasileira. Na fala de Ulysses, novamente, aparecem o remarcador e o especulador como aqueles que ganham com a inflação. E desta vez o vilão da nação brasileira passa a ser o remarcador, chamado pelo candidato de *espoliador dos brasileiros*.

Os peemedebistas apresentaram a proposta de um esforço nacional para salvar o país das mãos do *monstro assassino*, inflação. Isso porque em oposição aos remarcadores e especuladores, que são individualizados, está o povo brasileiro, os assalariados. E a estes sujeitos a fala peemedebista se dirige e busca interpelar, fazendo uma ampla convocação para salvar o país.

No dia 31 de outubro os peemedebistas reforçam a idéia de que o combate será em relação à inflação:

"O combate à inflação é prioridade. Ulysses vai acabar com a especulação financeira que enriquece poucos, empobrece muitos, afunda o Brasil em dívidas e alimenta a inflação."
(31/10/89)

Neste fragmento discursivo o locutor expressa, mais uma vez, a preocupação do PMDB com a inflação e a forma de combatê-la. O texto é bastante claro quanto a sua causa: a especulação financeira. A especulação,

além de produzir a inflação, causa ao mesmo tempo o empobrecimento de muitos, e o enriquecimento de alguns. Novamente aparece a marca discursiva do PMDB: o lucro de uma minoria provoca, necessariamente, o prejuízo da maioria dos brasileiros.

No dia 9 de novembro o PMDB dedica tempo no horário eleitoral gratuito para tratar da responsabilidade pela situação brasileira:

"(...) Vencemos armadilhas, ciladas, traições de toda essa gente que ocupou o poder por tanto tempo e que não quer deixar suas mordomias e os frutos proibidos do enriquecimento ilícito. Essa gente que produziu nos últimos 25 anos uma sociedade tão feia, tão perversa e tão desigual.(...)"
(9/11/89)

Waldir Pires atribui a responsabilidade pela desigualdade existente no país aos *últimos 25 anos*, ou seja, aos governos militares. Esta sociedade injusta e desigual teve origem nos privilégios e ganhos ilícitos usufruídos pelos que ocuparam o poder nesse período. Mesmo sem ser explícito, Waldir parece acusar, além da ditadura militar, a elite política que viveu à sombra do poder durante o período autoritário, usufruindo de suas benesses.

Essa foi a primeira vez em que os peemedebistas trataram da responsabilidade pelas desigualdades sociais dentro de um contexto mais amplo, extrapolando os limites da inflação. Além de nomear os responsáveis por essa situação, Waldir Pires expôs ao eleitorado as raízes históricas da crise, aspecto até então inexplorado nos pronunciamentos do PMDB.

A análise dos fragmentos discursivos citados põe em evidência uma característica constante: os peemedebistas sempre estabeleceram quem são os ganhadores e quem são os perdedores com a inflação. Estes são: o *povo*, os *pobres*, os *assalariados*, os *trabalhadores*, o *Brasil*, a *classe média* e os *humildes e fracos*, que, pouco a pouco, vão se constituindo nos aliados políticos do partido.

Entre os ganhadores são citados: o *especulador*, o *remarcador*, os *magnatas*, os *traficantes*, os *corruptos*, os *poderosos*, o *rico* e o *governo*. Aqui, dois aspectos devem ser destacados. O primeiro é que, para o PMDB, os responsáveis pela inflação são os mesmos que obtém lucros com ela. É interessante destacar que em alguns fragmentos o governo é apontado apenas como *co-responsável* pela inflação, mas à medida que os índices se elevam, o governo passa a ser acusado de *responsável e sócio*, beneficiando-se com os lucros. O segundo aspecto é a relação causal entre ganhadores e perdedores, ou seja, os prejuízos sofridos por estes sujeitos são resultado necessário dos benefícios obtidos pelos ganhadores.

As causas da inflação citadas pelos peemedebistas são a *especulação financeira*, *mordomias* e *ganhos ilícitos*, causas que têm uma relação direta com a figura do especulador, segundo o PMDB. Este personagem é recorrente nos pronunciamentos do partido ao longo da campanha presidencial de 1989. Invariavelmente o especulador é acusado de se beneficiar com a

inflação e, por isso, é apresentado como inimigo da sociedade brasileira. Logo, o combate deve ser aos *ganhos ilícitos* e ao *especulador financeiro* de modo a resolver o problema da inflação.

Seguindo a mesma linha de argumentação ao tratar dos efeitos da inflação, estes são divididos entre ganhadores e perdedores. Entre os efeitos maléficos estão: *leva o país para o abismo e o povo para o sacrifício, empobrece muitos, afunda o país, produz uma sociedade desigual e perversa*. Como se constata os efeitos maléficos da inflação se desdobram em duas direções: afetam o país como um todo e também atingem o povo. O enriquecimento de poucos é o efeito benéfico.

2.7. LEONEL BRIZOLA

Conforme foi exposto no capítulo 1 do presente trabalho, Brizola ressaltou principalmente o aspecto econômico da crise brasileira. E é em relação a este aspecto que o candidato constrói os responsáveis. O candidato do PDT, a exemplo de Covas, não teve muita preocupação em indicar os responsáveis pela crise brasileira. Assim, em apenas duas ocasiões ele se

preocupou em nomear os culpados pela crise. A primeira vez que isso aconteceu foi no início do horário eleitoral gratuito, na fala transmitida no programa do dia 17 de setembro:

"Povo(...) saiba quem é quem. Vamos adotar o seguinte critério: se há uma situação que o nosso povo abomina e quer ver longe e ultrapassada é esta que nos impuseram nos últimos 25 anos de ditadura , crise econômica. Todo este contexto que está aí que tem feito a vida do povo brasileiro, uma desgraça, humilharam nosso país. Então nós devemos já, logo, separar os candidatos em grupos: os que são cúmplices dessa situação e os que são co-responsáveis por essa situação. Certamente o povo brasileiro quer vê-los longe, e aqueles que combateram essa situação. Pois bem, na hora de agrupar os co-responsáveis por essa situação ressalta-nos logo três candidatos. O senhor Paulo Maluf, o sr. Fernando Collor e o sr. Afif Domingos tem a mesma origem, vejam: eles se criaram, se desenvolveram, nasceram politicamente, cresceram politicamente na estufa da ditadura.(...)" (17/9/89)

Nesse pronunciamento Brizola é bastante explícito quanto à origem da crise econômica: ela foi gerada nos 25 anos de ditadura. Logo, é a ditadura militar a responsável pela crise. Entretanto, ele não se limita a responsabilizar apenas a ditadura pelo contexto de *desgraça* em que vive o povo brasileiro; o candidato pedetista faz questão de incluir na sua fala aqueles que contribuíram para essa situação. Essas pessoas são os seus adversários de campanha Maluf, Collor e Afif. Estes três candidatos são taxados por Brizola de *co-responsáveis* pela crise brasileira porque sempre estiveram vinculados à ditadura.

Brizola faz um uso bastante específico da crise econômica na sua fala: ela serve para desqualificar seus adversários de campanha, Collor, Afif e Maluf. A responsabilidade pela crise é somente pretexto para abordar uma questão crucial: a vinculação desses candidatos à ditadura militar; esta, sim, a grande responsável pela crise econômica brasileira.

Em outro pronunciamento, dia 5 de outubro, Brizola volta a nomear os responsáveis *pela atual situação*:

"(...)passaram-se vinte e cinco anos, vinte anos de ditadura e cinco desse apêndice que não passou de uma continuidade da ditadura no Brasil. Qual é a situação no Brasil? O Brasil transformou-se neste tempo, graças à mentalidade colonialista desses grupos civis, das oligarquias, das classes dirigentes brasileiras que se associaram com interesses internacionais. (...)." (5/10/89)

Nesta fala Brizola novamente vincula a situação brasileira aos *últimos 25 anos*, atribuindo aos governos militares a responsabilidade pela crise brasileira. Além da ditadura militar, o candidato do PDT amplia o espectro de sujeitos responsáveis indicando as *oligarquias* e as *classes dirigentes* como culpadas.

Nas duas falas destacadas anteriormente, Brizola nomeia com clareza os responsáveis pela crise brasileira: a *ditadura militar*, as *oligarquias*, as *classes dirigentes*, o *governo Sarney* e os adversários de campanha, Collor, Afif e Maluf. Torna-se evidente que a crise é utilizada por Brizola mais como um

elemento de desqualificação desses três candidatos, e menos um fato a ser combatido. Apesar do pedetista não mostrar quais são as causas concretas da crise, indica que ela foi produzida nos *últimos 25 anos*, e que possui raízes históricas. A ditadura militar é, pois, o sujeito a ser combatido por Brizola. A idéia-chave nas suas falas é a associação entre autoritarismo e crise, o que permite concluir que em governos democráticos não há espaço para crise. Como Brizola constrói sua imagem como aquele que combateu e também foi vítima da ditadura, a promessa subjacente é que no seu governo (=governo democrático) não haverá crise.(8)

Neste capítulo procurou-se analisar como cada um dos sete presidenciais identificou os *responsáveis pela crise brasileira* em seus pronunciamentos durante a campanha eleitoral de 1989-primeiro turno. Em relação aos *responsáveis*, percebe-se algumas semelhanças e diferenças nas falas dos candidatos. É possível identificar um sujeito comum no pronunciamento da maioria dos presidenciais: o *governo federal*. Apesar da convergência, constata-se que cada candidato imprime sua característica individual ao discurso. Collor e Maluf apontam o *governo federal* porque para eles, a inflação é fruto, exclusivamente, da Nova República e das características negativas desse governo, tais como *irresponsabilidade, fraqueza e incompetência*. No decorrer da campanha eleitoral Collor substituiu o *governo federal* pelo *presidente Sarney*, cujos defeitos pessoais (*incompetente e corrupto*) tornaram-se as causas da inflação.

Lula também atribuiu ao *governo federal* responsabilidade pelo problema da inflação, mas apresenta um diferencial em relação àqueles dois candidatos. Enquanto Collor e Maluf acusam o *governo federal* em função de suas atitudes, Lula, ao contrário, o acusa por *omissão*. Ou seja, é porque o governo Sarney deixa de tomar algumas atitudes que o candidato da Frente Brasil Popular o enquadra como responsável. A parcela maior de responsabilidade é atribuída por Lula aos *grandes*, isto porque estes se beneficiam com a inflação, dela obtendo lucros extraordinários. Entre os *grandes* estão: os *grupos econômicos*, os *latifundiários*, os *monopólios*, os

banqueiros, o especulador e o agiota. Observa-se mais uma diferença entre Lula e os dois candidatos citados. O primeiro estabelece que os sujeitos responsáveis são os mesmos que ganham com a inflação; já Collor e Maluf apontam sujeitos distintos nessas categorias.

Ulysses Guimarães nomeia o *governo federal* como culpado pela inflação, porque ele *perdeu o controle da situação*. Também cita outros responsáveis: o *especulador, o remarcador, os magnatas, os poderosos, os ricos, os traficantes e os corruptos*. Estes, não apenas são responsabilizados pelos enunciadores do PMDB, como também são os sujeitos ganhadores com a inflação. Para os peemedebistas, tal como para Lula, responsáveis e ganhadores ocupam a mesma posicionalidade discursiva. Outro ponto em comum entre Ulysses e Lula é que ambos estabelecem uma relação causal entre ganhadores e perdedores. Segundo eles os ganhos obtidos por alguns com a inflação implicam, necessariamente, nas perdas de outros.

Também Afif acusa o *governo federal* de ser responsável pela inflação, tendo como causas sua *incompetência e o desperdício do dinheiro público*. Assim como Ulysses e Lula, o candidato liberal indica que os sujeitos responsáveis são os mesmos que se beneficiam com a inflação. Entretanto, neste aspecto há uma diferença substancial entre o candidato liberal e os outros dois. Segundo Ulysses e Lula, a inflação produz ganhos econômicos para

determinados setores (*os grandes*), enquanto para ele a inflação gera lucros políticos, beneficiando seus adversários de campanha.

Ainda abordando o aspecto da responsabilidade, Covas e Brizola se diferenciam bastante dos demais candidatos. Primeiro, ambos nomeiam os *governos militares* como responsáveis pela inflação, ressaltando dois aspectos: a sua raiz histórica e a relação entre autoritarismo e inflação. Em segundo lugar, nenhum dos dois indica os sujeitos que se beneficiam com ela. À exemplo de Afif, Brizola também faz uso político da inflação. Ou seja, ele a utiliza para atacar seus adversários de campanha, Afif, Collor e Maluf, também responsabilizando-os pela inflação.

Conforme já foi mencionado, para Afif, Lula e Ulysses, os responsáveis pela inflação são os mesmos que se beneficiam com ela. Collor e Maluf estabelecem distinção entre responsáveis e beneficiários. Para ambos, os sujeitos que ganham com a inflação são os *especuladores*, que nas palavras de Collor são os *marajás do sistema financeiro*. Assim como o *governo federal* é ponto de convergência nas falas de quase todos os candidatos, à exceção de Brizola e Covas, o *especulador* também é o elemento discursivo comum quando os presidenciais se referem aos que ganham com a inflação. Além de Collor e Maluf, o *especulador* é citado por Afif, Lula e Ulysses entre os outros sujeitos responsáveis/ganhadores com a inflação. Os candidatos imprimiram suas marcas discursivas, diferenciando-se uns dos outros também nesse aspecto.

A figura do especulador foi apresentada por esses cinco candidatos como mais um inimigo dos brasileiros, alinhando-se a outros dois: inflação e governo federal. Portanto, os inimigos a serem combatidos estão nomeados. Basicamente os candidatos se preocuparam em apresentar os prejuízos causados pelo especulador e/ou especulação. Estes podem ser divididos em dois grupos: no primeiro, estão os efeitos negativos que afetam o povo e, no segundo, os que prejudicam a nação. Neste último estão incluídos o *aumento da concentração de renda, a falência do país e o aumento da inflação*. Quanto ao povo é afetado pelo *aumento da miséria, diminuição das ofertas de emprego e empobrecimento*.

O traço comum entre os candidatos Afif, Collor, Maluf e Ulysses é o tratamento dado ao especulador, uma figura que está acima de todos e se alimenta dos ganhos obtidos com a inflação. Diferentemente, Lula nomeia os especuladores: são sujeitos concretos, os *grandes* - grandes empresários e grandes grupos econômicos. Assim, Lula reforça a idéia de que os responsáveis são os mesmos que ganham com a inflação. Logo, se os *grandes* são os responsáveis somente eles poderiam se beneficiar com a inflação e o fazem através da especulação financeira. É interessante observar que Lula é o único dos candidatos que apresenta o especulador como uma personagem concreta e necessária, parte dessa engrenagem, tendo origem bem definida - o sistema financeiro do país.

O especulador representa uma das extremidades - os ganhadores - e tem relação direta com a outra - os perdedores com a inflação. Esta categoria aparece nas falas dos candidatos Afif, Collor, Lula, Maluf e Ulysses. Afif e Maluf nomeiam como sujeito perdedor, respectivamente, o *povo* e o *assalariado*. Mesmo aparentando serem dois sujeitos distintos, percebe-se que o *povo* de Afif e o *assalariado* de Maluf têm um traço em comum: o fato de serem contribuintes. Para Afif o *povo* (= contribuinte) perde porque paga imposto em tudo o que compra e não há retorno por parte do governo. Já para Maluf, o *assalariado* (= contribuinte) também perde porque paga imposto de renda na fonte, enquanto os outros, que têm renda, (especulador) nada pagam. Torna-se evidente que os sujeitos perdedores estão nesta condição menos por causa da inflação e mais porque há mau gerenciamento do governo, permitindo essas distorções.

Os candidatos Collor, Lula e Ulysses tem opinião convergente quanto ao sujeito perdedor: o *assalariado*. Este, segundo os três candidatos, é vítima porque sofre os efeitos maléficos da inflação. Lula e Ulysses se preocupam com o *assalariado* em termos mais estruturais, tais como: *menos empregos, mais miséria e aumento do empobrecimento*. Collor, no entanto, inclui nas suas falas elementos do cotidiano. Isto é, ele dá condição de visibilidade ao seu discurso citando os seguintes exemplos: *menos casas populares, salários ruins, não dá para manter a feira, mais pobres*, situações enfrentadas dia a dia pela maioria dos brasileiros.

Ainda em relação aos sujeitos responsáveis apontados por Lula e Ulysses Guimarães, percebe-se que estes candidatos estabelecem uma relação necessária entre ganhadores e perdedores. Dentre os ganhadores/responsáveis encontra-se o *governo federal* e os candidatos apresentam um aspecto interessante: o governo federal precisa da inflação. Não tendo capacidade financeira para pagar suas contas e seus débitos, o governo federal recorre à inflação. Eis porque Lula e Ulysses indicam o governo federal como sujeito responsável pela inflação, além de seu sócio, porque dela se beneficia. A idéia subjacente é que o Estado brasileiro necessita de uma reforma, mas a percepção da crise do Estado é limitada. Basicamente ela é identificada como uma crise fiscal, ficando em segundo plano a discussão sobre a forma de Estado vigente no país. Diferentemente, esta questão é abordada por Afif, que considera o *Estado em crise* porque o Estado brasileiro é atrasado e não sabe gerenciar a coisa pública. Um exemplo disto, segundo Afif, é que ele *desperdiça o dinheiro público*. Esta problemática está diretamente relacionada ao tema a ser desenvolvido no próximo capítulo, onde são apresentadas as soluções para a crise brasileira.

NOTAS

(1) Isso ocorreu nos dias 14, 22, 24, 25 e 26 de outubro.

(2) Pesquisa realizada pelo Instituto DATAFOLHA e publicada na revista ISTO É/SENHOR, nº1085 de 4/7/90.

(3) Idem, ibidem

(4) Segundo MAINGUENEAU, o *discurso tolerante* deve ser entendido como aquele que evita fazer ataques aos outros.

(5) Os dias em que isso aconteceu foram: 20/9, 1º/10, 22/10.

(6) Cf. artigo de CÉLI REGINA PINTO, intitulado **Neopopulismo na política brasileira**: o rápido esgotamento de um modelo, p.19.

(7) No capítulo 3 desta dissertação quando é tratado as soluções para a crise, Afif propõe a ingerência do Estado na economia por um período limitado, entre 12 e 18 meses.

(8) A construção da imagem é tema específico do capítulo 4 - *A moralização pública na construção da identidade: o eu e o outro*.

A MORALIZAÇÃO PÚBLICA COMO SOLUÇÃO PARA A CRISE BRASILEIRA

Neste capítulo os pronunciamentos dos candidatos à Presidência da República durante a campanha eleitoral de 1989 - primeiro turno, serão analisados em relação à forma como as propostas para solucionar a crise brasileira foram expostas aos eleitores. As soluções apresentadas pelos candidatos para a crise no país indicaram dois caminhos, a saber: acabar com a inflação e estabelecer a probidade na coisa pública. Essas soluções foram apontadas de maneira bastante particular por cada um dos presidencialistas e tiveram os seguintes conteúdos: combate à corrupção, caça aos funcionários fantasmas, respeito à coisa pública, caça aos marajás, combate à incompetência e ineficiência do Estado, entre outros.

A questão norteadora deste trabalho - moralização pública - está diretamente relacionada ao contexto sócio-político e econômico vivenciado no

país em 1989. A pouca credibilidade da *classe política* junto à população brasileira, uma profunda crise sócio-econômica, um desprezo à coisa pública e o desgaste do governo Sarney são aspectos desse contexto. O descrédito do governo era proveniente da incapacidade da equipe governamental em resolver a crise econômica, especialmente em combater a inflação, além das constantes acusações de envolvimento dos representantes ou membros de órgãos do governo federal em casos de corrupção e fraude. (1)

Nos primeiros trinta dias de propaganda eleitoral gratuita, isto é, entre 15 de setembro e 15 de outubro, os presidenciais preocuparam-se fundamentalmente em abordar os temas: inflação e corrupção. Nesse período, conforme foi descrito no capítulo 2, foram definidos pelos candidatos os responsáveis, os que se beneficiavam ou ganhavam com a crise/inflação e aqueles que perdiam com ela. A partir da metade do mês de outubro os pronunciamentos sobre os problemas a serem combatidos, inflação e corrupção, passaram a ser intercalados com as propostas de solução para a crise brasileira. (2)

3.1. COLLOR DE MELLO

No primeiro capítulo desta dissertação, mostrou-se que Collor caracterizou a crise brasileira como uma crise de ordem moral. (3) Esta tem na *corrupção* seu principal significante e ela adquire condição de visibilidade para o eleitor através dos seguintes exemplos: *impunidade, especulação, sonegação, malversação das verbas públicas, mordomia, apadrinhamento político, marajás e desperdício do dinheiro público*. Como pode-se constatar a corrupção, ao longo da campanha eleitoral, passou a ter um leque de significados. Ou seja, mordomia, marajás, sonegação, passaram a ser equivalentes a corrupção.

Nos pronunciamentos de Collor identificam-se dois momentos distintos: no início de outubro o candidato preocupa-se em apresentar as soluções para a crise moral. Com a elevação dos índices inflacionários houve uma nova inflexão nas suas falas e ele centra suas propostas no combate à inflação, sempre apresentando como solução a moralidade no trato da coisa pública. (4)

Os dois fragmentos a seguir reproduzidos, expressam bem a afirmação do parágrafo anterior. Essas falas de Collor têm como ponto central o combate à crise moral. No dia 2 de outubro, o candidato usa o espaço de propaganda

eleitoral para apresentar a solução para a problemática da Previdência Social que, segundo ele, tem sua origem na má gestão do dinheiro público:

"(...) No Brasil Novo que vamos ter, com um governo sério e honesto que vamos juntos fazer, junto com o povo. Você trabalhador, você mãe que trabalha, você contribuinte da previdência é quem vai decidir o que fazer com o seu dinheiro.(...) Vamos acabar com o escândalo da previdência. O governo não paga o que deve, o governo não cobra de quem deve, ou seja, do sonegador. O governo perdoa quem deve com as isenções e o governo ainda aplica aonde não deve em projetos que não tem nada a ver com o interesse do trabalhador. (...) O dinheiro da previdência no meu governo portanto, será intocável, não vai ser usado para tapar buracos das contas do governo.(...)" (2/10/89)

Neste pronunciamento Collor usa o *escândalo da Previdência* para criticar, mais uma vez, o governo federal. Esta temática é abordada pelo candidato oportunamente, justamente quando o presidente Sarney desvincula o pagamento dos aposentados e pensionistas da previdência social do salário mínimo, medida que causou grande revolta, especialmente entre aqueles que por ela foram afetados.

A questão da previdência social tem como causa, segundo o candidato, as ações negativas do governo: mau pagador, beneficia o sonegador e desvia verbas públicas. Esta última ainda é agravada por ser utilizada em obras de pouco ou nenhum interesse do trabalhador. Collor destaca estas ações para construir a principal oposição do seu discurso: Sarney. Essas características do governo Sarney vão de encontro ao perfil do candidato: seriedade e honestidade no trato da coisa pública. Como se percebe, para resolver o *escândalo da*

Previdência Collor não apresenta um plano técnico e sistematizado com suas políticas governamentais, apenas enfatiza as suas qualidades e que tornarão possível, no seu governo, a execução do projeto *Brasil Novo*. (5) A sua boa performance também depende do apoio do povo com quem estabelece uma relação direta devido a sua posição de *outsider*. Ao citar o povo (= *trabalhador e contribuinte da previdência*) o candidato reforça o quanto este sujeito está excluído do governo Sarney e assim, aproxima-os da sua proposta.

Outro ponto no enunciado de Collor é o aspecto democrático que vai pautar o projeto *Brasil Novo*. Mesmo que ele não tenha indicado de que forma isto aconteceria concretamente, serve para construir o povo ao seu lado e mostrar a sua distância do governo Sarney. O candidato faz a seguinte construção: os desmandos na Previdência Social também são fruto de mais um defeito do presidente Sarney - autoritário.

Ao citar as ações negativas do governo, Collor tocou em um ponto nevrálgico: o déficit público. Esgotado na sua capacidade de investidor e em função da deteriorada situação das finanças públicas, os governos, nas últimas décadas, utilizaram as verbas públicas para se financiar. A consequência desta prática é o agravamento do déficit público. O governo Sarney não se constituiu em exceção e usou dinheiro da previdência social para outros fins que não o previdenciário. O argumento central de Collor constitui em estabelecer a relação de que o desvio de dinheiro produz o déficit público e, conseqüentemente,

agrava a situação dos trabalhadores. O responsável por este encadeamento é um só: José Sarney.

No dia 19 de outubro, a fala de Collor é explícita quanto a forma de resolver o problema da crise moral:

"(...) acredito que a grande tarefa que nós devemos ter, a iniciativa de começar sem dúvida nenhuma, é a reconstrução moral. E a crise moral, ela não se combate com palavras somente. Ela é combatida e se oferece combate à crise moral, sobretudo, com exemplos. E com bons exemplos!" (19/10/89)

Como já foi citado anteriormente, Collor caracterizou a crise brasileira destacando seu aspecto moral e é em relação a esta caracterização que ele constrói a sua proposta. A solução apresentada pelo candidato é bastante simples: *bons exemplos*. Será através deles que Collor promoverá a *reconstrução nacional* e conseqüentemente, acabará com a crise moral. No fragmento acima reproduzido, o candidato não chega a citar quais seriam os *bons exemplos*, mas estes são possíveis de serem resgatados em suas outras falas, tais como: *"enfrentei os usineiros, os marajás e os criminosos, (...)"* (29/9); *"esta é a casa em que eu moro. E esta é a casa, minha gente, em que eu continuarei morando depois do seu voto me levar à Presidência da República."* (7/10); *"Hoje no Brasil todo mundo sabe o que é um marajá. Depois da minha luta em Alagoas, até fora do Brasil, em outros países, as pessoas sabem o que quer dizer marajá."* (10/10); *"(...)consegui isto, minha gente, com uma boa*

*aplicação dos recursos, com uma honesta aplicação dos recursos, com um maior controle sobre a compra dos materiais e um método de construção mais econômica" (29/10). Ao se observar com mais acuidade o seu argumento nota-se que a ênfase do seu pronunciamento - *bons exemplos* - reforça a tônica da sua fala de 2 de outubro, onde o governo Sarney fora adjetivado negativamente e Collor personalizava qualificações positivas. Collor é capaz de promover a reconstrução moral porque tem uma trajetória de *bons exemplos*.*

Mais ao final do mês, com a taxa inflacionária ascendente, o discurso de Collor passa por uma nova inflexão: o combate agora é em relação à inflação. No programa eleitoral do dia 22 de outubro, e reprisado no dia 24, o candidato do PRN indica como resolvê-la. O tratamento dado por ele a esta questão difere pouco dos seus adversários de campanha, a principal diferença está no fato do candidato insistir na necessidade de se encontrar uma imediata resolução para a referida problemática:

"(...) Não podemos tolerar essa fraqueza do governo. E como o governo é fraco, não está ao lado do povo, vamos começar imediatamente a nossa luta (...). Não podemos esperar até a posse do novo presidente, em 15 de março. (...) A injustiça tem que ser combatida agora minha gente, já neste momento. É preciso agir e vamos agir. Nesta segunda-feira a nossa bancada está apresentando no Congresso Nacional propostas concretas para começarmos a combater a inflação. Vamos propor aos parlamentares que, em primeiro lugar, congelem os seus subsídios, ou seja, o que recebem como salário e que é pago pelo povo. Com este gesto os parlamentares estarão dando um exemplo que deve ser seguido por todos aqueles que ainda tem amor e respeito por sua pátria. Não é possível que um empresário com

consciência cívica não tome também a decisão, ele mesmo, de refrear a alta desmedida dos preços. Principalmente, aqueles que produzem e comercializam a cesta básica de alimentação. (...)" (22 e 24/10/89) (1ª parte)

Neste pronunciamento Collor divulga o seu plano emergencial para controlar a inflação a curto prazo, enfatizando assim, a necessidade desta problemática ser combatida antes mesmo da posse do novo presidente. Em contraposição à Nova República, incapaz de deter o processo inflacionário por ser um governo fraco, está Collor com seu plano. Não só para o caso de ser eleito, mas para ser aplicado imediatamente. Ou seja, diferentemente do governo Sarney, ele tem a capacidade de agir rápido: mostra-se preparado para exercer a Presidência da República a qualquer momento.

Sendo a corrupção a origem da inflação, esta não seria resolvida com projetos de ordem técnica, mas sim morais. As propostas objetivam moralizar o setor público, tomando como exemplo, primeiramente, o Poder Legislativo. Para Collor, as medidas apresentadas no Parlamento já bastariam para iniciar a desaceleração do processo inflacionário.

As sugestões apresentadas para combater a inflação seguem a mesma linha da proposição feita pelo candidato para acabar com a crise moral, no dia 19: *bons exemplos*. Estes mostram o ideário individualista do candidato, segundo o qual basta que cada um tome determinadas atitudes para que o problema seja resolvido: os deputados, congelando seus subsídios, e os empresários, não aumentando desenfreadamente seus preços. A primeira proposição de Collor,

feita pelo líder do PRN na Câmara dos Deputados, - *congelamento dos vencimentos dos parlamentares* - vai ao encontro das expectativas da população que considerava os rendimentos dos deputados e senadores exorbitantes. Segundo Collor, este procedimento seria um estímulo a ser seguido, principalmente, pelos empresários responsáveis pela *cesta básica* de alimentos. Ao tomarem tal decisão os parlamentares e os empresários estarão dando uma demonstração de patriotismo e civismo. Todos aqueles que adotarem uma posição contrária poderão ser taxados de não-patriotas, não-cívicos e contra o povo. A moralização pública também serviria, de acordo com o candidato, para reforçar no país uma conduta patriótica.

No pronunciamento de Collor as duas categorias destacadas, deputados e empresários, não foram escolhidas aleatoriamente; ao contrário, em 1989, os deputados apresentavam altos índices de descrédito perante a opinião pública.

(6) Ao submeter o seu plano para apreciação no Congresso Nacional, o candidato deixa claro que existem dois tipos de parlamentares: os bons e os maus. Dentre os bons estão os deputados do PRN - bancada ágil, atenta aos problemas nacionais e decidida - que querem congelar os seus subsídios, e os outros, que não concordam com essa atitude. Este tipo de parlamentar está contra o povo, é o símbolo dos políticos que foram rechaçados nas pesquisas de opinião, merecendo as críticas feitas por Collor.

Os empresários estão incluídos entre os representantes do status quo. Como Collor apresenta-se como um *outsider*, um antipolítico e contra as elites, ele escolhe concretamente um sujeito a ser combatido - o empresário - reforçando a sua pregação pela mudança. Enquanto os demais candidatos de matizes socializantes, Lula e Brizola, falavam na burguesia e nas elites de uma maneira teórica e pouco palpável, Collor concentra-se no empresariado. Entretanto, à exemplo do que fez com os deputados, o candidato estabelece dois tipos de empresários: os bons e os maus, recaindo sobre os últimos suas críticas.

A idéia que permeia a fala de Collor é que o empresariado também é vítima do processo inflacionário e este é reflexo da falta de credibilidade do governo e da imoralidade dentro do Estado. (7) Portanto, tanto os bons como os maus empresários sofrem as consequências das políticas governamentais e se defendem remarcando os preços. A diferença entre os dois tipos de empresários é que os últimos abusam na remarcação dos preços. A proposta do candidato para resolver o problema é estabelecer um governo confiável e honesto para assim acabar com a política de antecipação inflacionária que gera o aumento generalizado de preços.

Na continuação do fragmento do dia 22 de outubro, Collor detalha a proposta a ser apresentada pelo líder do PRN no Legislativo. Sua fala é bastante esclarecedora:

"(...)Vamos também propor ao Congresso que exija do Executivo, no prazo mais urgente possível e, antes de 15 de novembro, toda a listagem detalhada dos bens móveis e imóveis, as mansões, os carros oficiais e o seu valor, além do quanto o governo está gastando com o pagamento de alimentação, empregados, viagens de graça. Mordomias absurdas para quem deveria apenas estar trabalhando pelo povo. Mas nós faremos mais, nosso líder na Câmara dos Deputados, Renan Calheiros, apresentará à Comissão que estuda o orçamento da União duas emendas: 1ª. limitando o pagamento dos juros da dívida externa. (...) A 2ª. propõe que se faça uma complementação orçamentária para os meses de janeiro à março do ano que vem. Com isto, estaremos assegurando que o governo que aí está não terá recursos para, de novo, desperdiçar em projetos que não interessam ao povo. Estas são medidas concretas minha gente, e eu quero fazer a partir dessas propostas concretas um apelo à você trabalhador, à você dona-de-casa. Não se pode pedir mais sacrifícios mas, eu apelo à você, a cada um de vocês, que busquem na coragem que nós brasileiros sempre tivemos, na força que restar um pouco de esperança. Não é hora de desespero, a hora é de união. Vamos juntos minha gente, lutar contra a injustiça. A partir do ano que vem vamos juntos reconstruir o nosso país!" (22 e 24/10/89) (2ª parte)

O primeiro destaque neste enunciado do candidato é o tom duro do seu pronunciamento: Collor exige um inventário das *mordomias absurdas*. Isto porque se trata de um governo fraco e sem legitimidade, portanto não se deve ter respeito por ele. O candidato não explica no que afeta o processo inflacionário esta sua exigência, mas fica clara a relação entre as mordomias desfrutadas por aqueles que ocupam cargos no governo federal e a existência do problema.

Nessa fala, mais uma vez, aparece a estratégia discursiva adotada pelo candidato: localizar onde e como as *mordomias* ocorrem. Ao dar essas

informações, Collor está indicando para milhões de brasileiros onde o seu dinheiro (do povo) está sendo aplicado. Para uma população de milhões de despossuídos que vivem em precárias condições, como é o caso dos brasileiros, pode ter um grande impacto esse tipo de notícia, independente da sua veracidade ou de quanto representam aos cofres públicos as cifras citadas pelo candidato. Na realidade os ditos *desperdícios* do governo federal quantitativamente não pesam muito se comparados à dimensão da crise econômica e social brasileira e dos problemas a serem resolvidos. O argumento funciona como uma interpelação direta àquelas camadas da sociedade que consideravam uma afronta os vencimentos dos parlamentares bem como, o gasto do dinheiro público na acomodação de funcionários federais.

Collor anuncia o fim das mordomias como medida para conter a inflação. Ao agir assim, evita os aspectos mais técnicos e polêmicos que envolvem a questão. Como o candidato não pode abster-se totalmente de apresentar propostas desta ordem, ele sugere duas alternativas complementares: limitar o pagamento da dívida externa e a dotação orçamentária. Estas emendas objetivam garantir ao novo presidente a *governabilidade*, na medida em que vão impedir que o presidente Sarney desperdice, mais uma vez, o dinheiro do povo em projetos de interesse público duvidoso. Foi uma marca discursiva de Collor, no decorrer da campanha presidencial, salientar o interesse divergente entre o governo Sarney e os trabalhadores, procurando assim aproximá-los da sua proposta. O candidato, mais uma vez, investe na equivalência entre o governo

federal e a inflação e, novamente, apresenta a si e aos seus partidários como esforçados e eficientes, reforçando sua imagem como antagônica a do presidente Sarney.

Nos três programas subsequentes ao dia 24 de outubro, data do pronunciamento destacado anteriormente, repete-se a tônica já salientada: fim das mordomias, congelamento dos subsídios e dos salários dos parlamentares e limitação do pagamento dos juros da dívida externa. (8) Essas manifestações foram feitas pelo deputado federal Renan Calheiros, em *off*, ou pelo próprio candidato. No programa eleitoral do dia 26 de outubro, Collor manifesta, novamente, sua preocupação em combater a inflação:

"Minha gente, apresentamos ao Congresso Nacional propostas concretas para começarmos a enfrentar agora, o maior problema deste país que é a inflação. É hora de luta, é hora de união. Os homens que estão hoje no Congresso Nacional e fazem as leis são deputados e senadores porque demos a eles o nosso voto. Vamos usar a força do nosso voto. Vamos procurar os deputados e senadores que elegemos e convocá-los a lutar ao nosso lado para começarmos a combater a inflação, para que eles, que são os nossos representantes, exijam que o Executivo comece já a combater a inflação. (...)" (26/10/89)

Inicialmente Collor indica que o maior problema do país naquela data era a inflação, mesma referência da fala anterior. A centralidade desta temática na sua fala, nesse momento da campanha, encontra explicação na elevação do

índice inflacionário, de 35.9%, em setembro, para 37.6% no mês de outubro. E o pior, as taxas da inflação não indicavam nenhuma chance de recuo.

À exemplo da fala do dia 22 de outubro, Collor destaca, mais uma vez, o quanto o PRN realiza um trabalho eficiente e destaca para o eleitorado o quanto ele e o seu partido, estavam preocupados com os problemas que afligiam os brasileiros bem como, com a necessidade de agir antes mesmo do novo presidente assumir. Para tal, o candidato destaca o papel do Congresso Nacional: em ambos os pronunciamentos o Parlamento serviria como suporte institucional para o seu plano.

A primeira vista pode causar estranheza que Collor, candidato que se apresenta como antipolítico e que através dessa premissa procura garantir sua legitimidade de enunciador, tenha usado o Poder Legislativo para respaldar suas reformas moralizadoras. A explicação é bastante simples: serve para destacar a atuação da bancada do PRN, os bons parlamentares, e também para estabelecer o Congresso como contraponto ao governo federal.

Outro aspecto que merece destaque na fala de Collor é a participação do povo no combate à inflação. Este sujeito está na condição de sofredor da crise e impotente para resolvê-la espera um salvador. Os limites da sua participação estão claros: o exercício do voto. Mesmo que o candidato tenha apelado para o povo pressionar os congressistas, a convocação servie para

aproximá-los da sua proposta. A idéia de participação de Collor reforça o *mito do cerco fisiológico*. Em realidade, menos de 10% da população faz contatos, de qualquer tipo, com os políticos. (9)

Comparando-se as falas de Collor é possível estabelecer o *modelo discursivo* do candidato: pronunciamentos simples, diretos, impactantes e de responsabilização do governo Sarney. Outra marca discursiva é a sua construção como uma personagem extraordinária que reivindica para si o manto da moralidade e se apresenta com uma proposta salvadora.

3.2. MÁRIO COVAS

Ao apresentar suas propostas para solucionar a crise brasileira, Covas mantém a característica de não polemizar com seus adversários de campanha e adota a linha do discurso argumentativo. No dia 20 de setembro Covas aborda o combate à corrupção e faz o seguinte pronunciamento:

"Acabar com a corrupção é possível se todos nós nos empenharmos em fazê-lo, se tivermos um governo sério, empenhado em dar o exemplo. Eu sei que não é fácil. O que a gente assiste hoje em dia depõe contra isto. (...) Daí o descrédito, daí a falta de crença que é possível acabar com a

corrupção. Mas, é perfeitamente possível acabar com ela se o exemplo vier de cima, se a obstinação contra a impunidade permanecer e, sobretudo, se cada brasileiro e todos os brasileiros, aqueles que nunca se corromperam se empenharem na tarefa de juntos acabarem com ela. (...) No meu governo com a sua ajuda e com a ajuda de cada um dos brasileiros, nós vamos terminar com a corrupção tal qual se acabou nesse país contra a saúva". (20/9/89)

Esta manifestação de Covas ocorre oportunamente: alguns dias antes ocorrera a troca de dossiês entre o ministro da Justiça, Oscar Corrêa, e o ex-governador Collor de Mello. (10) Esses dossiês continham acusações mútuas sobre envolvimento em casos de corrupção e nenhuma medida para esclarecê-las fora tomada.

Covas é taxativo na sua afirmação de que é possível acabar com a corrupção. Para tal aponta dois caminhos: governo sério e o apoio de cada um dos brasileiros. Além do empenho dos brasileiros, Covas apela para o *bom exemplo* como forma de combater a corrupção, mesma estratégia utilizada por Collor. Para este candidato, os *bons exemplos* estão respaldados nas atitudes dos deputados do PRN, dos bons empresários e, principalmente, nas suas próprias ações quando governador de Alagoas. Já para Covas, o exemplo deve ser dado *pelos de cima*, isto é, pelos governantes, como forma de obter apoio entre os brasileiros e num esforço conjunto acabar com a impunidade e com a corrupção.

Reforçando sua idéia de que o fim da corrupção passa por um governo sério, conforme foi exposto acima, Covas, no dia 15 de outubro aborda o desempenho dos homens públicos, destacando o seu papel ao chegar ao poder:

"Se nos mais altos cargos estiverem homens honrados, o governo será honrado. E a honra por si só é a eficiência. Os que são competentes para roubar não são competentes para governar. Desejo que o povo brasileiro me ajude a estabelecer neste país um governo de homens de brio, de vergonha na cara". (15/10/89)

No fragmento destacado, Covas resume a sua proposta de solução para os problemas do país na escolha de homens públicos honrados. A equação social proposta por Covas consiste no seguinte: HONRA + COMPETÊNCIA = GOVERNO SÉRIO. A idéia que permeia este pronunciamento é que honra e eficiência são apresentadas como um fundamento para fazer política portanto, inseparáveis da competência administrativa. Esta resultaria na proibição no trato da coisa pública, isto é, um *governo de vergonha na cara*. Por outro lado, a competência tem um duplo sentido: existem os competentes para o *mal*, que são aqueles que roubam e não servem para governar, e os competentes para o *bem*, estes sim servem para governar.

Em vista da ascensão do índice inflacionário, o PSDB dedica espaço, nos dias 27 de outubro e 7 de novembro, para apresentar suas propostas para acabar com a inflação. Covas apresenta um plano detalhado e sistematizado para contê-la. O plano consiste em um conjunto de dez itens que sintetizam

seu programa de governo. Os principais pontos da proposta enunciada no dia 27 são os seguintes:

" (...) A nossa proposta para acabar com a inflação, o maior problema brasileiro, segundo os brasileiros, consta de dez pontos: 1º) é preciso que o governo gaste menos e melhor, ou melhor, gaste aquilo que arrecada e não mais do que isso; 2º) é preciso que o governo acabe com os funcionários fantasmas, com aquele que, ilegalmente, tem mais de um emprego; 3º) é preciso acabar uma coisa que se chama subsídio, incentivo. O que é isso? É o fato de que alguns recebem favores de natureza fiscal do governo, (...). Acabar com isso é uma necessidade para terminar com a inflação; 4º) é que a privatização que tiver que ser feita seja feita sem roubo; 5º) acabar com a sonegação. O que é isso? Sonegação é dever imposto e não pagar imposto; (...) 6º) é preciso ter uma única moeda neste país e forte. Um país que não tem uma moeda forte é um país fraco. Neste país nós temos duas moedas: a que anda no bolso do rico e a que anda no bolso do pobre. A que anda no bolso do rico é aplicada e, portanto, se recupera e a que anda no bolso do pobre, mingua a cada momento (...); 7º) se refere a dívida interna. Isto é uma expressão pouco complicada (...), o sistema financeiro não vai ser mais um cassino que é hoje; 8º) se refere à dívida externa. (...); 9º) é o patrocínio por parte do governo de acordo entre empresários e trabalhadores. (...) Finalmente, é fundamental, como décima medida, acabar com cartórios, corporativismos, isto é, defesas de interesses de alguns apenas, clientelismo, isto é, favorecimento dos amigos e mais do que isso, pegar o orçamento e redirecionar os gastos públicos para os interesses dos menos favorecidos. Com estas medidas é possível, com obstinação, com vontade política, combater a inflação e acabar com ela." (27/10/89)

Covas aproveita a conjuntura propícia e destaca a inflação como o maior problema brasileiro, apresentando um conjunto de medidas para debelar o processo inflacionário. Estas atacam onde a crise moral e a crise econômica se manifestam. O candidato do PSDB aborda pontos nevrálgicos no seu

pronunciamento: déficit público, funcionários fantasmas, incentivos fiscais, privatização séria, sonegação, favorecimentos, dívidas interna e externa. Covas não apenas apresenta propostas para combatê-los como expõe aos eleitores as práticas de controle e gestão pública vigentes no país. Daí as suas medidas proporem um reordenamento do Estado e do seu gerenciamento que coloque um fim à corrupção, ao patrimonialismo, ao clientelismo, aos privilégios de alguns e à estrutura social injusta.

Um outro ponto merece destaque na fala de Covas: a posição discursiva que ocupam os ricos e os pobres. Tanto um como o outro são vítimas da situação em que se encontra o país. Entretanto, os ricos conseguem se proteger e os pobres saem prejudicados. Covas não estabelece relações antagônicas entre os dois sujeitos, onde o ganho de um é, necessariamente, fruto da perda do outro. O candidato reconhece como posições diferenciais e por isso, é que a sua nona medida propõe um acordo entre os empresários e os trabalhadores, como forma de resolver a problemática da inflação a partir da ação conjunta de ambos.

Com este plano, Covas evita criticar setores sociais específicos, indivíduos ou mesmo o próprio presidente Sarney, procurando manter e reforçar a sua postura equilibrada, que foi sua marca na campanha presidencial. Sua estratégia discursiva foi construir soluções para a inflação brasileira baseada mais em enunciados técnicos do que em apelos emocionais. O argumento central do candidato é que para revertê-la é necessário que os pontos técnicos

do plano econômico estejam amparados em ações políticas efetivas, evitando assim a inconsistência dos outros planos governamentais que fracassaram. Entretanto, essas ações devem estar pautadas pela moralidade no trato da coisa pública.

Continuando a sua preocupação com a problemática da inflação, Covas no dia 7 de novembro volta a abordá-la e diz como enfrentá-la:

"(...) É possível enfrentar a inflação? E é possível enfrentar de forma lúcida, de forma clara, sem destruir o país de um lado ou sem pagar, como sempre, sobre as costas do trabalhador o ônus da inflação. O PSDB acha que é. É preciso obstinação, vontade política. Combater a inflação e acabar com ela. Não é preciso nem por fogo no país nem jogar nas costas do trabalhador o ônus. É perfeitamente possível para um governo sério, equilibrado, obstinado, com vontade política e empenhado em acabar com a inflação. Junto com o povo fazer e eliminar essa saúva que desgraça este país". (7/11/89)

Esta fala de Covas é muito semelhante a outra veiculada no dia 20 de setembro., quando ele aborda a problemática da corrupção. Tanto num dia como no outro, o candidato é taxativo nas suas propostas: a certeza de resolver os problemas e apresenta a mesma solução para ambos - proibição no uso e na alocação dos recursos públicos, a partir de um novo padrão de funcionamento do Estado, pautado por práticas moralizadas.

Nesse pronunciamento Covas mantém aquela que foi sua marca ao longo da campanha presidencial: o tom tranquilo e a preocupação em mostrar-se equilibrado. Ao agir assim, o candidato introduz uma novidade no combate aos

problemas: o equilíbrio como um elemento necessário para enfrentar e superar as adversidades. Esta construção dirige-se a um grupo de eleitores inseguros com as propostas tidas como radicais de alguns candidatos.

3.3. PAULO MALUF

Na campanha à Presidência da República, Maluf apresentou-se como o candidato derrotado pela Nova República. Tal estratégia visava catalisar o sentimento de frustração disseminado na sociedade em relação ao governo Sarney, adjetivado pelo candidato como *um dos piores governos que o país já teve*. Esta tática não foi utilizada apenas por Maluf, mas o sentido dado por ele é que o difere dos demais candidatos: se ele tivesse sido eleito presidente da República na eleição indireta de 1985, a situação do país não estaria tão crítica. Uma direta sugestão ao eleitor que a inflação e a corrupção seriam inexistentes. Esses dois significados são pontos centrais no discurso malufista na campanha presidencial para caracterizar a crise brasileira (11) e é em relação a estes elementos que o candidato apresenta as suas soluções.

Os pronunciamentos de Maluf podem ser divididos em dois momentos: em setembro ele preocupa-se com a temática da corrupção, mas com a elevação do índice da inflação, em outubro, e a hiperinflação parecendo estar próxima, este mês se constituía conjunturalmente propício para apresentar a forma de combatê-la, tornando-se central em suas falas. (12)

No dia 28 de setembro o candidato do PDS apresenta em seu programa eleitoral a *novela do desvio de verbas da merenda escolar* para abordar o tema da corrupção. (13) Ao final da encenação entra o diálogo entre Maluf e a apresentadora de televisão Hebe Camargo:

"Hebe, tem solução. Porque veja, nós vimos aqui um caso de corrupção, o sujeito assaltou o cofre público. Agora, por que muitas vezes a pessoa tem motivação, tá estimulado a fazer uma patifaria dessas contra o dinheiro que é do povo? Por causa do que você falou, impunidade. E o que é a impunidade? O sujeito faz e não acontece nada, o indivíduo faz e não vai para a cadeia. (...) Tem solução, é só pegar processos, inquéritos que estão parados no governo federal, na Procuradoria Geral da República e enviar à Justiça. (...) Eu tenho certeza se a gente colocar na prisão esses bandidos que assaltaram o governo, 30 a 40 pessoas, olha, vão pensar duas vezes em fazer. (...)" (28/9/89)

A *novela* é um recurso utilizado por Maluf, ao longo da campanha eleitoral. Nesse dia ela serve para exemplificar um caso de corrupção e aproximá-lo tanto quanto possível da realidade. Em outro pronunciamento o candidato destaca a relação entre corrupção e impunidade (14), daí nesse dia ter apresentado como proposta para combatê-la o rompimento desse círculo. O

corrupto e a corrupção, tipificados como crime, devem ser tratados no âmbito do Poder Judiciário que é o fórum competente para julgar e setenciar. Entretanto, Maluf faz questão de salientar que parte dele a iniciativa de enviar os processos à Justiça.

Da mesma maneira que Collor e Covas destacaram os *bons exemplos* como forma de combater a corrupção, Maluf também o faz. Se em Covas os *exemplos de cima* servem para angariar apoio popular, em Collor o objetivo é mostrar que os *bons* (empresários e deputados do PRN) estão ao seu lado. Para Maluf a prisão dos corruptos servirá de exemplo para que outros não venham cometer o mesmo crime - corrupção. O seu enunciado, à exemplo dos pronunciamentos de Collor, perpassa a idéia de que a honestidade e a lisura são valores morais estritamente individuais, diferentemente do que acontece nos pronunciamentos de Covas que as percebe como um fundamento da política.

O processo inflacionário, com seus altos índices, também constituia-se num indicador evidente do fracasso do governo Sarney, especialmente de sua política econômica. A corrupção é tratada no âmbito do Poder Judiciário e ao abordar a inflação, Maluf centraliza o problema nos limites da máquina pública. O fragmento a seguir reproduzido, do dia 31 de outubro, sintetiza a idéia do candidato:

"Até quando esta inflação vai fazer o rico mais rico e o pobre mais pobre? Até onde a inflação vai fazer com que o governo arrecade um imposto injusto sem autorização legislativa, em cima do assalariado, do mais pobre? É o governo que

aumenta a conta da luz, da água, o gás de cozinha, o transporte, a gasolina, o álcool. Eu vou eliminar a inflação no meu governo. O choque vai ser no governo, eliminando as despesas supérfluas, as mordomias, as nomeações desnecessárias." (31/10/89)

Neste fragmento, mais uma vez, aparece a estratégia malufista de atribuir ao governo federal a responsabilidade pelos problemas do país, especialmente pela inflação. Maluf não apenas reconhece o governo como seu responsável, bem como destaca que ele se beneficia do processo inflacionário. Tendo que algumas práticas governamentais (mordomias, desperdícios) alimentam a inflação é que o candidato apresenta como solução para esta problemática um reordenamento nas ações governamentais. Para tal ele propõe um *choque* no governo. Este vai promover mudanças nos padrões de conduta por ele mantidos. O *choque* proposto por Maluf é uma referência direta ao *choque de capitalismo* citado por Covas, meses antes, no Senado Federal com o intuito de frear a inflação. Cabe salientar que Maluf não faz uma crítica direta aos padrões de funcionamento e organização do Estado brasileiro, deixando a questão restrita à forma de governar e que no seu governo será diferente da vigente na Nova República.

As três atitudes que Maluf pretende adotar para acabar com a inflação brasileira - *fim das despesas, das nomeações e das mordomias* - tem um inegável apelo junto ao eleitorado que, em 1989, identificava a atividade política com um forte sentido privatista. (15) As soluções apresentadas por Maluf para

acabar com a inflação, não são exclusivas do candidato do PDS. De um modo ou de outro, elas aparecem nos projetos antiinflação de Collor e de Covas. A diferença para este último é que os candidatos do PDS e do PRN insistem em proposições mais paliativas e de forte cunho moralizante, cujo o símbolo são as mordomias e o desperdício do dinheiro público.

Os dois fragmentos destacados apresentam semelhanças: apontam os problemas (corrupção e inflação), responsabilizam o governo da Nova República e indicam como soluções medidas moralizadoras. Maluf estabelece uma relação de equivalência entre corrupção, inflação e Nova República, tal estratégia teve duas vertentes: ao limitar os problemas do país ao período da Nova República, ele busca se beneficiar eleitoralmente com o voto antigovernista, que tende a ser um voto conjuntural, e trazer para sua candidatura o maior número possível de eleitores insatisfeitos.

O outro aspecto, e que está intrinsecamente ligado ao anterior, é que o candidato engendra a expectativa de que a grave situação brasileira seria resolvida ou amenizada com a eleição do novo presidente. Esta expectativa reforça ainda mais o caráter personalista da candidatura Maluf, característica que também aparece nos demais candidatos, e que assim concentra na sua pessoa a possibilidade de implantação das mudanças necessárias para a reversão desse quadro.

3.4. LUÍS INÁCIO LULA DA SILVA

Lula e a Frente Brasil Popular mostravam-se tão preocupados com a voracidade da crise que logo no início do período de propaganda eleitoral gratuita o candidato aborda a solução para a problemática da corrupção. (16)

Sua fala foi ao ar no dia 17 de setembro:

"(...) mas é a demonstração também de que com um governo sério e com vontade política você pode acabar com a impunidade e começar a colocar corrupto na cadeia. (...) Nós da Frente Brasil Popular (FBP) vamos acabar com isto. Em primeiro lugar, acabando com a impunidade e colocando corrupto na cadeia. Em segundo lugar, exigindo seriedade no Ministério Público e, em terceiro lugar, a coisa mais importante criando instrumentos para que o povo possa participar da fiscalização, para que o povo possa denunciar e para que o povo possa ver como um governo sério põe corrupto na cadeia. Esse é o compromisso da Frente Brasil Popular".
(17/9/89)

A proposta de Lula para acabar com a corrupção articula-se em torno de três pontos: 1) governo sério e com vontade política; 2) fim da impunidade; e 3) participação popular. A primeira proposição do candidato também foi destacada por Covas (17) entretanto, existe uma diferença na proposta dos dois postulantes à Presidência da República. Em termos de participação para Covas, um país *sem corruptos* é resultado da atuação individual de cada um dos brasileiros, enquanto para Lula implica em participação coletiva através de instrumentos populares que permitam a fiscalização das ações do governo.

O segundo ponto a ser destacado nessa fala é a referência à impunidade. Em diversos momentos ao longo da campanha eleitoral de 1989-primeiro turno, a impunidade é citada nos pronunciamentos de vários presidentiáveis, entre eles Collor e Maluf, além de Lula, como a principal causa da corrupção. O binômio impunidade-corrupção é utilizado estabelecendo uma relação de causa e efeito; na medida em que a impunidade acabar e o corrupto for para a cadeia a corrupção terá sido exterminada. Entretanto, Lula coloca a questão da impunidade dentro do campo da política, ou seja, será um governo sério que colocará corrupto na cadeia. De forma diversa é a idéia de Maluf que trata a corrupção e a sua punição nos limites do Poder Judiciário, despolitizando a questão.

Ainda no mês de setembro, no programa que foi ao ar dia 27, Lula, mais uma vez, pronuncia-se sobre a corrupção:

*"Nós da Frente Brasil Popular temos uma solução para isso [mostra as imagens do arroz estragado]. Em primeiro lugar, é preciso que se faça uma auditoria em cada armazém geral existente neste país para ver se tem comida estragando, (...). Ao mesmo tempo se tiver, colocar estas pessoas na cadeia. Mas é preciso mais do que isso, é preciso que haja por parte do governo, por parte do Estado, a disposição não só de construir armazéns para que o governo possa controlar o armazenamento, mas, sobretudo, o governo controlar o transporte, porque alimento não é uma coisa que possa permitir que alguém fique rico às custas da fome do outro".
(27/9/89)*

O caso do arroz estragado foi denunciado pelo PT no seu programa eleitoral do dia 26 de setembro, entretanto o impacto da denúncia não coube ao Partido dos Trabalhadores, mas sim a Collor que alguns dias antes já veiculara o episódio em seu espaço eleitoral. Tanto Lula como Collor tinham em comum a característica de concretizar o conteúdo do seu discurso, ou seja, ambos estavam preocupados em apresentar concretamente aos eleitores onde e de que maneira a corrupção acontecia. Apesar de abordarem o mesmo fato, a forma como isto acontece é particular em cada um. Para Collor é uma questão conjuntural e para Lula é estrutural. Collor atribui à incompetência do presidente Sarney a responsabilidade deste acontecimento. Lula vai mais além e culpa não só o governo federal como o funcionamento do Estado brasileiro, cuja as fronteiras entre o público e o privado estão desmanteladas.

Duas questões são centrais no argumento de Lula: a defesa pelo fim da impunidade e a necessidade da intervenção do Estado no combate à corrupção. Esses pontos não são novidade nos pronunciamentos do candidato da Frente Brasil Popular, já tendo sido mencionados no enunciado anteriormente destacado. Acabar com a impunidade possui uma direta relação com a atuação do Estado. Em outras palavras, também é papel do Estado exigir o cumprimento da lei.

Se no dia 17 de setembro o candidato não detalha como seria um governo sério agora, Lula é explícito quanto à intervenção estatal: o governo vai

controlar o armazenamento e o transporte dos alimentos. Para tal é necessária uma vontade política radical que transforme os históricos padrões de funcionamento do Estado. O que vai se dar através de um governo sério, transparente e democrático.

Outro ponto no seu pronunciamento é a oposição entre os ricos e o povo. O candidato deixa claro que se alguém está enriquecendo com a armazenagem e o transporte de alimentos, isto é proveniente da miséria de outros. A intervenção do Estado também serviria para promover a justiça social, diminuindo as desigualdades existentes.

No dia 20 de setembro o candidato da Frente Brasil Popular aborda como debelar a inflação:

"(...) mas por que não acaba com a inflação? Não acaba com a inflação exatamente porque para acabar com a inflação tem que mexer com os interesses dos grandes. E nós da Frente Brasil Popular ... vamos acabar com a inflação. Não com falsas promessas ou com falsas medidas, nós vamos acabar com a inflação (...) acabando com a agiotagem nesse país da especulação financeira. Quem quiser ganhar dinheiro vai ter que ganhar dinheiro investindo na produção. (...) Nós vamos acabar com a inflação acabando com esse negócio do dólar no paralelo ou do ouro sendo o motivo maior dos investimentos brasileiros. Ou seja, nós vamos acabar com a inflação acabando com a pouca vergonha especulativa nesse país e moralizando o Estado". (20/9/89)

O primeiro ponto abordado por Lula é a identificação, mais uma vez, de que alguns ganham com a inflação: os grandes. Estes, numa relação

paradigmática, são equivalentes aos ricos, aos latifundiários, aos empresários e aos banqueiros. Para resolvê-la é preciso mexer nos seus interesses. Aqui, novamente, fica clara a posição de antagonismo estabelecida pelo candidato. Para solucionar a inflação é necessária uma ruptura com os velhos padrões de gestão do Estado. Esta se dará através da moralização e deverá resultar numa nova forma de administrar a coisa pública.

Além da inflação, Lula toca num ponto nevrálgico: a especulação financeira. A sua abordagem sobre esta questão deixa claro ao eleitor em que ela consiste, qual a sua relação com a inflação e como resolvê-la. A especulação não aparece apenas nos enunciados do candidato da Frente Brasil Popular, os demais candidatos também se referem a ela e pretendem eliminá-la. A diferença na abordagem de Lula em relação aos seus adversários, é que este candidato identifica o sujeito especulador como uma característica do sistema que proporciona ganhos aos grandes, enquanto que os demais candidatos identificam-no como uma anomalia, uma excrecência do sistema financeiro. Lula constrói o especulador como alguém que se utiliza do Estado e este, por sua vez, se alimenta da ciranda financeira para se autofinanciar. O candidato demonstra assim, quanto o Estado brasileiro está privatizado e a relação de interdependência existente entre ele e os grupos poderosos da sociedade, isto é, os grandes.

O ato moralizador proposto por Lula vai além de pôr fim à especulação, propõe romper a histórica ligação existente entre o Estado e o empresariado. Esta ruptura construída por ele não é possível de ocorrer nos discursos dos candidatos à direita do espectro ideológico, Maluf, Afif e Collor, porque neles os empresários não aparecem como os sujeitos que se beneficiam com o processo inflacionário. Estes candidatos estabelecem uma dupla categoria de empresários: os maus e os bons. Onde os últimos também aparecem como vítimas da política econômica do governo. 18)

Lula só volta a abordar as soluções para a crise no mês de outubro. Assim como Collor, o candidato petista preocupa-se com a atualidade e voracidade da inflação sobre os trabalhadores e como esses a suportarão até a posse do novo presidente da República:

"Mas você já se perguntou como é que o povo trabalhador desse país vai viver até março do ano que vem? (...). Só tem uma solução: 1º) é o presidente Sarney deixar de ser irresponsável junto com o seu ministério. É preciso adotarem medidas urgentes e já (...), que tenha um fim a especulação financeira; (...) um fim a sonegação de impostos; é preciso que haja uma política de congelamento de preços de primeira necessidade (...) a preços compatíveis com o salário (...). É preciso que a sociedade brasileira possa aguentar até dia 15 de março." (1º/10/89)

Lula inicia sua fala criticando, mais uma vez, o governo Sarney e atribuindo a sua irresponsabilidade uma das causas na manutenção dos índices inflacionários em patamares tão elevados. O candidato da Frente Brasil Popular tem um plano emergencial para conter a inflação, sugerindo ao eleitor que está

apto a assumir a Presidência da República. Sua aptidão é decorrência não só de um programa de governo, bem como, conta com o respaldo do partido.

A forma como a inflação é tratada nos enunciados petista traduz o seu entendimento sobre a referida questão: a inflação não é um ser autônomo e com vida própria ou uma anomalia econômica transitória que possa ser resolvida sem mexer nas estruturas. Antes, é necessário diminuir os ganhos dos grandes e acabar com a forma vigente de gerenciamento do Estado. As medidas apresentadas por Lula convergem para um ponto: a intervenção do Estado no processo sócio-econômico. A efetiva intervenção estatal resultaria na solução da problemática da inflação porque levaria à desestruturação das práticas governamentais até então vigentes no país.

3.5. AFIF DOMINGOS

Foi uma característica de todos os candidatos apresentar a situação do país como um momento dramático e Afif não se constitui em exceção. (19) (20). Entretanto somente no dia 11 de outubro, quase um mês depois de iniciada a

propaganda eleitoral gratuita, é que o candidato aborda o problema da corrupção e disse como enfrentá-la:

"(...) A Nação não pode perder esta oportunidade da História, perder a vez de romper com o passado, com a corrupção e com a mentira, com a incompetência e com o corporativismo daquela minoria perversa e burra e que há séculos vem parasitando o Brasil.(...) Neste país, a corrupção instalou-se pelo exemplo que veio de cima. A dignidade exige o exemplo a começar pelos candidatos ao governo. É hora de se falar num choque de vergonha na cara e respeito ao povo. (...)"
(11/10/89)

A partir da leitura deste pronunciamento tem-se qual a sua definição de corrupto - uma *minoria de parasitas* e quais são as suas consequências para o país - corrupção, mentira e corporativismo. Um dado diferencia Afif de seus adversários de campanha, ele estabelece a historicidade da corrupção. Ou seja, a corrupção é muito antiga e há muito tempo faz parte da história do país. A corrupção ganha aspecto de recorrência histórica. A forma de combatê-la é através de um *choque de moralidade*. Afif, à exemplo de Covas e Maluf, utiliza a imagem do *choque* para resolver um problema do país. A diferença é que Covas fez referência ao *choque de capitalismo* e Maluf citou o *choque no governo* com o intuito de desacelerar a inflação, mas os três candidatos convergem para o mesmo ponto: a necessidade de uma medida forte e impactante para resolver a corrupção e a inflação.

Outro significado-chave na fala de Afif é o exemplo, mesmo elemento utilizado por Collor, Covas e Maluf. Nos dois primeiros candidatos os

exemplos, especificamente os bons, servem para balizar o comportamento na sociedade e devem ser imitados. Já para Maluf e Afif, os exemplos são destacados em seu aspecto negativo e portanto, não devem ser seguidos pelo conjunto da sociedade. Mais uma vez aparece nos pronunciamentos de campanha presidencial de 1989 a idéia de que honestidade, dignidade e moralidade são valores exclusivamente pessoais, tal como citaram Collor, Maluf e Afif.

Nos próximos dois pronunciamentos, Afif apresenta seu programa de governo para *botar a casa em ordem*. Seu plano caracteriza-se por ser recessivo, austero e moralizante. O enunciado do dia 24 de outubro é bastante esclarecedor: (21)

"(...) Eu quero dizer à você como nós vamos fazer para colocar a casa em ordem. (...) O que nós vamos fazer? Nós vamos botar a casa em ordem. E logo que eu entro no governo serão 18 duros meses de ajustamento. Mas logo de cara eu vou cortar a teta dos marmanjos econômicos, da burocracia, das empresas que vivem do governo, seja ela empresa do governo ou empresa particular. (...) Eu vou dar duro sim e o dinheiro logo de cara nós vamos aplicar para ajudar você e ao seu marido nesta dura travessia. (...)"
(24/10/89)

Dois aspectos destacam-se na fala de Afif: 1) intervenção do Estado; 2) plano recessivo. Quanto a esta característica, é a primeira vez que aparece em seus pronunciamentos de campanha o *sacrifício* como o caminho necessário para se resolver a crise brasileira. Esta se tornou uma marca discursiva de Afif,

ele se diferencia de seus adversários por ser o único entre os postulantes ao Palácio do Planalto que apresentou medidas que exigiam sacrifício dos brasileiros. Em outras palavras, o candidato do PL foi o único que assumiu empreender uma política econômica recessiva.

Ao assumir que seu plano é recessivo, Afif poderia ser mal interpretado pelos seus interlocutores, na medida que a população brasileira, especialmente as classes médias e baixas, sempre pagaram o ônus dos planos econômicos empreendidos pelo governo Sarney. Para reverter esta possível percepção, Afif esclarece quem vai ser atingido neste período de ajustamento - os *mamadores econômicos* e a *burocracia*, bem como faz a promessa de que haverá medidas compensatórias ao período de recessão.

Outro aspecto que chama a atenção é que justamente o candidato que se assume como liberal vem a público defender a intervenção do Estado para por a casa em ordem. Nem o mais liberal dos candidatos escapa do intervencionismo estatal. (22) Entretanto, este período de intervenção será curto e terá seu prazo delimitado: 18 meses. Depois disto, com a economia estabilizada e os problemas resolvidos, o país volta a funcionar segundo as leis do mercado, conforme defendem os preceitos do liberalismo.

Em continuidade a sua preocupação com os problemas do país, Afif no dia 1º de novembro apresenta aos eleitores, de forma detalhada, o seu plano antiinflação:

"Eu não vou mentir ao povo. O primeiro ano de governo vai ser um ano de muito suor (...). Tem sacrifício no combate à inflação? Tem. Não vamos mentir. Só que chegou a hora de discutir a divisão do sacrifício. O povo, principalmente de baixa renda, não tem mais o que ser sacrificado. Hoje, no combate à inflação traz recessão sim. E o que nós temos que lutar é para que não haja desemprego. (...) nós vamos criar uma cesta básica de alimentos e de remédios. Porque não vai ter aumento do nível salarial no primeiro ano de governo não. Quem disser isto está mentindo. Eu não vou mentir para você trabalhador nem para você aposentado, mas eu quero ajudar através da cesta de alimentação e da cesta de remédios para que no primeiro ano de governo estes itens que pesam muito no seu orçamento sejam aliviados com uma política de preços estável. Agora, aqueles que podem se sacrificar, estes se sacrificarão. Ninguém mais vai ganhar dinheiro na especulação não. Porque nós vamos acabar com a especulação e com esta taxa de juros que está levando o país à falência. Porque ninguém mais está produzindo e isto só com muita austeridade, com muita moralidade dentro da máquina pública. E isto, traz sacrifícios mas vale a pena o sacrifício. (...) Vamos juntos combater a inflação sem mentiras, com a verdade. Não vou esconder nada de vocês quando eleito presidente da República". (1º/11/89)

Neste extenso fragmento aparece, mais uma vez, a estratégia discursiva utilizada pelo candidato durante a campanha presidencial: a disputa entre verdade e mentira. Afif busca credibilidade e o reconhecimento de sua idoneidade através da construção de uma verdade, mesmo que esta implique em assumir perante o eleitor medidas duras e antipáticas. Como esta exemplificada na idéia de que o combate à inflação traz sacrifícios. O princípio geral

estabelecido pelo candidato é que todos aqueles que abordarem a solução para a problemática da inflação sob outro prisma, por exemplo omitindo a recessão, estarão faltando com a verdade. Ou seja, o povo estará sendo enganado mais uma vez.

A manifestação feita no dia primeiro pode ser considerada o enunciado-síntese do candidato onde ele apresenta seu projeto de combate à inflação. Este é um plano recessivo que prevê *suor e sacrifício* por um período determinado - 1 ano. Estas equivalências são as mesmas construídas no enunciado anterior (24/10) com a diferença de que neste dia a duração do sacrifício seria mais longa, 18 meses. Também neste dia, Afif nomeia quem seriam os sacrificados, agora em novembro, a preocupação do candidato é nomear os que não podem mais se sacrificar - o povo, o trabalhador e os aposentados. Na realidade o que o candidato estabelece é a cota de sacrifício que caberá a cada um: o sacrifício será de todos, uns mais outros menos. Entre os primeiros estão os especuladores que terão eliminadas as suas fontes de lucro, a partir da intervenção do Estado no mercado financeiro. Com esta medida o candidato espera que o dinheiro volte a ser investido nos setores produtivos da economia.

Em termos comparativos, percebe-se que algumas propostas de Afif encontram semelhanças com as de outros candidatos. É o caso do fim da especulação financeira. Tanto Afif como Lula propõem o término do mercado especulativo a partir de um projeto de política econômica que cria novos

padrões de aplicação financeira, cujo os ganhos são provenientes do investimento no setor produtivo. O objetivo é incentivar a volta dos investimentos na produção.

A preocupação central do candidato é mostrar que o sacrifício das suas medidas econômicas - recessão e arrocho - vão ser acompanhadas por outras medidas que tornem este período suportável. A fim de aliviar o sofrimento dos trabalhadores, Afif promete a garantia de emprego e propõe a criação das cestas básicas de alimentos e de remédios com preços controlados pelo governo. (23) Assim o candidato pretende compensar a ausência de aumentos salariais durante o ano de execução do plano. À exemplo do que acontecera alguns dias antes, novamente, o candidato liberal coloca como necessária a ingerência do Estado para debelar o processo inflacionário.

Basicamente o que diferencia a proposta de Afif dos demais candidatos é apresentar a solução recessiva como a alternativa verdadeira, reforçando assim que os planos diferentes deste não passam de um engodo. Este plano para ser executado exige duas pré-condições básicas: austeridade e moralidade. Ambas vão garantir a condução da política econômica governamental destinada a eliminar a inflação.

3.6. ULYSSES GUIMARÃES

A inflação brasileira foi uma temática exaustivamente abordada nos programas eleitorais do PMDB tendo como principal característica destacar os seus efeitos perversos para a grande maioria dos brasileiros. (24) (25) Ao apresentar as propostas de combate à inflação o partido teve em Waldir o seu porta-voz preferencial. As soluções foram abordadas pelo candidato a vice, no dia 8 de outubro, nos seguintes termos:

"(...) mas a inflação pode ser vencida, meus amigos e minhas amigas, pode terminar. Ela é o sintoma de descontrole da economia brasileira. Com ela tem gente ganhando fortunas sem escrúpulos, toda a sorte de especulação. Infelizmente, esse governo do dr.Sarney não vai terminá-la, não tem vontade política nem força para terminá-la. O mal está em quem está no centro do poder. Para acabar com a inflação não é de milagres que se precisa,mas de honradez, de patriotismo, de competência, de firmeza e de coragem. Eu creio com o velho guerreiro, Ulysses Guimarães, depois de ter ganho com o povo brasileiro a batalha da democracia, vai ganhar a batalha da inflação." (8/10/89)

A fala de Waldir é marcada pela crítica ao governo Sarney, papel que sempre coube a ele ao longo da campanha presidencial, poupando o candidato Ulysses de fazê-las. Essa postura pode ser explicada, em parte, pelo fato de Ulysses ter assumido por diversas vezes a Presidência da República. Ao criticar o governo federal, Waldir Pires tem uma dupla intenção: 1) mostrar ao eleitor que o PMDB é oposição ao presidente Sarney, omitindo assim que o partido

participa do governo da Nova República; 2) sendo oposição, o PMDB não possui nenhuma responsabilidade pela crise existente no país.

A forma como a inflação é tratada nos enunciados do candidato a vice mostra que ela fugiu ao controle governamental e como a sua origem está no próprio governo Sarney, ele não pode fazer nada para combatê-la. A proposta do PMDB, enunciada por Waldir, é vontade política. Esta vai ser possível porque o candidato do partido possui um conjunto de qualidades pessoais - honrado, patriota, competente, firme e corajoso - capaz de empreendê-la. Esta estratégia peemedebista traz semelhança com o candidato Collor. Este também se constrói como uma personagem extraordinária, mas a sua principal qualidade é que ele se constitui em um anti-Sarney e aí reside a sua capacidade para terminar com a inflação. Diferentemente, Ulysses é capaz de eliminá-la porque seu passado e seu rol de qualidades assim o permitem.

Nos pronunciamentos tanto de Waldir como *em off*, a principal qualidade citada era a experiência de Ulysses, transformando o ponto criticado por seus adversários dentro e fora do PMDB, *velho*, em um ponto a favor. Isto é, o velho passa a ser equivalente a experiente, logo Ulysses torna-se mais qualificado e mais apto que os seus concorrentes para exercer o cargo de presidente da República.

A vontade política é apontada como saída para resolver o processo inflacionário não só pelo PMDB, mas também pelos candidatos da Frente Brasil Popular e do PSDB. Retomando-se as falas desses dois candidatos, constata-se que cada um possui uma visão particular sobre *vontade política*. Tanto Covas como Lula usaram a *vontade política* como pré-requisito para combater a corrupção. Em Covas a *vontade política* está associada a um governo sério e ao empenho individual de cada brasileiro, já em Lula ela está atrelada a atitude de um governo sério. (26)

Voltando-se ao fragmento discursivo acima reproduzido, percebe-se que, diferentemente desses candidatos, para o PMDB a *vontade política* servirá para acabar com a inflação e este significado está centrado na pessoa do candidato peemedebista, Ulysses Guimarães. Dito de outra forma, o fim da inflação para o PMDB depende das qualidades pessoais de Ulysses que por possuí-las terá *vontade política* para debelá-la.

Os aspectos levantados por Waldir Pires para solucionar o problema da inflação descartam o *milagre* mas, simultaneamente, um rol de atributos são destacados em Ulysses constituindo-o em um *supercandidato*, portador das qualificações necessárias para combater a inflação. Nesse momento, a inflação precisa de um indivíduo capaz de liquidá-la com base em seus atributos pessoais, independente de um projeto político. Como a situação vivida pelo país é considerada de *guerra* o mais natural é que um *guerreiro* seja requisitado para

lutar e vencer. O PMDB que descarta soluções milagrosas acaba apelando para um *supercandidato*, capaz de fazer um *milagre*, ou seja, acabar com a inflação.

Novamente no dia 10 de outubro, Waldir Pires volta a abordar, no seu enunciado, o problema da inflação e como resolvê-la:

"(...) quase todas as idéias para combater a inflação já foram pensadas e ditas. O que é necessário e urgente é a decisão corajosa com o pensamento voltado para a vida da população. Essa história de reduzir salários e elevar taxas de juros para o povo não deu certo, nem aqui nem em lugar nenhum. Dá certo para bilionários e especuladores. É preciso parar os motores da ciranda financeira e da dívida externa. É preciso um presidente de coragem, experiente, honesto"
(10/10/89)

Este pronunciamento segue a mesma linha do anterior (8/10): tem como característica o tom emocional e evita de apresentar um receituário técnico de combate à inflação. O candidato a vice constata que tudo o que foi feito até hoje para eliminá-la foi paliativo e só favoreceu aos bilionários e especuladores. A novidade no processo antiinflação proposto pelo PMDB consiste em resolvê-la beneficiando o conjunto da população brasileira, em especial os assalariados. O pré-requisito da proposta peemedebista é a coragem. Assim como no fragmento do dia 8, a vontade política aparecia como necessária agora, é a decisão corajosa. E esta só será empreendida pelo candidato do PMDB que reúne as qualidades para empreendê-la. Waldir ataca em dois pontos nevrálgicos: a ciranda financeira e a dívida externa. Os especuladores e a ciranda financeira

são aspectos abordados, em maior ou menor grau, por todos os presidenciáveis e o candidato do PMDB não foge à regra.

Após essas duas falas de Waldir Pires é a vez de Ulysses se pronunciar sobre como solucionar a inflação:

"(...) Como presidente da República colocarei um paradeiro nesta ciranda maligna. Minha primeira batalha será derrubar esta inflação desenfreada, custe o que custar. Por isto hoje, quero falar das soluções contra a inflação. Medidas: 1) fim da ciranda financeira; 2) respeito à moeda nacional; 3) equilíbrio nos gastos do governo; 4) redução do pagamento da dívida externa; 5) crescimento de 5% PIB ao ano". (12/10/89)

A manifestação de Ulysses não abandona o caráter emocional já destacado nos outros pronunciamentos dos peemedebistas, entretanto nesta fala há uma novidade: o candidato do PMDB apresenta um receituário técnico de combate à inflação. Os cinco pontos destacados implicam, em geral, num reordenamento da esfera pública e, num sentido mais específico, sua característica é a moralidade administrativa. Esta última está baseada em duas medidas - acabar com a ciranda financeira e diminuir o déficit público. Ulysses escolheu para atacar dois aspectos cruciais na elevação da taxa inflacionária. As contas do governo federal estavam desequilibradas, seus gastos eram superiores a receita obrigando-o a utilizar recursos que não dispunha e lançando mão das instituições financeiras. A consequência imediata disso era o aumento da dívida governamental e a produção de mais inflação. Em 1989 o país vivia

um *boom* especulativo, ao invés do capital ser investido na produção os empresários estavam desviando seus recursos financeiros para a especulação, opção que lhes proporcionava ganhos maiores e mais imediatos.

As propostas de Ulysses para conter o processo inflacionário são enunciadas com menos ênfase do que as dos demais candidatos. A moralização no trato da coisa pública serve como pano de fundo para outras ações do PMDB e, principalmente, está atrelada às qualidades pessoais do seu candidato.

Reforçando a idéia exposta anteriormente sobre a atuação do Estado no combate à inflação, merece destaque as saídas apresentadas *em off* no dia 5 de novembro:

"Este país precisa de um gerente. (...) O que falta para acabar com a bagunça, com a inversão de prioridade? Falta o Estado. O Estado não privatizado por subsídios indecorosos, isenções fiscais escandalosas, especulações desenfreadas, inclusive de preços. Falta Estado, relapso nas cobranças de impostos, perdulário ao jogar fora o dinheiro do povo pelo desperdício. É preciso por ordem nesta bagunça. Não há mais país nenhum no mundo que agente tanta molecagem e tanta imprevidência. O Estado depende de um líder para ser sua voz, suas mãos, sua vontade política. (...) Este país precisa de um gerente. Líder com experiência para agir e coragem para enfrentar. (...)" (5/11/89)

Este pronunciamento é a síntese do ideário peemedebista, durante o período de propaganda eleitoral, sobre o papel do Estado no processo sócio-econômico e a defesa de uma presença mais atuante para resolver os problemas

no país. A solução passa pela desprivatização e reforma do Estado, onde as práticas corporativas e fisiológicas sejam eliminadas. Abrindo espaço para um Estado moralizado, transparente e preocupado em promover o bem-comum ao invés de estar a serviço dos interesses de alguns. Este modelo estatal apregoadado pelo PMDB tem direta relação com um perfil de liderança. Este líder ideal - experiente e corajoso - tem as mesmas características do candidato do partido, Ulysses Guimarães.

Todos os postulantes ao Palácio do Planalto defenderam, em maior ou menor grau, a participação do Estado no combate à inflação e à corrupção. Mesmo os candidatos alinhados à direita do espectro ideológico e identificados com o liberalismo não deixaram de admitir a intervenção estatal nos processos sócio-econômicos.

O PMDB dedica espaço em seu programa eleitoral às soluções para a inflação, pela última vez, no dia 7 de novembro, em pronunciamento feito pelo próprio Ulysses:

"(...) temos que acabar com a especulação, essa maldita inflação, essa maldita da inflação. Responsável por ela é porque não temos Chefe de Estado, não temos um líder, não temos um presidente da República. (...) Para acabar com a molecagem vote Ulysses Guimarães, vai varrer a molecagem desse país." (7/11/89)

Alguns aspectos são interessantes nesta fala de Ulysses. O primeiro ponto é quanto aos termos utilizados pelo candidato do PMDB para descrever a

situação de crise vivida no país em 1989, são eles: *maldita e molecagem*. Estas palavras citadas pelo peemedebista apelam para o lado simbólico da inflação, característica constante não só nos pronunciamentos do PMDB, mas também dos demais partidos durante a campanha eleitoral. Ao agir assim, os peemedebistas se furtam de qualquer análise mais consistente sobre as causas que provocam a inflação. Esta caracterização leva ao entendimento da inflação como algo com vida própria e externa à vontade das pessoas, não possuindo qualquer relação com as condições concretas de vida de cada brasileiro.

Esse último pronunciamento reforça uma idéia que é recorrente em todos os enunciados do PMDB, aqui destacados. Para os peemedebistas a figura do presidente da República é central no combate à inflação, daí o destaque para os atributos positivos de Ulysses ao longo da campanha presidencial. Os peemedebistas, tal como ocorre em Collor, Afif e Maluf, vêem no presidente da República a possibilidade de empreender as mudanças econômicas e sociais. Esta percepção dos candidatos está respaldada no sistema presidencialista, em especial no modelo brasileiro, cujo o poder pessoal, individualizado e centrado na pessoa do presidente, está investido da autoridade necessária para implementar as reformas sociais.

3.7. LEONEL BRIZOLA

Ao apresentar suas propostas para solucionar a crise, Brizola só a fez no que se refere à inflação, à exemplo de Ulysses. (27) Como o candidato pedetista não teve grande preocupação com as soluções para a crise suas propostas antiinflação foram apresentadas apenas uma vez ao longo da programação eleitoral gratuita. Três dias depois do início do período de propaganda legal, em 18 de setembro, Brizola apresenta como solucionar essa problemática:

"Povo brasileiro, um governo coerente e responsável neste país teria que começar a trabalhar até mesmo antes de assumir e já! Desde a 1ª hora e um minuto teria que trabalhar intensamente, (...). Como é que vamos continuar com este quadro anárquico de descontrole, de desgoverno, com a inflação nestes níveis? Isto deve ser a primeira preocupação de um governo eficaz, de um governo responsável. Para isto, será necessário uma espécie de enxugamento do setor público e do setor privado, também. Nós precisamos combater os desperdícios em todos os campos e defender a economia nacional das perdas internacionais". (18/9/89)

Brizola enfatiza a sua preocupação com a inflação destacando que ela deve ser atacada imediatamente, antes da posse do novo presidente. Esta preocupação é a mesma dos candidatos Collor e Lula. Os três candidatos tem em comum mostrar que estão atentos e preocupados com a inflação. Apresentam um plano e mostram-se preparados para ocupar a Presidência da República. Lula e Brizola consideram-se aptos porque possuem respaldo

partidário, enquanto Collor tem sua aptidão baseada na imagem de *outsider* e anti-Sarney.

O pedetista reconhece que o processo inflacionário está fora do controle do governo e apresenta como solução um *governo eficaz e responsável*. De onde se conclui que a inflação está descontrolada por causa das características negativas do governo da Nova República - ineficaz e irresponsável. As propostas do candidato do PDT revelam um plano comedido e restringem-se a três pontos: enxugar o setor público e o setor privado, e combater os desperdícios. Essas providências a serem tomadas por Brizola apresentam uma forte atuação do Estado, bem como traduzem que a solução para a inflação passa por medidas que atingem o conjunto da sociedade, afetando a esfera pública e a esfera privada. Brizola está entre os candidatos que defende aberta e, enfaticamente, a intervenção do Estado na sociedade e especificamente na condução das soluções da inflação.

Apesar dessas medidas, Brizola não apresenta um conjunto articulado e sistematizado de futuras políticas governamentais dirigidas ao controle do processo inflacionário. Embora a inflação seja considerada pelos demais candidatos como o maior problema do país, o mesmo não ocorre nos pronunciamentos de Brizola. O candidato dedica a este tema, assim como aos outros problemas nacionais, com exceção da questão da educação, a mesma importância, qual seja: uma posição secundária.

O objetivo desse capítulo foi analisar as propostas apresentadas pelos postulantes ao Palácio do Planalto para solucionar a crise brasileira. Resgatando-se seus pronunciamentos de campanha constatou-se que havia um ponto em comum: o destaque conferido por eles à moralidade no trato da coisa pública. Independente da postura ideológica dos candidatos essa temática foi central nos seus pronunciamentos, permeando as manifestações discursivas dos representantes tanto da direita (85%), do centro (44%), como da esquerda (41.5%). Tendo maior destaque em Collor, Covas, Lula e Maluf.

Foi uma característica dos candidatos, durante a campanha eleitoral, enfatizar os problemas do país e simplificar, o máximo possível, o seu entendimento para o eleitor. Esta estratégia foi efetivada ao caracterizar a crise, ao nomear os seus responsáveis e também, ao apresentar as soluções dos problemas do país.

O combate à corrupção e à inflação, em que pese convergir para a proibição na coisa pública, foi apontada de maneira bastante particular por cada um dos presidencialistas e assumiu os seguintes conteúdos: bons exemplos, controle dos gastos públicos, fim da impunidade, da sonegação, das mordomias, dos favorecimentos e do clientelismo. Na luta para expandir seus espaços na sucessão presidencial cada um dos candidatos utilizou estratégias diversas para empreender as suas soluções.

À partir das propostas apresentadas pelos candidatos para combater a crise no país foi possível identificar dois grupos, a saber: de um lado estavam os presidenciáveis que concentraram em si a possibilidade de implantar as mudanças necessárias. Em outras palavras, os candidatos personalizaram sua ação política. Collor e Maluf foram os exemplos mais acabados dessa postura: a moralização pública passava pela vontade pessoal e pelas qualidades desses candidatos.

No segundo grupo estavam Covas, Ulysses, Lula e Brizola, que pretendiam atingir a probidade no trato da coisa pública como fruto da vontade política e de um governo sério. Deve-se fazer uma ressalva em relação a Ulysses Guimarães, cuja postura o diferencia dos demais candidatos. O peemedebista mesmo defendendo a vontade política associou-a a um líder experiente, corajoso, honrado e competente. Todas características personificadas por Ulysses que, em última instância, foi apontado como a esperança. Lula, por sua vez, ao indicar que a solução passava por um governo sério se preocupou em associá-lo ao partido e não a sua pessoa.

Foi interessante que mesmo a crise atingindo níveis dramáticos, apenas três candidatos se preocupavam com a sua voracidade e defendiam ações antes da posse do novo presidente, eram eles: Collor, Lula e Brizola. Os demais presidenciáveis transferiram para depois das eleições a possibilidade de resolver

a crise e engendraram a expectativa de que ela seria, senão resolvida, pelo menos amenizada a partir de março de 1990.

NOTAS

(1) Ao se destacar alguns aspectos da conjuntura sócio-política-econômica em que se desenrolou a campanha à Presidência da República, não se tem aqui a pretensão de atribuir à Nova República, exclusivamente, a responsabilidade por esse momento.

(2) A exceção são os candidatos Lula e Brizola que concentraram no mês de setembro as soluções para resolver a crise brasileira.

(3) O candidato, no decorrer dos quase 60 dias de propaganda eleitoral gratuita, fez, em diversos momentos, sugestões para resolver o problema da crise brasileira. Entretanto, foi no mês de outubro que houve a maior concentração de propostas apresentadas por Collor para solucioná-la. Os dias que ele apresentou as soluções para a crise foram: 14/10, 22/10, 24/10, 25/10, 26/10, 27/10 e 5/11 e o percentual médio de tempo dedicado ao tema moralização pública nesses dias, respectivamente, foi: 19.5%, 89.5%, 60%, 39%, 47%, 52.5% e 99%. Só no mês de outubro a média percentual de tempo dedicado à moralização pública durante o horário eleitoral gratuito foi de 29.5%.

(4) Capítulo 1 - *Os candidatos à Presidência da República caracterizam a crise brasileira*, p.41-59.

(5) No dia 14 de outubro, Collor apresenta aos eleitores o projeto *Brasil Novo*, que envolvia cinco pontos: 1- reforma administrativa; 2- reforma fiscal; 3- reforma patrimonial; 4- renegociação da dívida externa; 5- saneamento do Estado. Nesse dia Collor não detalhou o que seriam na prática esses pontos do projeto *Brasil Novo*; isso é feito no programa do dia 29/11/89, já no segundo turno do pleito presidencial Este foi deixado de fora porque o objeto de análise era o 1º turno.

(6) FIGUEIREDO, Ney L. Op.cit. p.15.

(7) No capítulo 2 - *Os presidentiáveis nomeiam os responsáveis pela crise brasileira*, Maluf utiliza a mesma lógica de Collor ao responsabilizar o governo federal pela alta dos aluguéis. Segundo Maluf, os proprietários de imóveis apenas se defendem da incompetência do governo da Nova República. Proprietários e inquilinos são suas vítimas. Para Collor ocorre o mesmo, os empresários também são vítimas do governo Sarney.

(8) Esses dias foram 25, 26 e 27/10.

- (9) SANTOS, Wanderley Guilherme. Op.cit. p.105
- (10) Esta referência está na p.60 do Capítulo 1- *Os candidatos à Presidência ...*
- (11) Maluf caracterizou a crise no Capítulo 1, p.63-69.
- (12) O candidato do PDS apresentou suas sugestões nos seguintes dias: 7, 10, 17, 21 e 31 de outubro.
- (13) A novela desse dia foi em torno do desvio de verbas da merenda escolar. A situação descrita foi esta: uma secretária descobre que o seu patrão havia desviado o dinheiro destinado à merenda escolar. De posse desta informação ela dirige-se aos seus superiores e relata a sua descoberta comprovada por documentos, antes porém, ela exige que lhe seja dada uma *recompensa*. Ao sair de casa, a secretária é sequestrada e *sofre um acidente* que provoca a sua morte. Ambos os diretores estavam envolvidos no caso do desvio da verba e ficaram impunes, porque com a morte da secretária nada foi descoberto e as provas desapareceram também. Esta temática ocupou 78.5% do tempo no programa eleitoral deste dia.
- (14) Cf. Capítulo 1 - *Os candidatos à Presidência da República caracterizam a crise brasileira* - p.64, fala de 15/9/89.
- (15) Conferir artigo de JOSÉ ÁLVARO MOISÉS, Eleições, participação e cultura política. In: **Lua Nova**. São Paulo, n.22, pp.164, dez. 1990.
- (16) Esta questão foi analisada por Lula no Capítulo 1, p.70-78.
- (17) Cf. p.164, no presente capítulo.
- (18) Cf. pp109 e 142 do capítulo. 2 - *Os presidencialáveis nomeiam ...*
- (19) Cf. pp.79-82 do Capítulo 1 - *Os candidatos à Presidência*
- (20) O que ocorreu em quatro ocasiões ao longo do primeiro turno da campanha presidencial, estes dias foram: 11/10, 16/10, 24/10 e 1º/11.
- (21) Neste dia 70% do programa eleitoral foi dedicado à temática da moralização pública. Vide ANEXO 2, p.272.
- (22) Cf. dissertação de mestrado de TEMÍSTOCLES CEZAR, intitulada: **A crise do Estado no discurso dos candidatos à Presidência da República do Brasil em 1989**. Porto Alegre, 1994.
- (23) Afif quando foi Secretário Estadual da Agricultura/SP, no governo Paulo Maluf, já havia proposto as *cestas básicas de alimentos*.

(24) pp.83-89 no Capítulo 1 do presente trabalho.

(25) Tal ocorreu nos seguintes dias: 15/9, 18/9, 20/9, 8/10, 10/10 e 12/10.

(26) pp.165-166 e pp.174-175 do presente capítulo.

(27) Cf. Cap.1, p.90-92.

A MORALIZAÇÃO PÚBLICA NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE: O EU E O OUTRO

O quarto e último capítulo desta dissertação trata da forma como os sete presidenciáveis construíram a sua imagem (EU) e a imagem do(s) seu(s) adversário(s) de campanha (OUTRO). Este capítulo segue a mesma sub-divisão dos anteriores e recorre a duas categorias de argumento. Na primeira, os candidatos a presidente da República buscam salientar as suas características pessoais e/ou do seu partido com o objetivo de apresentar-se como *sujeito moralizador*. A outra categoria estrutura-se em torno da identidade do OUTRO. Este é apresentado como um não-moralizador, servindo de contraponto e reforço para a imagem do EU moralizador.

Tendo presente uma das problemáticas a ser discutida neste capítulo - a construção do EU enquanto sujeito moralizador - a primeira intervenção a ser feita nos discursos da campanha presidencial de 1989 é a caracterização deste

sujeito. Isto é, a partir de que elementos ele foi definido, seguido de uma classificação que permita fazer uma aproximação entre as condições de emergência deste sujeito moralizador e do próprio discurso sobre a moralização pública.

Existem dois conceitos de sujeito, a saber: o de sujeito gramatical (1) e o de sujeito social, noção mais complexa que o primeiro. Na presente análise está sendo trabalhado apenas o último conceito, que deve ser entendido *"no sentido de posições do sujeito dentro de uma estrutura discursiva"*. (2) Ou seja, a posição de sujeito é discursivamente construída.

A outra dimensão a ser abordada aqui refere-se à forma como cada um dos sete presidenciáveis construiu, discursivamente, o(s) seu(s) adversário(s) de campanha, isto é, o OUTRO, a partir da questão da moralização pública. A discussão em torno da identidade do OUTRO serve como contraponto para reforçar a imagem do EU moralizador. Ou seja, ao denegrir a imagem do(s) seu(s) adversário(s) o candidato busca marcar a sua própria identidade de moralizador público.

As duas questões chaves - a construção do EU e do OUTRO - que estão norteando esta análise levam em consideração dois aspectos. O primeiro é que a construção do sujeito no interior do discurso político é central quando se analisa uma campanha eleitoral, na medida em que o candidato vem a público se

apresentar e solicitar votos aos eleitores. O segundo aspecto refere-se ao contexto político brasileiro no qual estava inserida a campanha presidencial de 1989: os partidos perderam espaço para as figuras dos candidatos. Estes ganharam centralidade nos discursos, em detrimento das organizações partidárias, que não conseguiram *"apresentar soluções articuladas para os graves problemas nacionais a partir de suas propostas programáticas"*. (3)

A partir dessas afirmações constata-se que houve uma personalização na forma como os presidentiáveis se apresentaram ao eleitor no decorrer do primeiro turno da campanha eleitoral. A personalização, aqui, deve ser entendida como o voto na personalidade política individual, em certa medida estimulada pela lógica do funcionamento do sistema presidencial brasileiro. (4) Também em um contexto de disputa eleitoral essa característica é evidente: os candidatos tendem a se apresentar ao eleitorado como os únicos responsáveis por seus programas de governo e pelas possíveis mudanças. Ainda que se saliente que o desempenho individual dos candidatos foi muito valorizado deve-se entretanto, relativizar a *"ausência dos partidos"* durante a campanha eleitoral de 1989. Pois, o PT, um dos partidos mais estruturados e com enraizamento social, obteve um bom desempenho eleitoral e passou para o segundo turno do pleito presidencial.

Alguns dos sete presidentiáveis que concorreram na eleição de 1989 destacaram-se no aspecto da personalização. Collor de Mello, Leonel Brizola,

Paulo Maluf e Afif Domingos fizeram poucas referências aos seus partidos durante os programas eleitorais. Outro argumento que corrobora a idéia exposta anteriormente, foi o uso do pronome pessoal EU quando o candidato pregava a moralização pública. Também Collor, Afif e Maluf foram os candidatos que mais vezes se manifestaram na primeira pessoa do singular. Em uma posição oposta encontrava-se o candidato Lula que, no tocante à moralização pública, apenas uma vez enunciou o pronome pessoal EU.

4.1. COLLOR DE MELLO, o combatente solitário

O contexto de crise existente em 1989 é o cenário ideal para o surgimento de discursos de ruptura. Apesar de Collor não ser o único candidato a construí-lo, sem dúvida, foi o seu exemplo mais acabado. (5) Agora, ao construir sua auto-imagem e a do OUTRO, novamente, ele explora ao máximo a divisão do espaço de luta em dois pólos antagônicos, em que cada um se apresenta como a negação do outro.

Entre os elementos que Collor utiliza para a construção do EU moralizador estão os recursos eletrônicos apresentados durante os seus

programas eleitorais e veiculados pela televisão. Ao longo dos sessenta dias de propaganda gratuita, o PRN abre o seu espaço eleitoral com uma vinheta eletrônica que consiste no seguinte: um trem se desloca sobre os trilhos e ao passar derruba cartazes com os seguintes dizeres: *marajás - impurtidade - corrupção - inflação - miséria*. No final da linha, depois de derrubar todos os cartazes, os trilhos por onde o trem corre se transformam nos dois *eles(II)* do nome *Collor*. A idéia transmitida por essa encenação é que o candidato é o condutor do trem que heroicamente combate cada um dos inimigos (*marajás, impunidade, corrupção, inflação e miséria*), saindo-se vitorioso ao final e constituindo-se como a antítese da situação descrita. Apenas Collor, com suas qualidades pessoais - coragem e bravura - é capaz de resolver sozinho os problemas do país.

No decorrer do período de propaganda legal, no primeiro turno, o candidato do PRN mostrou grande preocupação em dar forma a sua personagem moralizadora. (6) Dentre todas as falas de Collor duas são bastante esclarecedoras, podendo ser tomadas como enunciados-síntese na construção do sujeito moralizador. O primeiro fragmento a ser analisado é o do dia 26 de setembro:

"Minha gente, o Reino de Avilan declarou guerra contra mim e contra minha candidatura.(...) O reino dos marajás.(...) Por que minha gente? Porque eles sabem que eu tenho vontade de trabalhar, porque eles sabem, sobretudo, que eu irei combater a corrupção e a impunidade onde ela estiver. E eles nada respeitam, não querem debater idéias, as propostas, o

programa. Eles querem atacar a pessoa, atacar a família, até mesmo meu pai já falecido(...)" (26/9/89)

A fala de Collor possui duas características: a) a posição de vítima do candidato, e b) a identificação dos inimigos. O primeiro aspecto é recorrente nos seus pronunciamentos e reforça a idéia de que todos estão contra ele, logo, Collor está só. A metáfora da solidão destaca o seu afastamento dos políticos tradicionais e das estruturas partidárias, reforçando a sua imagem de ator não-político. Esta postura abre espaço para ele se apresentar como o combatente do status quo, ou seja, o único sujeito capaz de empreender a moralidade na administração pública por não estar comprometido com a estrutura de poder existente.

Quanto a segunda característica, ele é bastante claro ao nomear seus inimigos, os marajás. Os dois campos estão delimitados e marcados pelo antagonismo: EU x ELES; Collor x marajás. A relação antagônica estabelecida pelo candidato é construída de tal forma que não deixa qualquer possibilidade de opção entre Collor e seus inimigos. A lógica estabelecida pelo candidato é: aqueles que o perseguem estão contra ele e portanto, estão ao lado dos marajás.

Além dos marajás, também a corrupção possui centralidade neste enunciado e ambas se constituem em um ponto nodal. Isto é, elas significam todo o mal presente na sociedade brasileira em 1989. A partir da sua

personalidade e da sua vontade pessoal é que Collor vai acabar com essa situação. Merece destaque como o candidato explora a tradição personalista da política brasileira e constrói a decisão de acabar com os marajás e com a corrupção como uma decisão pessoal e solitária, e não como um projeto governamental.

Durante toda a campanha presidencial, Collor apresenta-se como a negação da grave situação vigente no país. Esta é construída a partir de uma cadeia discursiva de oposições de caráter pessoal do tipo: "*Collor foi perseguido pelo Sarney*"(17/9/89); "*Collor combate os marajás, as mordomias e os superfuncionários*" (18/9/89); "*é o fim da corrupção e do nepotismo*" (6/10/89); "*é o fim das mordomias e do colarinho branco*" (11/10/89); "*venho para acabar com esta raça de marajá*" (15/10/89); "*Collor é o único que tem coragem para colocar os corruptos na cadeia*" (3/11/89); "*sou o inimigo nº 1 de tudo isso que aí está*" (12/11/89). Ao empreender a cruzada anticorrupção e de caça aos marajás Collor simboliza a saída para os problemas brasileiros.

O fato dele se apresentar como o único autor das suas ações, cuja as decisões solitárias levariam ao fim dos problemas do país, tem três razões: a) evita apresentar um projeto de governo que aponte as soluções para a grave crise brasileira; b) camufla a sua candidatura respaldada em siglas de aluguel; e c) reforça sua imagem de novo no cenário político nacional. Esta última adquire importância na medida que, em 1989, a atividade política estava desgastada e os políticos tradicionais eram os campeões da rejeição pela opinião pública. (7)

No fragmento anterior a tônica foi destacar a luta solitária de Collor contra os marajás, agora, no pronunciamento transmitido no programa eleitoral do dia 7 de outubro, o candidato volta a abordá-los e tem como preocupação exemplificar um marajá:

"Esta é a casa da minha família aqui em Brasília há mais de 20 anos. Esta é a casa em que eu moro e esta é a casa, minha gente, em que eu continuarei morando depois que você, com a força de seu voto, me levar à Presidência da República. Eu sempre achei um absurdo que ministros, autoridades e governantes morassem em casas financiadas por cada um de nós contribuintes. E é isso que eu vou acabar quando chegar à Presidência da República. Eu vou morar na minha casa e os ministros e as autoridades também terão que morar nas suas casas. E o dinheiro que nós vamos economizar com isto, minha gente, nós estaremos aplicando em construção de casas para que a população mais carente tenha condições de morar condignamente. (...) Isto tem que acabar! É isto que nós vamos fazer. Por isto conto com vocês, com a força do voto de cada um de vocês para de uma vez por todas dizer não às mordomias. (...)" (7/10/89)

À exemplo do que faz na fala anterior, o candidato volta a identificar seu inimigo e dividir a sociedade em campos antagônicos. A diferença em relação ao fragmento acima destacado, é que neste último os marajás são nomeados: ministros, autoridades e governantes que se beneficiam da moradia gratuita. O espaço de luta está dividido entre os marajás, que levam vantagem ; e o povo, contribuintes e a população carente, que são prejudicados . Collor constrói o sujeito povo ao seu lado para lhe dar suporte na sua luta contra o inimigo responsável pela mordomia. Somente a sua destruição levará a solução do problema. Para obter êxito nessa sua construção, ele usa como estratégia

discursiva apresentar-se como um cidadão comum. Para tal ele grava o seu programa eleitoral no jardim da sua residência, em Brasília, e perante as câmeras afirma: *"esta é a casa da minha família (...) há mais de 20 anos"*. Com essa encenação o candidato não só condena a mordomia, como comprova na prática que possui uma postura diferente daquelas autoridades. Ao adotar essa postura, Collor evita, mais uma vez, qualquer identificação com a forma tradicional de fazer política, legitimando e consolidando sua identidade de moralizador.

A escolha da moradia gratuita como um exemplo concreto de mordomia não foi aleatória. Collor escolheu-a por ser ela um problema crucial para os brasileiros em 1989. Nesse ano o déficit habitacional estava em torno de 10 milhões de unidades (8), agravando-se na última década, afetando não só a população mais carente como a cada dia que passava, também a classe média.

Não só os marajás e as mordomias são concretizadas para o eleitor. O candidato faz o mesmo com suas propostas, mesmo que de eficácia duvidosa. Em nenhum momento, no decorrer da campanha eleitoral, o candidato traz a público a discussão dos valores reais gastos com a moradia das autoridades, ou mesmo quanto era o seu percentual no orçamento da União. Sem apresentar índices respaldando a sua idéia, Collor transfere para os *vilões marajás*, exclusivamente, a culpa pelo sofrimento da população carente e pela falta de habitação popular no país. A relação estabelecida pelo candidato é que o

problema habitacional é causado pela mordomia. Logo, se a mordomia acabar, a problemática da moradia no país estará resolvida. Mais do que simbólica, a proposta de continuar morando em sua casa (e seus ministros também), produz um efeito discursivo: Collor se constitui como a negação dos marajás, portanto, somente ele está apto a romper com a situação vigente.

Há quatro características básicas nos pronunciamentos de Collor na construção da sua identidade. Primeiro, o sujeito moralizador é quase sempre enunciado pelo próprio candidato. Tão grande é a sua preocupação em se apresentar como novo, sem vinculações partidárias ou com os políticos tradicionais que raramente aparece alguém fazendo depoimento sobre sua personagem moralizadora, a exceção é a *voz em off*. O segundo aspecto, e que está diretamente relacionado com o anterior, consiste na utilização do pronome pessoal EU e do pronome possessivo MINHA. Em nenhum momento a identidade individual do candidato se dilui na sua fala; ao contrário, ela é constantemente reforçada. Quanto a terceira característica refere-se a permanente divisão do espaço social em dois campos antagônicos, e o quarto e último ponto, é que os problemas da corrupção e dos marajás têm um conteúdo simbólico condensador e a sua solução tem a mesma natureza condensadora.

Quando Collor aborda o OUTRO, dois aspectos são marcantes na sua campanha ao longo do primeiro turno do pleito presidencial. O primeiro, consiste no fato de ter ignorado os candidatos dos outros partidos, nem mesmo

mencionando seus nomes nos programas eleitorais do PRN. Também não participa dos debates entre os presidenciáveis promovidos pelas principais redes de televisão. O segundo ponto é que Collor, mais do que seus adversários, constrói-se polemizando. Para tanto, escolhe um inimigo para ser seu único alvo durante toda a campanha eleitoral de 1989: José Sarney.

Entre os vários motivos que se poderiam arrolar para explicar essa escolha, dois são importantes: primeiro, a baixa popularidade do presidente Sarney no ano de 1989. Segundo dados da pesquisa GALLUP, em maio de 1985 José Sarney tinha 50% de aprovação popular. (9) Já em janeiro de 1989, esse índice caiu para 15%; ou seja, 85% das pessoas entrevistadas desaprovavam o governo Sarney, o que constituía-o em um alvo ideal para críticas. Em segundo lugar, durante o período do seu governo vários escândalos que lesavam os cofres públicos, envolvendo integrantes do alto escalão do governo, foram denunciados. Dentro da conjuntura eleitoral, Sarney era uma personagem frágil e propícia a se tornar alvo de críticas. Collor aproveita esses dois aspectos e explora-os politicamente em sua campanha à presidente da República.

Sarney, ao longo da campanha eleitoral, é construído discursivamente por Collor personificando todos os problemas do país: a sua pessoa é responsável por todos os males que assolam o Brasil. O presidente passa a ser o inimigo público número 1 dos brasileiros e ao desqualificá-lo o candidato reforça a sua imagem de sujeito moralizador. (10) (11)

Na disputa pela Presidência da República o mais forte ataque pessoal parte de Collor e dirige-se a José Sarney. Este foi transmitido no dia 4 de novembro, a seguir reproduzido, e pode ser considerado o enunciado-síntese sobre a imagem do OUTRO: (12)

"Peço licença, minha gente, para hoje falar com uma pessoa em particular. Com o homem que, desgraçadamente, ainda ocupa a Presidência da República. Gostaria de tratar o sr. José Sarney com elegância e respeito. Gostaria, mas não posso. Não posso porque estou falando com um irresponsável, um omisso, um desastrado, um fraco. Quero que a Nação saiba que estou falando com um cidadão de más intenções, que não dignifica o cargo que ocupa.(...) Estou falando do senhor, sr. José Sarney e de suas manobras.(...) É bom reavivar a memória de nossa gente. O senhor sempre foi um político de 2ª classe. O sr. nunca teve uma atitude de coragem. O sr. pegou uma carona na história beneficiando-se de uma tragédia que emocionou o país. O senhor é o culpado pela maior inflação dos últimos tempos. O sr. arrochou os salários do trabalhador brasileiro. O sr. contrariou a vontade de todos e insistiu em ficar mais um ano na Presidência. O senhor passou todo o tempo do seu governo apadrinhando seus amigos, os seus familiares, muitos dos quais hoje sendo processados por atos de corrupção.(...) (4/11/89) (1ª parte)

A característica do pronunciamento é o tom rude dispensado pelo candidato. Este possui um efeito: serve para destacar os defeitos de Sarney, os quais justificam o tratamento desrespeitoso. A principal preocupação ao atacar o presidente é apresentá-lo como uma figura negativa, cujas falhas de caráter são responsáveis, exclusivamente, pelo momento de crise que o país atravessava.

O candidato trata de desmerecer o OUTRO destacando sua conduta no exercício da Presidência e, através de uma cadeia de equivalência associa-o à inflação e à corrupção, tornando-o sinônimo da crise brasileira. Se Sarney é o indivíduo concreto que significa toda a grave situação pela qual a nação passa, o seu fim também tem a mesma natureza condensadora. Ou seja, a eliminação de José Sarney representa o desaparecimento da inflação e da corrupção. Aquele que vai romper com o status quo é o sujeito moralizador Collor. Na continuação da sua fala, o candidato expressa-se:

"E ao mesmo tempo, perseguiu implacavelmente todos os que discordaram dos seus métodos e de seus atos. Como fez comigo e com o povo de Alagoas. Tudo porque fui o único governador a não concordar com os cinco anos de mandato, a não concordar com seu clientelismo e o fisiologismo. (...) Me responda sr. José Sarney, por que é que o sr. tem receio da mudança no Brasil? O senhor está com medo de quê? O senhor está com medo de perder seus privilégios e mordomias? Talvez. Ou está com medo de ter seu governo investigado, devassado. É, o senhor tem razão em ter medo, porque eu vou mesmo levantar a sujeira do seu governo e por os corruptos na cadeia. (...) Com o início do meu governo este país vai começar a mudar. As instituições começarão a ser sérias e respeitadas. (...) Acabou o tempo da corrupção e do conchavo de políticos desonestos. Chegou, senhor José Sarney a vez dos homens de bem. Chegou a nossa vez!"
(4/11/89) (2ª parte)

Nesta segunda parte do enunciado, Collor volta a posicionar-se como vítima e exacerba a divisão do campo político em dois pólos antagônicos, onde cada um se apresenta como a negação do outro e constrói-se como o portador da proposta de ruptura - eu salvador *versus* grande inimigo. Assim como Sarney

é a personificação de todos os problemas do país, devido as suas características pessoais negativas, a forma de combatê-lo também será através das qualidades que o candidato possui - *corajoso, bravo, destemido*.

Este pronunciamento sintetiza a estratégia discursiva adotada pelo candidato ao longo da campanha presidencial. A razão encontra-se, em especial, em dois motivos. O primeiro, para apresentar-se como um moralizador, Collor necessita contrapor-se a alguém com uma imagem completamente diferente daquela veiculada por ele. Daí a escolha ter recaído sobre Sarney - *indigno, com más intenções* - que é apresentado como a sua antítese. O candidato, ao destacar os defeitos de Sarney, está simultaneamente salientando o que ele não é e assim reforçando a sua imagem de sujeito moralizador.

O segundo motivo está estreitamente ligado ao anterior e está relacionado ao perfil do eleitorado brasileiro. Este está acostumado a fórmulas simples onde o entendimento é facilitado, da parte do candidato, pela localização do problema e a sua imediata responsabilidade. E assim Collor faz na sua campanha eleitoral: os problemas da inflação, da corrupção e do arrocho salarial existem porque José Sarney é um indivíduo com muitos defeitos - *omisso, um desastrado e um fraco*.

Em todos os seus pronunciamentos, a tônica é sempre a mesma: a construção do antagonismo e a identificação do inimigo. É a partir das oposições

de caráter pessoal que Collor consegue se apresentar como a negação do OUTRO. O candidato foi exemplar neste particular, é a sua personalidade e as suas qualidades pessoais que vão garantir o fim da crise brasileira. Collor, ao ser o sujeito moralizador, constrói-se como o símbolo do fim da corrupção e da inflação. Estes, por consequência, são identificados a Sarney. Logo, o fim de Sarney significa a solução dos problemas do país e a crença no fim da crise econômica e social.

4.2. COVAS: o passado autoriza

Outro candidato que dedicou grande espaço para difundir a sua imagem de moralizador, durante os dois meses de propaganda eleitoral gratuita, é Covas. (13) A forma como ele se apresentou como sujeito moralizador foi bastante diversa dos demais presidenciáveis, especialmente, Collor anteriormente analisado. Este candidato estabeleceu um alvo inimigo - José Sarney - e vai desconstruindo-o. É a partir da desconstrução desse inimigo que ele se constrói como moralizador. Covas, diferentemente, não elegeu um inimigo para atacar; ao contrário, o candidato evitou polemizar com seus adversários, optando por um discurso argumentativo buscando elementos de sustentação na sua vida política de *homem público digno*. Para melhor exemplificar como o

candidato do PSDB revela sua imagem para o eleitorado, será reproduzida, primeiramente, a fala do dia 17 de outubro:

"Eu acho que depois de 30 dias neste horário gratuito de televisão em que você já conhece os candidatos, acho que mais do que nunca se impõe que cada um de nós se diferencie através do seu passado. Eu tive o privilégio de ter sido prefeito da cidade de São Paulo. Vou lhes dar um exemplo, a merenda escolar(...). Sem prejuízo da qualidade e até com a melhora da qualidade houve uma economia de 43% no custo da merenda escolar. Eu acho que cada um de nós tem por obrigação mostrar à você, para não confundí-lo e para que nos diferenciem, para que mostremos a nossa cara,(...)como agimos individualmente, o que fomos no passado. De tal maneira que cada um de vocês possa fazer um juízo do que podemos ser no futuro." (17/10/89)

O exemplo da merenda escolar é a forma escolhida por Covas para concretizar para o eleitor a sua imagem de moralizador. Em tom professoral ele explica para o eleitor como foi sua atuação na Prefeitura de São Paulo. O resgate de uma situação passada serve para afirmar o seu presente. O *passado*, principal ponto trabalhado no *clip*, adquire um sentido especial nas suas manifestações discursivas: serve de parâmetro para julgar as atitudes de Covas e dos demais candidatos. Para ele o *passado* é a carta que pode absolver ou condenar um homem público. Por isso o candidato do PSDB, em várias ocasiões, se apresenta como *homem público honesto* (17/9 e 10/10) que tem um *passado digno porque não roubou quando esteve em cargo público* (27/9), tem um *passado limpo* (11/10 e 17/10) cuja as características são *seriedade, vergonha na cara e dignidade* (9/11), *administrador experiente, sério, contra a corrupção, honrado e eficiente, digno, sério e com postura*. Através dessa

extensa cadeia de equivalência ele associa a sua imagem à moralidade no trato da coisa pública.

Como se constata, num primeiro momento o *passado* está relacionado à experiência, posteriormente ele é vinculado à competência. Esse termo também tem um significado-chave no ideário de Covas: é através dela que vai se transformar o país. Em uma relação paradigmática o Brasil competente é equivalente a um *governo de homens de brio, de vergonha na cara* (15/10), que vai resolver todos os problemas do país, desde a corrupção até a inflação. Portanto, a solução para a crise brasileira, segundo Covas, passa pela competência na gestão dos fundos públicos. Logo, os homens públicos devem dizer como foi o seu passado e o quanto foram competentes. Eis porque Covas refere-se a sua atuação como prefeito de São Paulo, ressaltando a sua experiência e a sua competência ao administrar a capital paulistana. É a partir daí que o candidato busca se construir como moralizador e incitar o eleitor a estabelecer a diferença entre ele e os seus adversários. A estratégia discursiva adotada pelo candidato - explorar o seu passado político - tem uma clara explicação: o fato do seu partido, o PSDB, à época da campanha não possuir uma história partidária. Como se sabe, o PSDB era um partido político recente, criado em 1988. Conseqüentemente, o candidato, egresso do PMDB, não poderia apelar para a tradição político-partidária do PSDB, restando explorar a sua própria trajetória.

No fragmento anterior a preocupação de Covas foi mostrar, na prática, que é um moralizador, agora, no dia 9 de novembro, o objetivo é elencar as qualidades que reforçam essa imagem:

"Fui ao seu encontro solicitar a sua confiança sem promessas mas, com dignos compromissos àqueles que a convivência com o Brasil real me ensinaram. Compromisso com a verdade, compromisso com o trabalho, compromisso com a seriedade, compromisso com a vergonha na cara, compromisso como caráter, compromisso com a dignidade. Virtudes que o povo cultiva que ele exige dos que pretendem a vida pública. (...)"
(9/11/89)

O destaque nesse enunciado é para dois pontos: a) a forma utilizada pelo candidato para marcar sua imagem de moralizador; e b) a maneira de interpelação do eleitor. Quanto ao primeiro aspecto, a característica nos seus pronunciamentos, em geral, e neste em particular, é o estabelecimento das relações de diferenças buscando assim, absorver e neutralizar qualquer possível antagonismo. Enquanto Collor se constrói com propostas de ruptura, explorando as relações antagônicas, Covas, diferentemente, evita dividir o espaço político nestes termos. A opção do candidato do PSDB é descrever indiretamente as suas principais qualidades, nomeando-as como *compromissos*. Tais virtudes são exigidas dos homens públicos pelo povo sendo assim, Covas transfere para ele a cobrança das qualidades acima descritas. Ou seja, não é o candidato que exhibe as suas virtudes, mas é o povo quem faz a cobrança destas qualidades daqueles que estão na vida pública. Covas, enquanto ator político, apenas se enquadra nas exigências feitas pelo povo.

Ao mesmo tempo em que Covas constrói lado positivo do sistema de equivalência - *verdadeiro, trabalhador, sério, digno* -, ele expõe a fragilidade da sua cadeia discursiva quando não associa os seus qualificativos à crise brasileira. Ou dito de outra maneira, não fica claro para os eleitores qual a relação existente entre a grave situação do país e o papel do sujeito moralizador para solucioná-la.

Como foi destacado, Covas teve grande preocupação em veicular a sua imagem, mas o mesmo não aconteceu ao abordar o OUTRO em seus pronunciamentos (14), reforçando a sua característica de evitar a polêmica com seus adversários. O enunciado mais elucidativo foi proferido pelo próprio candidato no dia 16 de outubro:

*"Entre os candidatos que estão aí, vários já foram governadores, vários já foram prefeitos, vários já foram ministros, vários já foram senadores e vários já foram deputados. Verifique em primeiro lugar quem tem vergonha de se dizer político, porque mal ou bem, o presidente da República vai ter que exercer uma função política. (...) Verifique os usos e costumes e o conceito que cada um dos candidatos deixou quando passou por um cargo público executivo. Quem ao final foi respeitado pela sua atuação, quem não foi acusado. Quem afinal passou e o povo o considerou como um governante digno, um governante sério, decente. Faça esse exame, não me importa qual seja a sua conclusão, mas ela, certamente, o levará a melhor escolha."
(16/10/89)*

A fala de Covas aborda dois aspectos distintos: o primeiro, refere-se à crítica que ele faz aos adversários que têm vergonha de se dizerem políticos. E,

o segundo ponto, é a solicitação para que os eleitores analisem o passado político dos demais candidatos. A primeira questão ganha dimensão na campanha eleitoral de 1989, em função de alguns importantes postulantes à Presidência da República negarem sua condição de político, devido a sua baixa popularidade frente à opinião pública. (15) Covas aproveitou e explorou politicamente este gancho.

Mesmo sem nomear quem são os candidatos a quem ele se refere, é sabido que os aludidos são Afif, Collor e Maluf que, várias vezes, durante a campanha se diziam não-políticos, ou relegavam tal condição a segundo plano. Por exemplo, Afif e Maluf se apresentavam em primeiro lugar, como empresários (15/9), e depois se diziam políticos. Já o candidato Collor sempre se apresenta como um *outsider*, um antipolítico, apesar do seu passado como prefeito *biônico* de Maceió, deputado federal e governador de Alagoas.

O segundo aspecto na fala de Covas remete aos outros pronunciamentos: estabelecer a diferença entre os presidenciáveis a partir do *passado* de cada um, ou seja, da sua atuação política. Essa diferenciação deverá ser feita pelos eleitores entretanto, Covas não se furta de pautar os itens que o eleitorado deverá analisar para decidir seu voto. Os requisitos destacados por ele são: dignidade, seriedade e decência. Mesmo não os assumindo como seus, ele dá indícios que se enquadra neste perfil e destaca que aqueles que não se encaixam não servem para a função pública. Mais uma vez, o candidato

do PSDB evita a polêmica com seus adversários de campanha e segue a estratégia de construir sua imagem de moralizador sem desconstruir os demais candidatos.

Como se percebe Covas prefere não nomear seus adversários, apesar de não ignorá-los como o faz Collor. A mesma postura que o candidato tem para tratar os demais postulantes ao Palácio do Planalto é seguida na veiculação da sua imagem: a construção do sujeito moralizador Covas é feita indiretamente, ficando pouco claro para o eleitor o que seria o não-moralizador e qual a relação daquele sujeito com a solução da grave crise do país.

4.3. PAULO MALUF: *a história está ao meu lado*

Para apresentar-se como sujeito moralizador, Maluf resgata seu passado político, destacando a lisura de sua atuação quando ocupou cargos públicos. Tem-se aí, um dos principais elementos constitutivos da sua identidade política. Esta estratégia discursiva também é utilizada por Covas, mas Maluf introduz uma diferença: preocupa-se em contrapor-se aos demais candidatos. Ou seja, para construir sua imagem de moralizador ele desconstrói seus adversários de

campanha, tal postura o aproxima de Collor que também escolhe um alvo inimigo para se contrapor. (16)

Na sua fala de estréia, dia 15 de setembro, Maluf abriu seu horário eleitoral com um pronunciamento que teve como ponto central a figura do próprio candidato, apresentando-se ao eleitorado:

"Será que você não me conhece? Acho difícil que algum brasileiro de qualquer canto deste grande país não ter ouvido falar, ao menos uma vez, de Paulo Maluf. Mas ouviram o quê? Ouviram que o Paulo Maluf era o diabo na terra, sabe por quê? Porque isto era o que os homens que hoje estão no poder, os mesmos homens que fundaram a Nova República queriam que você ouvisse.(...) Deturparam e denegriram a minha imagem, esabe por quê? Porque sabiam que se o Paulo Maluf ganhasse as eleições presidenciais de 4 anos atrás não teriam tido os privilégios e as mordomias que tiveram exatamente nestes últimos 4 anos. A roubalheira, a incompetência, a impunidade não teriam feito parte da história dolorosa do nosso Brasil.(...)" (15/9/89) (1ª parte)

Neste fragmento Maluf busca claramente estabelecer uma divisão na sua imagem: a falsa - *diabo na terra* -, construída pelos *homens da Nova República*, e a verdadeira - *reserva da probidade* -, que será apresentada por ele na continuação do pronunciamento. Para fazer esta passagem, o candidato do PDS usa dois argumentos. O primeiro, reafirma a sua distância em relação a Nova República. Para tal ele lembra ao eleitor que foi o candidato derrotado no Colégio Eleitoral, nas eleições de 1985, sugerindo assim, que se ele fosse o vencedor nessa eleição a situação do país seria outra. A escolha de Maluf em

concentrar suas críticas à Nova República deve-se ao fato dele não ter condições de construir seu oponente fora dela, devido a seus profundos vínculos com a ditadura militar.

O segundo aspecto, e que está intimamente ligado ao anterior, refere-se a estratégia discursiva de Maluf em desqualificar os porta-vozes da sua identidade negativa, para assim, desautorizar a mesma. Para levá-la a efeito, ele associa seus oponentes ao roubo, à incompetência e à impunidade. Ao agir assim, o candidato estabelece estas como características da Nova República e, simultaneamente, ele assume o que não é. Ou dito de outra maneira, através da rejeição destes qualificativos, Maluf começa a definir a sua identidade.

Na continuação do pronunciamento precedente Maluf afirma:

"(...) Pois bem, o Paulo Maluf que hoje está aqui diante de vocês é um Paulo Maluf cuja a imagem foi resgatada pela incompetência dos homens que estão no governo e outros que comigo disputam esta eleição que fundaram a Nova República e que hoje fingem-se de oposição. A minha independência, coragem, conhecimento dos problemas e, sobretudo, a minha obstinação assustam a todos esses políticos. Eles têm medo de mim e é por isto que você não deve ter medo de mim. Eles são tão falsos que até negam ser políticos. Não, não se deixe enganar outra vez. Meus amigos, nestes 60 dias vou mostrar a vocês o drama que se tornou a vida do meu povo. Histórias escritas pelo governo da Nova República e pelos homens que a ele pertencem e que hoje, se disfarçam em oposição. (...)"
(15/9/89) (2ª parte)

Não há aqui referência explícita a nenhum dos seus adversários de campanha. A divisão que o candidato faz do espaço político não é em termos

partidários ou ideológicos, mas o embate se dá entre o certo e o errado, o bom e o mau, o verdadeiro e o falso. Em outras palavras, o divisor de águas são as atitudes frente a sociedade. Os opositores de Maluf estão dentre os últimos, os quais, na primeira parte do enunciado, ele procura invalidar a acusação que fazem sobre si próprio. Ao desqualificar o seu oponente, o candidato do PDS constitui-se como a única fonte autorizada a falar sobre a sua imagem. Esta, que Maluf transforma em positiva, tem como características a *coragem*, a *independência* e a *obstinação*. Assim, na medida em que sua identidade vai se revelando ela termina por ser simplesmente a imagem oposta aos *homens da Nova República*.

Retomando-se as qualidades citadas por Maluf é interessante detalhar por que o candidato as destaca. Ao apresentar-se como independente ele quer mostrar que não possui nenhuma vinculação com a *Nova República*. Conseqüentemente, nenhuma responsabilidade com os *privilégios*, *mordomias*, *roubalheiras*, *incompetência* e *impunidade* que vigoraram nos quatro anos precedentes ao pleito presidencial. Os adjetivos *corajoso* e *obstinado* são merecidos pela postura oposicionista de Maluf frente à Nova República. E por último, dizendo-se conhecedor dos problemas do país, o candidato pedessista pretende destacar a sua experiência como homem público, qualidade que o habilita, mais que a seus adversários, a ocupar o cargo de presidente da República. Pela lógica do candidato, sendo ele o mais conhecedor, também será o mais capaz para resolver os problemas do país. Como pode-se constatar,

a -imagem de Maluf é completamente diferente da caracterização que os outros apresentaram dele.

No seu pronunciamento inaugural no horário do TSE, destacado anteriormente, Maluf veicula sua auto-imagem e desconstrói a identidade dos seus opositores. Agora, na fala a seguir reproduzida, transmitida no dia 22 de setembro, o candidato nomeia quem são seus adversários:

"(...) o PMDB e outros partidos que estão no poder - PT, PDT, PRN - tiveram a incrível capacidade de fazer as coisas mais absurdas fingindo dignidade. Tudo que eles criticaram antes a Nova República, por eles criada, fez muito mais. Exemplo, nunca nomeei um filho, nunca nomeei um primo, nunca nomeei um cunhado, nunca nomeei um sobrinho, nunca dei nenhuma concessão de rádio ou televisão para um parente ou para um amigo. E eles o que fizeram? Eles, eu desafio a maioria dos políticos dizerem que fizeram com a mesma dignidade que eu fiz, o governo que eu fiz.(...) Agora, nós é que fazemos as perguntas e as cobranças. Dr.Ulysses, Dr.Collor, Dr.Covas, vocês quando estiveram no governo, vocês que nomearam dezenas de milhares de amigos, correligionários e parentes, vocês que deram concessão de rádio e de televisão para os seus compadres. Vocês não vão tirar o corpo fora nesta campanha, não.(...) Vocês hoje vão ter contas a ajustar com as urnas. Eu não tenho receio não, porque nunca fiz isto antes. Eu hoje posso estar de cabeça erguida porque a história está a meu lado, o vento a meu favor". (22/9/89)

No dia 15 de setembro Maluf identifica seus inimigos genericamente, apenas como *homens da Nova República*. Neste enunciado eles estão claramente nomeados: Ulysses, Covas e Collor. Apesar da identificação partidária de cada um dos candidatos, não é a referência ideológica que os

separa de Maluf e sim, as suas atitudes enquanto atores políticos. As denúncias de clientelismo, fisiologismo e nepotismo constituem a forma escolhida pelo candidato do PDS para construir seus adversários como não-moralizadores, reforçando a diferença e a distância entre Maluf e os demais candidatos. Esses três elementos se transformam em um sistema de equivalência frente a ação da Nova República, que se constitui em seu inimigo.

Da leitura dos dois fragmentos discursivos surge que a identidade de moralizador de Maluf se faz cada vez mais transparente, construindo-se como uma reserva da probidade. Esta aparece definida nos seus enunciados a partir da negação, ou seja, para se chegar ao sujeito moralizador Maluf é preciso remeter-se a sua negação, ao que se chamaria de não-moralizador, isto é, a Nova República. Ao apontar os favores do Executivo, o mau uso do cargo público e os abusos de alguns políticos dirigentes, ele dá a sua candidatura um toque antigovernista e capitaliza a hostilidade difusa do eleitorado, no contexto eleitoral de 1989, com relação a este comportamento político. O anseio de renovação cria um modelo ideal de político que seja o oposto representado pela Nova República, ele aproveita esta conjuntura política e se apresenta como tal. Entretanto, a sua construção discursiva apresenta uma fragilidade. Apesar de construir o seu lado positivo, o candidato não é explícito em associar a sua imagem de moralizador à solução dos problemas nacionais.

4.4. LULA: a promessa de um governo sério

Apesar de ocuparem posições diametralmente opostas no espectro ideológico, Lula, à exemplo de Collor, é outro dos postulantes ao Palácio do Planalto que divide o espaço social em duas forças antagônicas. Ambos os candidatos identificam as forças inimigas em posições irreconciliáveis e destacam que a sua destruição levará à solução da crise brasileira.

Se Collor constrói o antagonismo em oposições de caráter pessoal (EU x ELES), de outro lado, Lula estabelece o NÓS, entendido em seus pronunciamentos como NÓS TRABALHADORES, contra ELES, este último pronome pessoal identificado à CLASSE DOMINANTE. Ao longo dos quase sessenta dias de programação eleitoral gratuita-primeiro turno, apenas em duas ocasiões o candidato da Frente Brasil Popular utiliza o pronome pessoal EU. (17) Com exceção desses dias, a predominância é da 1ª pessoa do plural, dessa maneira a identidade individual do candidato fica diluída no grupo. Ou seja, o EU é substituído pelo NÓS.

É a partir do NÓS que Lula constrói a sua imagem de moralizador. Serão as atitudes moralizadoras implementadas por NÓS da Frente Brasil Popular, quando assumir a Presidência da República, e/ou pela trajetória do partido, isto é, o passado limpo do Partido dos Trabalhadores e de seus militantes, que respaldam o sujeito moralizador. Alguns fragmentos discursivos

justificam o passado limpo atribuído ao PT: *não recebe propinas nas obras públicas (16/9), denunciou a corrupção na Câmara dos Vereadores de São Paulo (17/9), moralizar o Estado (20/9), faz um governo sério (26/10), acabar com a teoria de que é preciso levar vantagem em tudo (26/10), fala a verdade (3/11) e tem moral e dignidade (12/11)*. Essa extensa cadeia de equivalências termina por associar NÓS da Frente Brasil Popular à moralidade no trato da coisa pública.

Enquanto Collor teve grande preocupação em veicular sua personalidade individual, especialmente ao associá-la à moralização pública, ocupando enorme espaço na programação eleitoral do PRN, o mesmo não ocorre com Lula que, como foi destacado no parágrafo anterior, tem sua identidade individual diluída no grupo. Durante a campanha eleitoral, dois pronunciamentos são esclarecedores neste sentido, o primeiro foi ao ar no programa eleitoral do dia 15 de outubro, através da *voz em off*:

"Privatização da MAFERSA, não basta suspender a negociata. É preciso punir os corruptos que estavam tentando lesar o patrimônio do povo. Sarney suspendeu a privatização da MAFERSA, mas isto não é suficiente. Lula entrou com petição junto ao Procurador Geral da República exigindo a apuração das responsabilidades." (15/10/89)

Essa citação transmite ao eleitor, muito claramente, a dicotomização do espaço social. A privatização serve para explicitar aos eleitores como os dois campos estão delimitados: NÓS x ELES. Do lado do NÓS está Lula e a Frente Brasil Popular, cuja a ação é em defesa do interesse geral e do bem comum.

Assim, o povo é construído como seu aliado contra ELES (Sarney e os corruptos), os inimigos que queriam lesar os cofres públicos. No bojo da questão da privatização está a denúncia de que o público é propriedade de alguns. Situação que a coligação partidária não apenas discorda como luta para acabar com ela.

A narrativa da Frente Brasil Popular faz uma dupla construção: a) a imagem construída confere probidade a sua atuação. Ou seja, é através desta imagem que a coligação partidária combate a corrupção; e b) constrói os trabalhadores em antagonismo à falta de probidade no trato da coisa pública.

Mais importante do que o fragmento acima destacado é o pronunciamento do próprio Lula, transmitido no dia 4 de novembro:

“Toda a vez que nós do movimento popular, dos partidos progressistas, do movimento sindical, estamos crescendo na nossa luta, a classe dominante começa a levantar infâmias e mentiras contra nós. Eu sou vítima disso desde 1975 (...). A história se repete agora com mais força, (...) Agora estamos tentando dizer para eles claramente, tentando não, estamos afirmando, dia 15 de novembro a classe trabalhadora brasileira vai chegar ao poder neste país, contra a vontade dos impérios. (...) E aí eles tentam evitar tentando difamar a nossa honra. Tentando difamar dois valores fundamentais que norteiam a minha vida, e que norteiam sobretudo, a vida do meu partido e da Frente Brasil Popular: a nossa moral e a nossa dignidade. E por que eles tentam fazer isso? Exatamente porque eles sabem que eu sou o único candidato que vai mexer com os privilégios deles. Qualquer um outro que ganhar eles não perdem nada. (...) E é disso que eles tem medo, porque eles não querem perder os privilégios. Podem estar certos, podem ter a certeza absoluta que nós vamos mudar a situação deste país. Mesmo porque a experiência já

mostrou para vocês, eles nos acusam antes, e depois que passam as eleições a própria Justiça deles prova a nossa inocência. Eles estão com medo. (...) Eles não querem que a gente ganhe. E nós não precisamos deles. Vocês querem, e nós precisamos de vocês. Por isso vamos vencê-los."
(4/11/89)

A narrativa de Lula adquire especial importância não só pela proximidade do pleito, faltavam 11 dias para sua realização, como pelo seu conteúdo e pela coincidência entre a sua fala e a de Collor. Nesse dia ambos os candidatos exploram o sentimento do medo: Lula referindo-se aos privilegiados e Collor afirmando que Sarney estava com medo.

Os pronunciamentos do candidato, ao longo da campanha eleitoral, têm como característica dividir a sociedade em dois pólos antagônicos, o que Lula volta a fazer neste enunciado. Novamente a polarização se dá entre classe trabalhadora (NÓS) x classe dominante (ELES). A sua estratégia nesta ocasião, teve duas vertentes: por um lado associa estes últimos aos privilégios existentes. Por outro lado, o virtual governo da Frente Brasil Popular é o único que tem o compromisso de acabar com a situação em que se encontra o país. É desta maneira que Lula e o seu partido adquirem uma identidade, simultaneamente, política e diferente dos atores políticos tradicionais. Com a promessa de mexer nos privilégios, não há espaço para outras leituras ou significações: a ruptura com uma sociedade distorcida por interesses particulares só vai ser possível com a vitória da Frente Brasil Popular. Lula deixa claro que qualquer outro candidato que venha a ganhar, representa o continuísmo.

Mesmo assumindo-se como vítima, esta postura não fragiliza os sujeitos envolvidos, ao contrário, a fala é marcada pelo tom otimista e inflamado. Sua força advém do medo que ELES estão sentindo da Frente Brasil Popular. Este sentimento é que os leva a atacar Lula e seus aliados. Por isso, que as infâmias não os fragiliza, ao contrário, os fortalece.

A partir do que foi exposto nos parágrafos anteriores, constata-se que a Frente Brasil Popular não teve muita preocupação em veicular sua imagem moralizadora, bem como não associou-a, exclusivamente, a pessoa de seu candidato. O mesmo não acontece quando o objeto são seus adversários de campanha. Estes ocupam grande espaço na programação eleitoral da coligação partidária. Ao abordar o OUTRO, os candidatos identificados ideologicamente com a direita, Collor, Afif e Maluf, são o principal alvo das acusações petista, através dos pronunciamentos de Lula e do *texto em off*. (18) (19) Destes três, é para Collor a dedicação da maior parcela de tempo no horário eleitoral gratuito, que tem na *voz em off* seu enunciador preferencial. (20)

A Frente Brasil Popular procura desconstruir o candidato do PRN mostrando ao eleitorado sua atuação enquanto governador de Alagoas, citando como exemplos: *desvio de verbas da habitação popular* (11/10), *desvio de verbas do SUDS* (19/10), *obras pagas e não concluídas* (19/10), *a Assembléia Legislativa não aprova as contas apresentadas pelo governo Collor* (19/10), *os acordos com os usineiros são prejudiciais aos cofres públicos* (27/10).

Independente da veracidade e comprovação dessa lista de acusações feitas pela Frente Brasil Popular a Collor, o objetivo é desconstruir a imagem deste candidato como possível sujeito moralizador e apresentá-lo como o representante do Brasil Velho, isto é, igual a *miséria, corrupção, impunidade e marajás* (27 e 28/10). Para tal é utilizada a própria vinheta eletrônica dos programas do PRN, o *trem do Collor*, abordando o lado negativo da atuação política do então governador de Alagoas.

Enquanto o PRN utiliza o *trem do Collor* para construir a identidade do seu candidato como sujeito moralizador, de outro, a Frente Brasil Popular apropria-se do mesmo símbolo para desfazer essa imagem. Para tal objetivo, a coligação partidária faz o *trem do Collor* retroceder nos trilhos mostrando com exemplos da sua administração estadual que o candidato do PRN é o condutor do *trem do atraso*. Assim, aparecendo a palavra *impunidade*, o *texto em off* cita um caso do governo Collor - *obras pagas e não concluídas*. No dia 10 de outubro vai ao ar o mais forte ataque em direção à conduta do ex-governador:

"Quanto a Collor de Mello desde o começo foge dos debates porque não tem como explicar ao povo os demandos de seu governo em Alagoas. Collor não explica o escândalo do favorecimento dos usineiros de Alagoas, não explica o empreguismo de seus familiares. Collor não explica onde aplicou as verbas que desviou da área da saúde. Collor não explica por que o tesoureiro de sua campanha, Paulo César Farias, foi processado 70 vezes pelo Banco Central. Collor que se diz caçador de marajás não explica porque usa como seguranças funcionários pagos pelo Governo de Alagoas alguns, inclusive, com salários de marajás.(...)" (10/10/89)

Através desse pronunciamento a Frente Brasil Popular procura desmerecer o candidato do PRN destacando seu envolvimento em casos de improbidade no trato da coisa pública. Há duas idéias subjacentes nesta manifestação discursiva: a primeira, apresenta Collor como diferente de um sujeito moralizador. E, a segunda, transforma a sua pretensa imagem de *novo* em *velho*. As práticas políticas vigentes no *Brasil Velho* e condenadas por Collor, segundo a coligação partidária, também existiam no Governo de Alagoas sob o seu comando.

Ainda no dia 10 de outubro, a Frente Brasil Popular dedica mais espaço na sua propaganda eleitoral para abordar dois adversários: Afif e Collor. Apesar de também criticar este último, a principal censura dirige-se ao candidato liberal:

"(...) Nenhum dos dois aproveita o espaço que tem no horário eleitoral para dar sua opinião sobre assuntos realmente importantes, como por exemplo a grave crise em que o país se encontra: a inflação de 36%, o escândalo que é a negociata para privatizações das estatais. Afif Domingos continua devendo ao povo uma explicação por seu comportamento na Constituinte. Ele faltou a mais de 500 das 900 sessões e quando votou, votou contra os trabalhadores. Já que ele não fala a verdade a Rede Povo vai falar. (...)" (10/10/89)

Pode-se levantar, em relação a este trecho do pronunciamento, três pontos básicos: privatização, inflação e imagem do candidato Afif. O primeiro aspecto relaciona o processo de privatização à *maracutaia*. Este tema ganha notoriedade em função da polêmica gerada pelo caso MAFERSA, já

mencionado, e pelo início da onda de privatismo, medida defendida pelos candidatos neoliberais e condenada pela Frente Brasil Popular.

O segundo ponto, é que a inflação alta e a falta de probidade no trato dos bens públicos são associados aos dois candidatos. E, o terceiro ponto e último item, é apresentar o candidato Afif como omissos e inimigo dos trabalhadores. Esta imagem do adversário ganha força de verdade ao ser destacado para o eleitor a sua atuação durante a Assembléia Nacional Constituinte.

Pelos fragmentos que foram destacados é possível estabelecer o modelo discursivo de Lula e da Frente Brasil Popular no que se refere à construção da sua imagem e a do OUTRO: são pronunciamentos simples, diretos, preocupados em localizar a falta de probidade administrativa e associá-la a ELES - Collor e Afif representantes da classe dominante. Em um campo oposto encontram-se Lula, seu partido e os trabalhadores, na defesa da moralidade no trato da coisa pública.

4.5. AFIF, compromisso com a verdade

Afif, à exemplo dos candidatos Collor e Maluf, escolhe um inimigo para contrapor a sua imagem moralizadora: a corrupção. Esta transcende qualquer identificação com sujeitos sociais concretos e é o elemento mais importante para se entender a constituição da sua identidade política. No primeiro dia da propaganda eleitoral gratuita, 15 de setembro, o candidato liberal abre seu espaço apresentando-se ao eleitorado e veiculando sua imagem de anticorrupção.

A citação seguinte é uma ilustração perfeita desta afirmação:

"Um dos grandes desafios que nós temos pela frente é o combate à corrupção. E o combate à corrupção só pode ser feito por homens públicos e honestos. E honestidade, minha gente, não é só uma qualidade. Honestidade é uma obrigação. Porque um governante não pode ter telhado de vidro nem rabo preso com ninguém porque ele vai administrar o dinheiro do povo, administrar o seu dinheiro. Portanto, eu lanço aqui um desafio, por favor, examine a minha vida de pai de família, a minha vida de cidadão, a minha vida de administrador público e a minha vida de político. Quero que a verdade seja mostrada a todo o povo brasileiro." (15/9/89)

Em relação a este fragmento discursivo cabe aqui duas observações. A primeira é que o combate à corrupção transforma-se no princípio articulatório da identidade moralizadora de Afif. Corrupção e desonestidade se transformam em um sistema de equivalências frente a ação do candidato, que se constitui em seu inimigo. Depreende-se daí, que o espaço de luta não foi dividido em termos ideológicos, mas o enfrentamento se dá entre honestos e desonestos. Surge

então, o segundo aspecto: a noção de honestidade. Esta está personalizada na ação de Afif a partir das suas atitudes nas duas esferas da sua vida, a pública e a privada.

É interessante o sentido que adquire na sua fala o apelo que o candidato faz para que a sua vida nestas duas dimensões sejam investigadas. Essa estratégia discursiva passa a idéia de transparência. Nesse momento, faz-se pertinente um exercício comparativo entre Afif e Covas no que tange à noção de honestidade. Para o último candidato a honestidade é atestada pela atuação do homem público, ou seja, fica restrita a esfera pública e, o outro aspecto, é que ela é tida como uma exigência do povo. Em contrapartida, Afif trabalha com a idéia de obrigação daqueles que administram a coisa pública e põe sua honestidade a prova desafiando que investiguem suas atitudes enquanto político e como pessoa.

Em dois programas eleitorais ao longo do horário gratuito do TSE, Afif referiu-se à identidade do OUTRO contrapondo-a a sua imagem de moralizador. O pronunciamento mais importante ocorreu no dia 29 de outubro, quando o candidato afirmou:

"Vocês perceberam como eu tenho sido atacado por todos os lados? Vocês perceberam como hoje se começa a falar da luta da direita contra a esquerda? Vocês perceberam que hoje estão querendo impedir as mudanças no Brasil? Porque existe uma direita corrupta sim, que manipula tudo(...). E uma esquerda que quer se opor a direita, mas que não teve a coragem de querer mudar a estrutura do poder porque querem

mudar o poder para continuar oprimindo o povo com a mesma máquina. (...) Aqui nós temos uma direita que mamou até agora e temos a esquerda que em nome das mudanças quer mamar daqui para frente. E aqueles que entram como eu, não comprometidos nem com a direita nem com a esquerda, toma cacete de tudo que é lado com a injúria, com a calúnia, com a difamação promovida por essas estruturas tanto de direita quanto de esquerda, comprometidas com a estrutura de poder. (...) Não, vocês não vão conseguir que eu recue não. Vocês não vão abater a minha moral, não. (...) Não vamos recuar porque estamos querendo construir um novo momento para o Brasil. Nós queremos acabar com este atraso. Porque direita e esquerda são atrasos. Nós vamos para a modernidade, nós vamos para o novo. (...)" (29/10/89)

Apesar de estabelecer dois campos ideológicos, Afif considera esta divisão ultrapassada e, reforçando a idéia já defendida no enunciado anterior, destaca que o embate deve se dar entre honestos e desonestos. Para o candidato o debate ideológico está superado porque esquerda e direita tem a mesma práxis política, isto é, ambas são corruptas. O conteúdo da sua fala é uma dura crítica ao que ele considera o modo tradicional de se fazer política no país, ou seja, o símbolo do atraso. Essa crítica também serve de justificativa para ele se distanciar do sistema partidário e personalizar sua ação. Na sua fala, a direita e a esquerda são construídas como equivalentes a corrupção e por isto, devem ser combatidas. A luta contra a corrupção e a desonestidade tornam-se um princípio articulatório na campanha de Afif, especialmente na veiculação da sua imagem moralizadora.

Se no dia 29 de outubro o OUTRO é abordado de forma mais genérica, no dia 8 de novembro através do *texto em off*, o enunciado tem um alvo

específico: o candidato Covas. No programa deste dia são levantados alguns pontos em relação ao perfil político de Covas, que é apresentado como tendo múltiplo caráter: *diversas faces de um político*, por exemplo, *falta de coerência - ataca a ditadura mas foi prefeito biônico; infidelidade partidária - saiu do PMDB depois da farsa do Plano Cruzado; infidelidade aos companheiros - deixa o PMDB para unir-se aos radicais de esquerda; beneficiamento de amigos quando prefeito de São Paulo*. Este último item é lançado para os eleitores sem esclarecer que tipo de beneficiamento ocorreu, e sem mesmo apresentar documentos que dessem respaldo a tal afirmação. O que interessa a Afif é rotular negativamente seu adversário como *incoerente, politiqueiro e clientelista*.

O fato de Afif, através do *texto em off*, ter criticado especificamente Covas pode ser explicado através de dois pontos. O primeiro, é a disputa política entre os dois candidatos para ampliar suas bases eleitorais no estado de São Paulo. Ambos estavam com seus nomes cotados para disputar o cargo de governador do estado no pleito que se realizaria no ano de 1990, por isso a necessidade de marcar posição. O segundo ponto, mais visível que o anterior, é resultado da polêmica que se estabeleceu entre Afif e Covas no 4º Debate dos Presidenciais, ocorrido no dia 5 de novembro.

No referido debate, Covas cobra de Afif a sua ausência do plenário nas principais votações durante a Assembléia Nacional Constituinte, chegando a

chamá-lo de *omisso* (5/11/89). O candidato do PSDB também mostra a nota que o DIAP havia dado para a atuação de Afif durante os trabalhos constituintes: zero. (21) O candidato liberal procura rebater as suas cobranças explicando que as principais discussões e decisões eram tomadas fora do plenário, nas reuniões das Comissões com as lideranças partidárias quando então, eram analisados os pontos mais importantes. (22)

4.6. ULYSSES mostra suas mãos limpas

O PMDB dedica pouco espaço na sua programação eleitoral para veicular a imagem de moralizador de seu candidato. Esta é abordada tanto por Waldir Pires como por Ulysses Guimarães. A manifestação mais expressiva neste sentido, apesar de breve, foi feita pelo próprio Ulysses no dia 22 de setembro:

*"Posso exibir as minhas mãos sem hesitação. Elas não estão tintas de sangue daqueles que foram assassinados e torturados pela ditadura e pelos seus cúmplices, muitos dos quais aí estão. Por igual, elas não estão sujas pela corrupção porque nunca roubei nada de ninguém nem do meu país."
(22/9/89)*

Da leitura do fragmento precedente surge a principal idéia do candidato peemedebista na construção da sua identidade de moralizador. Ulysses estabelece um paralelo entre a sua luta contra a ditadura e o seu combate à corrupção. Assim como ele não aderiu ao autoritarismo, ao contrário combateu-o, ele também não se misturou aos corruptos. Em última instância, a sua luta contra a corrupção é legitimada pela batalha pró-democracia.

É interessante se observar a importância que o *passado* adquire na fala do candidato peemedebista. A estratégia discursiva do PMDB é recorrente e destaca a história de oposição do (P)MDB e o seu passado de luta à época dos governos militares. Quem personifica este passado político é o próprio Ulysses. Resgatando-se alguns fragmentos, no decorrer da campanha presidencial, tem-se que, nesse período, ele foi *corajoso e experiente* (15/9), *lutou pela normalidade democrática* (5/10), *foi um lutador cívico* (7/10), *peregrino da mudança* (31/10). Tais qualidades do candidato se confundem com a própria trajetória do *partido das mudanças*.

Buscando-se o entendimento desta estratégia, percebe-se que sua explicação é bastante clara. No momento da campanha eleitoral de 1989-primeiro turno, o PMDB é um dos partidos de sustentação política do governo da Nova República, através da Aliança Democrática que elegera Tancredo Neves e José Sarney. Esse compromisso político do PMDB o impede de apresentar-se como partido da oposição, na medida em que ele é um partido situacionista.

Decorre deste fato, principalmente, a necessidade peemedebista de explorar ao máximo, o seu passado de *partido da mudança* e de combatividade ao autoritarismo militar na luta pela democracia. O PMDB e Ulysses ficam restritos à época da ditadura porque não tem condições de apontar seu contrário por suas profundas ligações com a Nova República. Para esconder o seu comprometimento com o governo Sarney, o PMDB apega-se ao passado de lutas do MDB.

Voltando a citação destacada acima, constata-se que o espaço social está dividido entre *honestos x desonestos* e entre *ditadura x democracia*. A idéia subjacente nesta divisão é a construção da equivalência entre democracia e honestidade, de um lado e, de outro, a ditadura equivalente a corrupção. Logo, sendo Ulysses apresentado como o guardião da democracia ele também é uma espécie de reserva da probidade.

Quase um mês depois deste pronunciamento, dia 21 de outubro, Ulysses volta a abordar sua imagem:

"(...) defender os governos para que não voltem a ser emporcalhados pela corrupção. Defendê-los para que não sejam assaltados pela direita reacionária e fascista.(...) Defendê-los para que não se tornem cúmplices da inflação, da recessão, (...) e sócios da especulação. (...) A Constituinte foi a barricada da conspiração social pelas mudanças. Fui um dos conspiradores. Orgulho-me de ter sido líder da derrubada dos privilégios, dos especuladores, dos desperdiçadores, dos parasitas do Estado. Quanto ao governo, não tive ou tenho poder. No sistema presidencialista o poder é da competência exclusiva do Presidente da República." (21/10/89)

O primeiro ponto que chama a atenção nesse enunciado é a divisão temporal estabelecida por Ulysses: um período negativo antes da Assembléia Nacional Constituinte; e uma nova fase surgida a partir dela. O resgate do passado recente dá sentido ao candidato no presente e contém três estratégias de sentido: reafirmar a distância de Ulysses da ditadura militar e do governo Sarney, e por último, ressaltar a sua imagem de combatente da improbidade administrativa. Reforçando este terceiro aspecto, o candidato usa um elemento recorrente nos enunciados do PMDB, a metáfora da guerra. O argumento fundamental baseia-se na existência de uma situação social conturbada - corrupção, especulação, desperdício - que é solucionada por uma personagem especial. O líder que faz esta passagem é Ulysses Guimarães. Assim, o candidato adquire uma identidade política e, simultaneamente, diferente dos atores políticos tradicionais.

Ao marcar seu distanciamento do presidente Sarney e do seu governo, como o faz ao final de sua fala, Ulysses busca não só dar um caráter oposicionista a sua candidatura como responder as acusações de seus adversários que o apontavam como responsável pelo governo da Nova República por ter assumido 77 vezes a Presidência do país. Segundo Ulysses o seu poder ficou restrito à Constituinte e nesse fórum ele *conspirou pelas mudanças*. Justifica assim, o que não fez ao assumir a Presidência, ao mesmo tempo que destaca que quando tem poder ele o exerce em prol das mudanças.

Apesar de seu esforço, fica explícito que Ulysses não tem sucesso em popularizar um claro antagonismo com o governo Sarney.

A imagem do OUTRO tem mais espaço entre os peemedebistas, sendo abordada, ao longo da campanha presidencial, tanto por Ulysses como por Waldir Pires. (23) (24) A fala mais esclarecedora foi transmitida no programa eleitoral do dia 9 de novembro, tendo o candidato a vice-presidente como protagonista:

"(...) Vencemos armadilhas, ciladas, traições de toda essa gente que ocupou o poder por tanto tempo e que não quer deixar suas mordomias e os frutos proibidos do enriquecimento ilícito. Essa gente que produziu nos últimos 25 anos uma sociedade tão feia tão perversa e tão desigual. Vencemos e venceremos! É na democracia que cresce a força, o idealismo e a vontade política para mudar essa situação. Ela é o desafio da nossa determinação para construirmos uma Nação decente, honrada e digna. Nosso povo vai votar para presidente depois de 30 anos que roubaram esse direito seu. Esta decisão é fundamental, é preciso não errar, não se deixar enganar. O voto é um ato de grande responsabilidade pessoal. Nesta eleição há candidatos que foram atores, comparsas e cúmplices desses anos e anos de martírio do nosso povo. Entre eles, o senhor Fernando Collor de Mello. De outro lado há os que lutaram sempre nas ruas, nas praças, por toda a parte. O povo os conhece. À frente vejo com orgulho o velho guerreiro comandante do PMDB, Ulysses Guimarães(...)". (9/11/89)

A tônica neste pronunciamento é a mesma dos anteriores, isto é, a luta do (P)MDB contra o regime militar e a sua batalha pela redemocratização do país. Neste enunciado, em particular, o peemedebista busca no passado recente respaldo para apresentar Ulysses como sujeito moralizador e, simultaneamente,

desconstruir a imagem do OUTRO. A diferença entre esta e as outras falas é que nesta Waldir Pires ataca explicitamente um dos adversários de campanha, dirigindo suas críticas a Collor. Este tem seu nome vinculado a ditadura e assim, em função de seu passado político, sua imagem está dissociada da moralidade.

A construção discursiva produzida pelo PMDB associa os governos militares à falta de probidade no trato da coisa pública e por consequência, estando Collor na condição de seu cúmplice, ele é desvinculado da imagem de moralizador. O fragmento do peemedebista traz uma dupla construção: a) a ditadura é corrupta (ditadura = corrupção); e b) Collor é cúmplice da ditadura, logo ele também é um corrupto (Collor = corrupto). A fragilidade da cadeia narrativa surge quando aparece a dúvida sobre esta construção, isto é, até que ponto o eleitor identifica Collor com os governos militares e reconhece estes como corruptos.

Essa dúvida encontra respaldo nos resultados de pesquisa de opinião, realizada em 1989, que mostram pouca clareza dos entrevistados em relação ao período dos governos autoritários: para 15.2% dos entrevistados Ulysses sempre apoiou os militares e nem foi citado entre os que nunca os apoiaram. Brizola aparece como colaborador dos militares para 5.9% dos consultados e é reconhecido como seu opositor para outros 15.2%. Collor, que foi prefeito biônico de Maceió, foi apontado por apenas 5.9% dos entrevistados como colaborador desses governos. (25) De onde se conclui que os eleitores pouco,

ou quase nada, sabem sobre a história política recente do país e não se inquietam com esse desconhecimento ao opinar sobre os candidatos. Esses dados indicam que a polarização estabelecida pelos peemedebistas entre a época da ditadura militar e o tempo da democracia tinha poucas chances de interpelar os eleitores.

4.7. BRIZOLA contra os *políticos ordinários*

O PDT se diferencia dos demais partidos que disputam o pleito presidencial de 1989 no que se refere à construção da identidade moralizadora de seu candidato, Leonel Brizola. Ao invés do próprio candidato apresentar-se como moralizador, o partido lança mão do depoimento de dois enunciadores, Cidinha Campos e Luís Carlos Prestes. (26) Cabe a eles a tarefa de destacar em suas falas a imagem moralizante de Brizola. Embora Cidinha Campos não tenha sido uma das principais enunciatóras do PDT ao longo da campanha eleitoral, a importância do seu pronunciamento, ocorrido no dia 16 de setembro, justifica a reprodução e análise em detrimento da fala do ex-dirigente comunista:

"(...) Tem gente que diz que só pobre vota em Brizola. Mentira! Empresário bom caráter também vota no Brizola. Eu tenho um amigo, Dr. Osmar Xavier, ele é dono da CIBRAM única fábrica

brasileira de antibióticos. Quando o Brizola foi eleito governador do Rio o Dr. Osmar cumpriu aquela antiga rotina de pedir que o Estado fornecesse energia na potencialidade exata para que não se perdesse toneladas de medicamentos todos os meses. Os secretários de Brizola levaram luz até a CIBRAM e nunca apareceu ninguém lá para pedir a comissão, aqueles 20%, o PF. Quem conhece o Brizola, vota no Brizola."
(16/9/89)

Dois aspectos sobressaem nitidamente do fragmento precedente e, estão intimamente ligados: a) definição do eleitorado brizolista, e b) ação do Governo Brizola. Ambos os aspectos convergem para o mesmo ponto, isto é, a identidade moralizadora de Brizola. Quanto ao primeiro aspecto, a porta-voz do PDT busca restabelecer a verdade desconstruindo o que considera uma inverdade - *só pobre vota em Brizola*. O contraponto estabelecido é que os ricos também fazem parte do seu eleitorado. Entretanto, uma ressalva é feita: apenas o *rico bom* é seu eleitor. A divisão do espaço social entre bons e maus tem uma clara explicação: a tentativa do partido em diminuir a imagem de radical do seu candidato, pasteurizando qualquer confronto entre ricos e pobres. Adotando a posição de que eles não são sujeitos sociais antagônicos. A partir daí, um novo corte é estabelecido: de um lado, ricos maus, e de outro, ricos bons + pobres. Esta equação social resulta na definição dos eleitores brizolistas, assim o candidato tem sua base eleitoral ampliada, na medida em que incorpora os *ricos bons* e, elimina possíveis resistências, por parte do empresariado, ao nome de Brizola, visto com desconfiança por alguns setores da elite brasileira.

É interessante notar que para construir a sua verdade, o PDT adota uma dupla estratégia: incorpora um novo interlocutor e cita uma história passada. O objetivo desta última é que o resgate da situação vivida dá sentido ao candidato no presente. Ou seja, o exemplo trazido a público mostra como é a prática política de Brizola.

Quanto ao novo personagem, o empresário Osmar Xavier, sua escolha adquire especial importância na medida em que toca num ponto crucial da AD: o enunciador autorizado. (27) Nesse caso existem duas vozes autorizadas: Cidinha Campos, que institui-se como porta-voz porque pode atestar a veracidade do episódio. Ou seja, a sua autoridade advém do fato dela ser amiga do protagonista do episódio. E o outro interlocutor, Osmar Xavier, constitui-se como tal por ser a personagem central do fato. O seu testemunho, favorável ao candidato, adquire legitimidade porque provém de alguém tido como respeitável, idôneo e que é alguém de fora do campo político, o que lhe confere o estatuto da imparcialidade. Ao mesmo tempo que ele é imparcial ele enquadra-se no perfil *rico bom e eleitor de Brizola*.

Ao descrever a situação em que o empresário solicita um serviço do Estado, quando Brizola era o governador do Rio de Janeiro, e nenhuma propina foi cobrada, Cidinha Campos toca em dois pontos cruciais. O primeiro, consiste na denúncia da existência anterior de uma sociedade distorcida por interesses particulares e políticos corruptos.

O segundo aspecto e que é decorrência do anterior, é o destaque para a diferença entre a prática política de Brizola e dos demais governantes. Ou seja, a administração brizolista é eficiente e honesta. Desta forma está sendo destacada a lisura da sua atuação enquanto homem público. A divisão estabelecida por ela se dá em termos temporais, antes de Brizola e agora, e também entre duas práticas políticas, a sua e a de seus antecessores.

O relato do episódio tem por objetivo apresentar a imagem moralizadora de Brizola. Entretanto, os principais personagens envolvidos na situação descrita, além de Osmar Xavier, são os *secretários de Brizola* que em nenhum momento são identificados. Foram eles que providenciaram o serviço e não cobraram a propina. Serviço que, em última instância, não é nenhuma benesse do poder público, mas uma obrigação do Estado. Atente-se para o fato que o adjetivo empregado ao empresário, *bom caráter*, na realidade, se aplica aos assessores de Brizola. Estes apenas servem de pano de fundo para destacar a identidade moralizadora do candidato pedetista. O importante a destacar é que não só ele, como sua assessoria, têm como características idoneidade, honestidade e competência.

Ao construir o sujeito moralizador Brizola, o PDT usa o recurso do depoimento de outros interlocutores. O mesmo não acontece quando seus adversários de campanha são abordados. (28) É o próprio candidato pedetista que, no dia 18 de setembro, refere-se a Collor, Affonso Camargo, Afif, Caiado,

Covas, Lula, Maluf e Ulysses, de forma bastante crítica. Assim se pronuncia Brizola sobre o OUTRO:

"(...) Tudo fazem para confundir. Vejam esses programas de televisão, toda essa técnica, este jogo de imagem colorida, esses movimentos. Tudo se destina a te confundir, meu irmão, minha irmã. Todos esses políticos querem te confundir (aparece a imagem dos seguintes presidentiáveis: Collor de Mello, Affonso Camargo, Afif, Maluf, Caiado e o nome de Ulysses, Lula e Covas). Eu me sinto no dever de dar este depoimento ao povo brasileiro.(...) Eu vos afirmo que em época alguma eu vi nosso país entregue a políticos tão ordinários como que temos nesses tempos.(...) O que poderia justificar um ano mais para o governo Sarney? Qual era o argumento, qual a razão se se tratava de um governo fracassado? Pois deram mais um ano. Então a conclusão obrigatória: pior que o governo Sarney são os políticos que lhe deram mais um ano. E a troca de canal de rádio, de televisão, dá lá toma cá, é dando que se recebe. Enfim, coisas indecorosas. Se o povo brasileiro realmente decidir que eu deva ser o Presidente,(...) eu afirmo que vou anular essas concessões todas de rádio e televisão, porque no fundo tudo isso não passa de uma imoralidade." (18/9/89)

A fala de Brizola está permeada pelo tom da denúncia e da indignação, e vai em uma direção: desmascarar os demais postulantes ao Palácio do Planalto. Para dar força de verdade ao seu texto, o candidato do PDT resgata o episódio *mais um ano de governo para Sarney*. É oportuno situar a sua declaração, lembrando o acontecimento que a precedeu. Para obter a aprovação no Congresso Nacional da emenda que aumentava de quatro para cinco anos o mandato presidencial, o presidente Sarney distribuiu concessões de rádio e de televisão entre os congressistas. Esta troca de favores entre o Executivo e alguns membros do Legislativo ficou conhecida como *toma lá, dá cá*.

A denúncia de clientelismo constitui-se, precisamente, na forma escolhida por Brizola para desmascarar seus adversários e, simultaneamente, criticar o governo Sarney. Esta opção serve de parâmetro no julgamento das atitudes dos demais candidatos bem como, reforça a postura antigoverhista e moralizadora de Brizola. O procedimento adotado pelo candidato do PDT desqualifica a idéia, *cinco anos para Sarney*, como também desclassifica aqueles que a defendem. A cadeia narrativa de Brizola apresenta uma fragilidade: até que ponto o eleitor identifica os referidos candidatos como os responsáveis por mais um ano de governo para José Sarney. A imediata relação fica prejudicada na medida em que Collor, Maluf e Lula, à época da votação da emenda, não detinham mandato parlamentar. Portanto, não poderiam ser os responsáveis diretos pelos cinco anos de governo Sarney. Também cabe ressaltar que o candidato Collor constrói a sua imagem como o anti-Sarney e chega ao ponto de declarar em dois programas eleitorais, dias 17 de setembro e 12 de novembro, que *foi perseguido pelo presidente da República porque foi contrário a mais um ano de mandato presidencial*.

Brizola trata de desmerecer o(s) OUTRO(S) com envolvimento em práticas clientelísticas e fisiológicas e assim, estabelece a divisão entre duas práxis políticas: a sua e a de seus adversários. Desta forma o pedetista se coloca como a opção política para o Brasil, indo ao encontro do anseio de renovação que tem como modelo ideal de político aquele que seja o oposto representado pela Nova República e por José Sarney. A articulação de um

sujeito moralizador a uma ação específica (anular todas as concessões de rádio e de televisão) traduz a tentativa de apresentar-se como representante e realizador deste sujeito.

As eleições presidenciais foram um terreno fértil para o surgimento da figura do salvador. Uma consequência direta da crítica situação em que o país se encontrava em 1989, aliada ao fato de ser uma eleição solteira e ao modelo de presidencialismo vigente no país. Esses aspectos tendem a diminuir a importância dos partidos e aumentar a dos candidatos, favorecendo a personalização das ações dos políticos.

Collor soube, com muita habilidade, aproveitar-se dessa conjuntura e apresentou-se como um *outsider*, cuja maior característica é negar a política vigente, apesar de seu passado de prefeito, governador e parlamentar. Para levar a efeito sua estratégia de antipolítico e constituir-se em sujeito moralizador, ele encenou e dramatizou, com alta dose de exagero, situações concretas. Um exemplo foi quando o candidato se postou em frente a sua casa em Brasília e, perante a câmera de televisão, prometeu continuar morando nela assim como seus ministros e assessores, caso fosse eleito presidente. Collor estabeleceu uma direta relação entre as mordomias e o déficit habitacional. Ao prometer acabar com elas o candidato indica o caminho para resolver o crônico problema da habitação no país. Somente o sujeito moralizador Collor, com suas qualidades

peçoais, seria capaz de acabar com os privilégios de alguns e moralizar o Brasil. Foi fundamental na sua imagem de moralizador, apresentar-se ao eleitor em antagonismo ao presidente José Sarney e atribuir a ele toda a responsabilidade pela deteriorada situação sócio-econômica em que a nação se encontrava.

Se Collor construiu seu inimigo em termos pessoais, Lula, por sua vez, construiu um inimigo classista: a classe dominante. E foi em relação a ela que o candidato petista estabeleceu o antagonismo fundamental. O espaço de luta estava dividido em dois pólos antagônicos: de um lado, nós/trabalhadores e, de outro, eles/classe dominante. Esta última foi associada a uma extensa cadeia de equivalências ligando-a à crise, à inflação e à corrupção. Em um campo oposto estavam Lula, a Frente Brasil Popular e os trabalhadores, representando a probidade no trato da coisa pública.

O principal elemento na construção da imagem moralizadora de Lula foi o *passado limpo* do Partido dos Trabalhadores. O passado também foi a principal fonte para desconstruir Collor como sujeito moralizador, para tanto foram resgatadas as suas atuações à frente da Prefeitura de Maceió e do Governo de Alagoas.

Não só os petistas lançaram mão do passado para constituir sua identidade moralizadora, os outros cinco candidatos também tiveram nele um

elemento definidor na sua postura. Maluf, Covas e Brizola já haviam ocupado cargos no Poder Executivo e apelaram para os eleitores analisarem seus desempenhos na função pública.

Para Maluf foi importante a sua combatividade ao nepotismo e a distância entre ele e seus adversários foi dada pelas atitudes desses políticos, os quais estavam todos vinculados à Nova República. O princípio articulatório em Covas e Brizola foi destacar sua eficiência, honestidade e competência quando ocuparam os cargos de prefeito de São Paulo e governador do Rio de Janeiro, respectivamente.

Afif trazia em sua bagagem política apenas uma passagem pela Secretaria da Agricultura, durante o Governo de Paulo Maluf, e a experiência como deputado federal constituinte, e dividiu o espaço de luta entre honestos e desonestos. Sendo que do lado dos honestos estavam todos aqueles que combatiam a corrupção e a politicagem. Apesar do distanciamento ideológico que Afif sempre ressaltou ao tomar como superada a divisão entre esquerda e direita, ele não se apresentou como um *outsider*, ao contrário, apelou para que os eleitores analisassem sua vida privada e pública.

A agremiação partidária teve um peso importante na construção da imagem moralizadora de Lula e Ulysses, mas de forma diferenciada. Ulysses foi buscar no passado de lutas do (P)MDB o respaldo necessário para combater a

falta de moralidade no trato da coisa pública. Foi porque ele combateu a ditadura e lutou contra o autoritarismo é que Ulysses tem legitimidade para acabar com a corrupção. O candidato do PMDB fica restrito ao período dos governos militares porque não tem condições de construir seu contrário fora dessa época devido as suas vinculações com o governo Sarney.

NOTAS

(1) O conceito de sujeito gramatical é bastante simples e deve ser entendido como sendo: quem fala, ou, de quem se fala em uma oração. In CEGALLA, D. **Novíssima Gramática da Língua Portuguesa**. São Paulo: Nacional, 1976, p.214.

(2) LACLAU, E. & MOUFFE, C. Op.cit., p.116.

(3) Ver PINTO, C. Brasil - eleições presidenciais/89: Collor e Lula na batalha pelo voto. Cadernos de Estudos do PGH/UFRGS, Porto Alegre, n.5, maio, 1991, p.2.

(4) MOISÉS, J.A. Op.cit. p.136.

(5) idéia desenvolvida por CÉLI PINTO In: Tendências..., Op.cit., p.93-109.

(6) Os nove programas foram transmitidos nos seguintes dias: 17/9, 26/9, 7/10, 15/10, 1º/11, 3/11, 4/11, 9/11 e 12/11.

(7) MOISÉS, J.A. Op.cit. p.164.

(8) Cf. dados sobre o déficit habitacional no jornal ZERO HORA, de 20/5/89, p.21.

(9) Publicado pela revista ISTO É/SENHOR, nº 1010, de 25/1/89, p.27.

(10) Os dias em que Collor aborda o OUTRO/SARNEY foram: 28/9, 2/10, 7/10, 3/11, 4/11 e 7/11.

(11) No segundo turno da campanha eleitoral de 1989 a preocupação deslocou-se para o Partido dos Trabalhadores/Lula, nos seguintes dias: 29/11, 30/11, 1º/12, 5/12, 6/12, 7/12, 9/12, 10/12, 11/12 e 12/12.

(12) Collor ataca tão fortemente Sarney, nos dias 4 e 7 de novembro, que o presidente obtém no TSE o direito de resposta no espaço eleitoral do PRN.

(13) Os dias foram esses: 17/9, 27/9, 10/10, 11/10, 16/10, 17/10, 29/10, 1º/11 (José Serra), 8/11 (Prefeito de Campina Grande/PB) e 9/11.

(14) Tal ocorreu em cinco dias: 27/9, 11/10, 16/10, 17/10 e 24/10.

(15) MOISÉS, J.A. Op.cit., p.164.

(16) Maluf foi o presidenciável que mais espaço dedica para a desconstrução do OUTRO: 12 programas no decorrer do horário eleitoral do TSE, transmitidos nos seguintes dias 15/9, 22/9, 23/10, 25/10, 26/10, 28/10, 29/10, 30/10, 2/11, 5/11, 7/11 e 8/11. Destes programas, 7 foram dedicados a fazer críticas ao PT e/ou ao Lula e em outros 5 programas foram abordados os demais candidatos a presidente da República. Nos dias 5 e 17 de outubro Maluf é chamado de *filhote da ditadura* por Lula e Brizola, no dia 27 do mesmo mês ele responde aos dois candidatos.

(17) Ocorreu nos dias 28/10, quando Lula aborda o tema *acidentes de trabalho*, do qual ele também foi vítima, e 4/11. No segundo turno do pleito presidencial Lula utiliza o pronome pessoal EU em duas ocasiões: 30/11 e 1º/12.

(18) As críticas aos candidatos Collor, Afif e Maluf ocorreram nos dias 5/10 e 17/10.

(19) Na programação eleitoral do dia 5 de outubro, e reprisado no dia 17, através do *texto em off*, Collor, Afif e Maluf são chamados de *filhos do Sarney*. O texto na sua íntegra foi o seguinte:

"O passado condena: Sarney era do PDS e andava com Collor que era do PDS e andava com Maluf que era do PDS e andava com Afif que era do PDS e andava com Collor que era do PDS, que andava com o Sarney que era do PDS e foi para o PMDB. E que hoje nem o PMDB quer saber dele." (5 e 17/10/89)

(20) Collor foi abordado nos seguintes dias: 5/10, 10/10, 11/10, 17/10, 19/10, 27/10 e 28/10.

(21) DIAP - Op.cit. p.36.

(22) Para responder as acusações de Lula e Covas, assim se pronuncia, no dia 12 de novembro, o candidato Afif:

"(...) O muro hoje caiu na Europa. A minha missão é impedir a sua construção no Brasil. (...) Por isso sofremos, por isso quiseram calar a minha voz, falsificaram a minha imagem, distorceram a realidade. Como chamar de omissos a mim que juntos com companheiros arreventamos a ditadura da turma que quis colocar um muro na Constituição brasileira: um projeto atrasado para o país. Quiseram me indispor com os trabalhadores porque fui o autor do capítulo dos direitos sociais, que lutou para arreventar o muro da cúpula sindical fascista.(...)".

(23) Ulysses se manifestou no dia 21/9.

(24) Esses dias foram 28/9 e 9/11.

(25) Pesquisa TOLEDO & ASSOCIADOS, publicada na revista ISTO É/SENHOR de 27/9/89.

(26) Seus pronunciamentos foram ao ar nos programas eleitorais dos dias 16/9 e 18/10, respectivamente.

(27) O sociólogo PIERRE BOURDIEU trata do *enunciador autorizado* no capítulo 2 da sua obra **?Qué significa hablar?** economia de los intercambios linguisticos. Barcelona: Akal, 1985, p.63-104.

(28) Isto ocorreu em apenas dois programas do PDT: dias 18/9 e 31/10.

CONCLUSÃO

As hipóteses levantadas na Introdução deste trabalho tratavam de dar conta da forma como a moralização pública foi construída nos discursos dos candidatos à Presidência da República, ao longo do primeiro turno da campanha eleitoral de 1989, no decorrer do horário noturno da propaganda eleitoral gratuita. Uma atitude efetiva de moralização no trato da coisa pública foi a proposta dos presidencialistas como solução para a crise brasileira. Essa deveria ser empreendida por um sujeito moralizador, procurando cada candidato apresentar-se como tal.

Uma das características da eleição para presidente da República foi a baixa identificação partido-candidato. Este pressuposto também se aplica quando da análise do discurso da moralização pública. Constatou-se que, em maior ou menor grau, a moralização pública foi temática recorrente nas manifestações discursivas dos candidatos que foram analisados, independente

da sua posição no espectro ideológico. Foi um tema relevante nos pronunciamentos dos representantes de direita (85%), centro (44%) e esquerda (41.5%), especialmente Collor, Covas, Lula e Maluf. Confirmavam-se assim resultados de pesquisas de opinião segundo as quais 2/3 dos entrevistados declararam a importância atribuída à identificação de *competência, capacidade administrativa e propósito de ação moralizadora na política*.na escolha de um candidato.

As condições emergenciais do discurso da moralização pública devem ser buscadas na crise brasileira. No plano sócio-econômico, o país apresentava uma inflação crescente, déficit público incontrolável, aumento do nível de desemprego e um arrocho salarial sem precedentes, além de manifestações de violência e de criminalidade. No campo político, o governo Sarney era acusado de ineficiente e clientelista, sendo a imagem dos políticos, perante a opinião pública, acentuadamente negativa. Consequentemente, havia rejeição aos políticos profissionais e àqueles identificados com a política de interesses pessoais, a corrupção e a malversação do dinheiro público.

Independente da postura ideológica dos sete candidatos aqui analisados, verificou-se que havia um ponto de convergência nos seus pronunciamentos: a crise brasileira, tendo na inflação e na corrupção suas principais significações. Ambas tornaram-se um ponto nodal, isto é, significavam todo o mal presente no país. Constatou-se ainda que a corrupção não foi

apresentada apenas como um significante da crise, mas como a própria causa da inflação. A equivalência inflação = corrupção foi significada como essencial no discurso dos candidatos. Esta relação de causa e efeito foi importante por oferecer um elemento para a articulação da identidade dos candidatos enquanto sujeito moralizador.

Durante toda a campanha presidencial, os dois grandes temas da política nacional - corrupção e inflação, foram identificados concretamente com o governo Sarney. Por essa razão, todos os candidatos à Presidência da República se declararam, de alguma forma, opositores àquele governo, identificado como o responsável pela crise, inflação e corrupção.

Apesar da convergência ao identificar um sujeito comum como responsável pela crise, cada candidato imprimiu sua marca ao discurso. Em relação ao tempo histórico estabelecido para a crise, foi possível delinear dois grupos: os conservadores, representados por Collor e Maluf, limitavam esse período à Nova República, já que, por sua notória vinculação com o regime militar não tinham condições de construir seus oponentes fora deste período. Por outro lado, os candidatos do centro e da esquerda enfatizaram a longa duração da crise, retrocedendo aos *últimos 25 anos*, quando da implantação da ditadura militar. A Nova República foi mencionada apenas para destacar o agravamento da situação do país neste período.

A problemática situação em que o país se encontrava em 1989 propiciou o aparecimento do *discurso de ruptura*, que caracteriza-se por dividir o espaço de luta em dois pólos antagônicos em que cada um se apresenta como a negação do outro, construindo-se como propostas de rupturas. Em que pese a grande distância ideológica entre Collor e Lula, ambos enquadravam-se neste tipo de discurso e tanto um candidato como o outro tiveram seus discursos fortemente marcado pelo antagonismo e pela identificação de um inimigo.

Collor identificou a crise ao presidente Sarney, que foi nomeado como o responsável pela grave situação que o país atravessava. Ou seja, a corrupção e a inflação existiam por causa das características negativas de José Sarney - *corrupto e incompetente*. O presidente foi construído como o principal alvo a ser combatido e a sua destruição levaria à solução dos problemas. Assim como a crise tinha um conteúdo condensador e simbólico, o seu fim tinha a mesma natureza. Enquanto Collor construiu as relações de antagonismo em termos pessoais, Lula, por sua vez, construiu em termos classistas e colocou ao seu lado os trabalhadores contra a classe dominante. Para este candidato o antagonismo fundamental era entre *nós/trabalhadores x eles/classe dominante*.

A situação de crise, miséria, inflação e corrupção, deram condições para o surgimento do *outsider*. Em relação à construção dessa figura, a trajetória de Collor desenvolveu-se de forma peculiar: o candidato, habilmente, soube tirar proveito da saturação do eleitor e da conjuntura do momento político-eleitoral,

apresentando-se como o *salvador*. Collor teve êxito em construir-se assim, investindo fortemente em si mesmo. Para tal calcou sua campanha no perfil antipolítico, distanciando-se dos partidos e dos políticos, apresentou-se como o paladino da virtude, com ideais incorruptíveis, real ameaça a privilégios e aos privilegiados. Seu estilo foi acentuado pelas cores e imagens que a televisão permite, com graus de dramatização e exagero.

Se para constituir-se em *salvador*, que em última instância era o sujeito moralizador, Collor enfatizou seus atributos pessoais: firmeza de caráter, juventude, coragem e honestidade. Lula, ao contrário, teve sua identidade individual diluída no coletivo. A imagem de moralizador do candidato e da Frente Brasil Popular foi construída através do destaque conferido ao *passado limpo* do Partido dos Trabalhadores, pautado pela implementação de medidas moralizadoras, bem como pela honestidade de seus militantes. Para tanto, o candidato estabeleceu uma extensa cadeia de equivalências, associando *nós da Frente Brasil Popular* à moralidade no trato da coisa pública.

Diferentemente de Collor e Lula que construíram o antagonismo e dividiram o país em duas forças inimigas, os demais candidatos - Afif, Maluf, Covas, Ulysses e Brizola - tiveram um discurso que caracterizou-se pela construção de um sistema de relações diferenciais, neutralizando o antagonismo e substituindo-o pelo apelo integrador.

Maluf e Covas destacaram-se no desenvolvimento desse tipo de discurso. Ambos apontaram que a crise vitimava a todos os cidadãos, ricos e pobres, e conclamaram todos os brasileiros, indistintamente, a contribuir para a solução dos problemas do país. O eleitor, no entanto, na condição de quem sofria os efeitos da crise e impotente para resolvê-la, não era visualizados como agente ativo das mudanças. A sua participação seria restrita ao exercício do voto, através do qual escolheria o candidato que implementaria as mudanças necessárias, o *salvador*.

Foi consenso entre todos os candidatos engendrar a expectativa de que a crise, senão resolvida, seria ao menos amenizada com a eleição do novo presidente da República, cujo os atributos pessoais ou as ações de governo seriam pautados pela probidade no trato da coisa pública. Também foram unânimes os candidatos em descrever o presente em termos negativos e prometer um futuro promissor. O passado, conectando o presente e o futuro, adquiriu um sentido especial nos discursos dos presidenciáveis, tornando-se um elemento importante na identidade política de cada um. Afif fez um apelo para que seu passado como cidadão e como homem público fossem analisados. Maluf destacou a honradez de sua conduta ao ocupar cargos públicos, contrastando-a com a falta de moralidade vigente na Nova República. A identidade revelada por Maluf terminou por ser simplesmente a imagem oposta aos políticos da Nova República.

Covas e Ulysses buscaram no seu passado político elementos de sustentação para caracterizar-se como sujeito moralizador. O primeiro caracterizou-se por evitar a polêmica durante a campanha, optando por um discurso argumentativo. Tendo como parâmetros sua experiência e honestidade no desempenho de funções públicas. Sob essa ótica, o passado de um homem público seria o atestado, a prova para a condenação ou absolvição de um homem público, servindo de elemento julgador.

Devido as suas ligações com o governo Sarney, Ulysses apegou-se ao passado de lutas do MDB, destacando com ênfase o combate à ditadura militar e o papel que representou no processo de redemocratização do país. Estabeleceu um paralelo entre sua luta contra o regime militar e o seu combate à corrupção: do mesmo modo como não aderiu ao autoritarismo, mas combateu-o, Ulysses também não se envolveu com os corruptos. Em última análise, sua luta contra a corrupção foi legitimada por sua batalha pró-democracia. A fragilidade dessa cadeia narrativa se evidencia, no entanto, à medida em que surgem dúvidas sobre esta construção, isto é, até que ponto o eleitor identificava Ulysses como opositor dos militares. Do mesmo modo, pode-se questionar o peso que o passado dos candidatos, de um modo geral, exerceria na escolha feita pelo eleitor.

Outro candidato com longa trajetória na vida política nacional - e historicamente opositor dos governos militares - era Brizola, que explorou esses

dois aspectos no seu discurso menos do que Ulysses. Sua identidade moralizadora foi estruturada com base em sua prática política, a partir da qual estabeleceu a diferença entre sua atuação como homem público - *experiente e honesto* - e a dos demais candidatos e governantes. Contrastando com a mensagem de austeridade e trabalho veiculada por Brizola estava o presidente Sarney e o seu governo.

ANEXO 1

ANEXO I

Jingle do candidato COLLOR DE MELLO

"O Brasil quer moralização
Meu voto é Collor
Nessa condição

É na moral
É de primeira
É na palavra
É na coragem
Na decisão
Essa verdade vem da terra
Vem do coração

E que venha a reconstrução (E eh Collor)
A força do meu povo
Construir um Brasil Novo
É a sua missão (E eh Collor)
É o grito de novo
É o grito brasileiro de renovação"

Jingle do candidato MÁRIO COVAS

"Brasil, oh! meu Brasil
Chegou a hora
O sol da liberdade vai brilhar
Não será em vão a nossa luta

Hoje o mundo pergunta
Quando este gigante irá despertar

O pobre chora de agonia
O rico embala a sua rede
O meu Brasil ainda é
Só um mapa na parede
Vai mudar
Com Mario Covas
Tudo isso vai mudar
Chega de corrupção
Colarinho branco
Seu lugar é na prisão
As injustiças sociais
Não existirão mais

No amanhã republicano
Quem voa mais alto
É o tucano."

Jingle do candidato ULYSSES GUIMARÃES

"Com ele vamos construir
um novo país de verdade
desta vez o país vai sorrir
Esta é a marcha do povo
cante junto prá mostrar
que sabe o que quer

só quem sabe faz o novo
o povo nao é bobo
Ulysses é o Brasil de pé
Bote fé no velhinho
o velhinho é demais
Bote fé no velhinho
que ele sabe o que faz
Vai limpar o Brasil do
Oiapoque ao Chuí
e acabar com a molecagem que tem por aí."

ANEXO 2

SETEMBRO
(%)

DIA	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	MÉDIA
AFIF	49.5	41.5	19.0	77.5	36.0	2.5	//	48.5	//	//	XX	35.5	73.0	36.0	//	XX	30.0
BRIZOLA	15.0	15.0	57.0	66.5	61.0	10.0	66.5	68.0	67.5	//	XX	15.0	53.0	//	//	XX	32.0
COLLOR	12.5	77.0	71.5	100	63.0	19.0	67.0	35.0	//	16.0	XX	63.5	66.5	41.5	98.0	XX	50.0
COVAS	67.0	12.0	18.0	22.0	9.5	92.5	//	89.0	36.5	//	XX	3.0	85.0	72.0	27.0	XX	32.5
LULA	21.0	4.5	66.5	//	7.0	87.0	15.0	8.5	//	//	XX	91.0	64.0	24.0	73.0	XX	31.5
MALUF	47.0	20.0	68.5	31.0	14.0	40.5	73.5	35.5	//	38.5	XX	42.5	27.0	78.5	58.0	XX	38.0
ULYSSES	31.0	23.5	11.0	27.0	12.0	67.0	26.0	26.0	66.5	//	XX	20.0	22.5	24.5	25.0	XX	27.0

Legenda: **XX**(neste dia não tem gravação do programa eleitoral)

// (não menciona MORALIZAÇÃO PÚBLICA)

OUTUBRO
(%)

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16
AFIF	11.0	//	XX	XX	//	//	//	//	XX	//	48.0	//	XX	//	//	37.0
BRIZOLA	17.0	//	XX	XX	16.0	//	//	//	XX	47.0	//	//	XX	//	//	26.5
COLLOR	33.0	50.0	XX	XX	9.5	16.5	34.0	30.5	XX	71.0	16.0	//	XX	14.0	24.0	26.5
COVAS	2.0	7.5	XX	XX	30.0	11.0	16.0	19.0	XX	5.0	46.0	//	XX	57.0	19.5	74.0
LULA	68.5	77.0	XX	XX	10.5	36.0	6.5	//	XX	75.0	26.5	12.0	XX	//	29.5	//
MALUF	29.0	8.0	XX	XX	44.5	27.0	36.0	23.0	XX	15.0	//	//	XX	4.5	**	44.0
ULYSSES	14.5	9.0	XX	XX	1.0	22.0	41.5	66.5	XX	29.0	6.5	53.5	XX	8.0	6.5	11.0
DIA	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	MEDIA

AFIF	//	//	//	XX	68.0	//	**	70.0	//	//	//	//	51.0	58.0	19.5	15.0
BRIZOLA	**	27.5	//	XX	//	//	**	17.5	**	//	9.5	//	//	//	19.0	6.5
COLLOR	13.0	48.5	19.0	XX	3.0	84.0	7.5	63.5	34.5	45.0	27.0	46.5	43.0	7.0	5.0	29.5
COVAS	57.0	//	**	XX	//	36.5	2.0	12.5	13.5	7.5	87.0	//	40.5	17.0	19.5	23.0
LULA	9.5	//	55.5	XX	54.5	67.0	26.0	//	//	63.5	32.0	12.5	67.5	//	//	28.0
MALUF	48.0	20.5	26.0	XX	9.0	//	14.0	19.5	19.0	16.0	36.0	44.0	53.0	5.5	20.5	22.5
ULYSSES	18.0	61.0	7.5	XX	3.0	8.5	12.0	2.0	3.0	2.0	5.0	21.5	5.5	4.5	5.0	16.5

Legenda: **XX**(neste dia não tem gravação do programa eleitoral)

// (não menciona MORALIZAÇÃO PÚBLICA)

** (fita com problemas na gravação)

NOVEMBRO
(%)

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	MEDIA
AFIF	84.5	//	//	6.5	31.0	26.5	//	70.0	//	//	xx	//	20.0
BRIZOLA	//	//	15.5	7.5	65.0	21.5	//	5.0	XX	13.0	xx	//	12.5
COLLOR	3.0	//	48.5	98.5	99.0	57.5	38.5	11.5	10.0	##	xx	9.5	37.5
COVAS	20.0	12.5	3.0	51.5	53.5	20.0	46.0	5.5	17.5	12.0	xx	2.5	22.0
LULA	9.0	//	14.5	10.0	//	38.5	4.5	45.5	//	37.5	xx	1.5	14.5
MALUF	3.0	8.5	2.5	//	31.0	38.5	10.0	40.0	XX	//	xx	1.5	13.5
ULYSSES	7.0	8.0	13.0	10.0	32.0	18.5	**	8.0	23.0	7.5	xx	1.5	10.5

Legenda: **XX**(neste dia não tem gravação do programa eleitoral)

// (não menciona MORALIZAÇÃO PÚBLICA)

(direito de resposta)

** (fita com problema na gravação)

MÉDIA FINAL
(%)

	MÉDIA SETEMBRO	MÉDIA OUTUBRO	MÉDIA NOVEMBRO	MÉDIA FINAL
AFIF	30.0	15.0	20.0	21.5 (5)
BRIZOLA	32.0	6.5	12.5	17.0 (7)
COLLOR	50.0	29.5	37.5	39.0 (1)
COVAS	32.5	23.0	22.0	26.0 (2)
LULA	31.5	28.0	14.5	24.5 (3)
MALUF	38.0	22.5	13.5	24.5 (3)
ULYSSES	26.5	16.5	10.5	18.0 (6)

BIBLIOGRAFIA

- ANDREOTTI NETO, Nello. (org.) **Código Penal**. São Paulo: Rideel, 1991.
- BARTHES, Roland. **Mitologias**. 7. ed. São Paulo: Difel, 1987.
- _____. **O rumor da língua**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: UNESP, 1995.
- BOURDIEU, Pierre. **Le sens pratique**. Paris: Minuit, 1980.
- _____. **La distincion**. Paris: Minuit, 1979.
- _____. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- _____. **¿Qué significa hablar? economía de los intercambios lingüísticos**. Barcelona: Akal, 1985.
- _____. **Cosas dichas**. Barcelona: Gedisa, 1988.
- _____. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.
- BRAUNSTEIN, Nestor. **Psiquiatria, teoria del sujeto, psicanálisis (hacia Lacan)**. México: Siglo XXI, 1980.
- CAMARGO, Aspásia; DINIZ, Eli. (orgs.) **Continuidade e mudança no Brasil da Nova República**. São Paulo: Vértice/IUPERJ, 1989.
- CARDOSO, Ruth C. Leite. **Participação política e democracia**. **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo, n.26, p.15-24, mar.1990.
- CEZAR, Temístocles. **A crise do Estado no discurso dos candidatos à Presidência da República do Brasil em 1989**. Porto Alegre, 1994. 402p.

Dissertação de Mestrado em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

- CULLER, Jonathan. **As idéias de Barthes**. São Paulo: Cultrix, 1988.
- DAGNINO, Evelina (org.). **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- DEBERT, Guita Grin. **Ideologia e populismo: Ademar de Barros, Miguel Arraes, Carlos Lacerda, Leonel Brizola**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1992.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR. **Quem foi quem na Constituinte**. São Paulo: Cortez/Oboré, 1988.
- DINIZ, Eli, BOSCHI, Renato, LESSA, Renato. **Modernização e consolidação no Brasil: dilemas da Nova República**. São Paulo: Vértice/IUPERJ, 1989.
- DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 1989.
- FIGUEIREDO, Ney Lima; FIGUEIREDO JÚNIOR, José R. **Como ganhar uma eleição: lições de campanha e marketing político**. São Paulo: Cultura, 1990.
- FLEISCHER, David. (org.) **Os partidos políticos no Brasil**. Brasília: UnB, 1981. v.1
- FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- _____. **Arqueologia do saber**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- _____. **História da sexualidade: a vontade de saber**. 9. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988. v. 1
- _____. El sujeto y el poder. **Revista Mexicana de Sociologia**, Mexico, n. 3, p.3-20, jul./set.1988.
- _____. **Microfísica do poder**. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- GIANNOTTI, José Arthur. Tráfico de esperanças. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 26, p.25-38, mar. 1990.
- GREIMAS, A. J. **Semiótica e Ciências Sociais**. São Paulo: Cultrix, 1976.

- _____. **Análise do discurso em Ciências Sociais.** 9. ed. São Paulo: Global, 1986.
- _____. **Dicionário de semiótica.** São Paulo: Cultrix, 1986.
- HELBO, André (org.) **Semiologia da representação.** São Paulo: Cultrix, 1975.
 - JAKOBSON, Roman et al. **Língua, discurso, sociedade.** São Paulo: Global, 1983.
 - KINZO, Maria D'Alva Gil. A eleição presidencial de 1989. **Dados** - Revista Brasileira de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v.35, n.1, p.49-66, 1992.
 - KRISTEVA, Julia. **História da linguagem.** Lisboa: Edições 70, 1969.
 - LACLAU, Ernesto. **Política e ideologia na teoria marxista: capitalismo, fascismo e populismo.** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
 - LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemony and socialist strategy : towards a radical democratic politics.** London: Versus, 1985.
 - LAMOUNIER, Bolívar; MENEGUELLO, Rachel. **Partidos políticos e consolidação democrática: o caso brasileiro.** São Paulo: Brasiliense, 1986.
 - LAMOUNIER, Bolívar. **Partidos & utopias: o Brasil no limiar dos anos 90.** São Paulo: Loyola, 1989.
 - LAMOUNIER, Bolívar (org.) **De Geisel a Collor: o balanço da transição.** São Paulo: IDESP/Sumaré, 1990.
 - LAVAREDA, Antônio. Governos, partidos e eleições segundo a opinião pública: o Brasil de 1989 comparado ao de 1964. **Dados: Revista de Ciências Sociais.** Rio de Janeiro, v. 32, n. 3, p.341-362, 1989.
 - LENHARO, Alcir. **Sacralização da política.** Campinas: Unicamp, 1986.
 - LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de. (org.) **O balanço do poder: formas de dominação e representação.** Rio de Janeiro: IUPERJ, 1990.
 - MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso.** Campinas: Pontes, 1989.
 - MAINWARING, Scott. Políticos, partidos e sistemas eleitorais. **Novos Estudos CEBRAP,** São Paulo, n. 29, p.34-58, mar. 1991.

- MEYER, Marlyse; MONTES, Maria Lúcia. **Redescobrimo o Brasil: a festa na política.** São Paulo: T.A. Queiroz, 1985.
- MOISÉS, José Alvaro. Eleições, participação e cultura política: mudanças e continuidades. **Lua Nova**, São Paulo, n.22, p.133-187, dez. 1990.
- OGILVIE, Bertrand. **Lacan: a formação do conceito de sujeito.** Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- OLIVEIRA, Fabrício; BIASOTO JÚNIOR, Geraldo. (orgs.) **A política econômica no limiar da hiperinflação.** São Paulo: HUCITEC/FECAMP, 1990.
- OSAKABE, Haqira. **Argumentação e discurso político.** São Paulo: Kairós, 1979.
- ORLANDI, Eni P. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso.** 2. ed. Campinas: Pontes, 1987.
- ORLANDI, Eni P. et al. **Vozes e contrastes: discurso na cidade e no campo.** São Paulo: Cortez, 1989.
- ORLANDI, Eni P. **Terra à vista: discurso do confronto: velho e novo mundo.** São Paulo: Cortez, 1990.
- PANIZZA, Francisco E. **Uruguay: batllismo y despues.** Montevideo: Banda Oriental, 1990.
- PECHÊUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** Campinas: Unicamp, 1988.
- _____. **O discurso: estrutura ou acontecimento.** Campinas, São Paulo: Pontes, 1990.
- PINTO, Céli Regina. Construindo a desconstrução: um exercício metodológico sobre análise de discurso. In: **Textos para Discussão**, Porto Alegre: Programa de Mestrado em Ciência Política (UFRGS), 1988.
- _____. **Com a palavra o senhor presidente José Sarney.** São Paulo: HUCITEC, 1989.
- _____. **Reflexões acerca da apropriação pelos discursos políticos das significações construídas pelos movimentos sociais.** Trabalho apresentado no XII Encontro Nacional da ANPOCS, GT Mulher e Política, Caxambu/MG, 1989.

- _____. Brasil eleições presidenciais 1989: Collor e Lula na batalha pelo voto. **Cadernos de Estudo do PGH/UFRGS**, Porto Alegre, n.5, maio, 1991.
- _____. Collor: a nova roupagem do velho. In: CONGRESSO DA LASA, 1991, Washington. **Anais ...** Washington: LASA, 1991. .
- _____. Tendências do discurso brasileiro atual - os limites dos discursos das soluções milagrosas. In: BAQUERO, Marcello (org.), **Cultura Política e Democracia**. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 1994.
- _____. Ao eleitor a verdade: o discurso político da imprensa em tempos de eleições. In: BAQUERO, Marcello (org.), **Transição, eleições, opinião pública**. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 1995.
- _____. Neopopulismo na política brasileira: o rápido esgotamento de um modelo. In: CONFERENCE ON OLD AND NEW POULISM IN LATIN AMERICA, Londres, 1995. **Anais ...** Londres: Institute of Latin American Studies, Universidade de Londres, 1995.
- ROBIN, Régine. **História e linguística**. São Paulo: Cultrix, 1973.
- _ ROSENFELD, Denis. **A ética na política**: venturas e desventuras brasileiras. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- SALLUM JÚNIOR, Brasília et al. Eleições presidenciais e crise no sistema partidário. **Lua Nova**, São Paulo, n.20, p. 69-87, maio 1990.
- SANTAELLA, Lúcia. **O que é Semiótica?** 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Mitologias institucionais brasileiras: do Leviatã paralítico ao Estado de natureza. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 7, n. 17, p.101-116, jan./abr. 1993.
- _____. **As razões da desordem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- SOLA, Lourdes (org.) **O estado da transição**: política e economia na Nova República. São Paulo: Vértice, 1988.
- _____. Limites políticos ao choque heterodoxo no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.3, n.9, p.38-67, fev. 1989.
- TOLEDO, Mario M. (org.) **El discurso político**. México: Nueva Imagem, 1980.
- VERON, Eliseo. **A produção de sentido**. São Paulo: Cultrix, 1980.